

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FÁBIO AMORIM VIEIRA

OS FILHOS DA NÚBIA

Cultura e deslocamentos na África antiga sob a XVIII dinastia egípcia (1550-1307 a. C)

Porto Alegre, RS

Inverno, 2017

FÁBIO AMORIM VIEIRA

OS FILHOS DA NÚBIA

Cultura e deslocamentos na África antiga sob a XVIII dinastia egípcia (1550-1307 a. C)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo

PORTO ALEGRE, RS

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Vieira, Fábio Amorim Vieira
Os filhos da Núbia: Cultura e deslocamentos na
África antiga sob a XVIII dinastia egípcia (1550-1307
a. C) / Fábio Amorim Vieira Vieira. -- 2017.
146 f.
Orientador: José Rivair Macedo Macedo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2017.

1. Núbia. 2. Egito faraônico. 3. Cultura. 4.
Deslocamento. 5. Fronteira. I. Macedo, José Rivair
Macedo, orient. II. Título.

FÁBIO AMORIM VIEIRA

OS FILHOS DA NÚBIA

Cultura e deslocamentos na África antiga sob a XVIII dinastia egípcia (1550-1307 a. C)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

Banca Examinadora

Orientador:

Prof. Dr. José Rivair Macedo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Membros:

Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Fábio Frizzo
Universidade Estácio de Sá – UNESA

Prof.^ª Dra. Kátia Maria Paim Pozzer
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Porto Alegre, inverno de 2017

Diz-se que Maria vem do hebraico *miriam*/rebelião. Há também quem diga que vem do egípcio *mry*/amada.

Dedico este trabalho à Maria do Carmo, que me ensina que a vida é composta de rebeliões e também de amor.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao meu orientador, José Rivair Macedo, por toda a paciência, dedicação e atenção empreendidas nas sempre valiosas e sensatas orientações, além do cordial acolhimento em terras porto-alegrenses e na UFRGS desde nossa primeira reunião. O senhor é um exemplo de erudição e gentileza, professor, e eu espero poder um dia corresponder aos aprendizados contigo adquiridos.

Agradeço ao meu pai, Valentim, por ter sempre zelado por minha educação e instrução, tornando-me, à sua maneira, prioridade quando nem mesmo eu assim me via ou merecia. À minha mãe, Maria do Carmo, cujo amor e vontade de me ver crescer me trazem frescor à alma e emoção aos olhos, agradeço pelo apoio e dedico este trabalho. À minha irmã Juliana, a quem devo as primeiras lembranças do que eram pirâmides e faraós, sou grato pelo afeto e incentivo constantes, além de ter trazido à vida Vitor e Lelê que tanto me ensinam a amar e ser amado. Agradeço também ao Sushi pela ternura demonstrada em cada uma das vezes em que se deitar próximo aos meus pés nas vastas tardes de escrita lhe pareceu mais agradável do que latir no portão.

Aos anos de FAED/UDESC, agradeço pela entrada de pessoas a depositarem amizade e conhecimentos em minha vida. À Claudia Mortari, que se iniciou como professora, orientadora, e depois ultrapassou as barreiras da academia, agradeço pela afeição e pelo incentivo permanente, além dos aprendizados inestimáveis. Mariana Heck, Lívia Roberge, Lucas Girardi e Thiago de Oliveira Aguiar seguiram junto a mim no trilhar acadêmico da pós-graduação em História, trazendo-me amizade, tranquilidade e otimismo nas amargas e doces horas. Ao Thiago, que rumou comigo no desbravar de querências novas a mim e familiares a ele, agradeço pelo imenso companheirismo e pelos tragos de chimarrão. À Carolina Figueiredo, que de nós foi a primeira a seguir rumo ao sul, agradeço pela amizade e por aquele pouso em 2014, quando pude pela primeira vez conhecer Porto Alegre. Felícia Campos, Indiamara Duarte, Isadora Cardoso, Milene Chagas e Tuíra Castro Alves mostraram-me a força e persistência de um vínculo. A elas agradeço pelo afeto. Íris Palo, Kauê Pisetta, Maria Eli, Mariah Amanda Silva, Murilo Schaefer, Paola Povosian e Vinícius Gomes revelaram-me que amigos e amigas podem surgir em circunstâncias diversas e inesperadas. À Gabrielli Debortoli e à Ana Júlia Pacheco sou grato pelas cumplicidades e ajudas mútuas entre jovens aspirantes aos estudos africanos no mestrado da UFRGS.

Aos professores Fábio Kühn, Alessander Kerber, Temístocles César, e à professora Regina Weber, sou grato pelos ricos aprendizados adquiridos em suas disciplinas ofertadas na pós-graduação. Agradeço também pelo convívio com colegas que tornaram mais agradáveis minhas manhãs, tardes e noites nas salas de aula e corredores da UFRGS.

Aos grandes amigos e profissionais Rennan Lemos e Fábio Frizzo, acredito que nenhum ouro de Wawat ou Kush seria tão precioso quanto os auxílios, instigações e encorajamentos empreendidos em mim a partir de nossas conversas. Ao Rennan faço especial agradecimento por ter me ambientado em discussões que fizeram possível a problemática deste trabalho. Ao Dr. Fábio, agradeço pelo estímulo e pelas sempre válidas considerações antes, durante e após a escrita. É uma honra tê-lo como leitor e avaliador deste texto.

Agradeço ao professor Dr. Anderson Zalewski Vargas e à professora Dra. Kátia Pozzer por poder contar com seus atentos e valorosos olhares aos estudos de antiguidade na avaliação deste trabalho.

Agradeço à biblioteca da Smithsonian Institution por ter gentilmente enviado as documentações referentes aos achados na KV36, e ao site Osirisnet por ter gentilmente disponibilizado as imagens da TT40. Agradeço também a Paul Van Pelt pelo envio das publicações de Törgny Säve-Soderbergh referentes aos nobres de Teh-Khet, auxiliando-me na análise. Faço menções agradecidas novamente a Rennan Lemos, por ter escaneado o relatório de William Simpson acerca das escavações em Toshka e Arminna, e a Fábio Frizzo, pelo envio dos periódicos Kush. Perceber-me auxiliado por colegas e referências na área é o que me traz esperança e acalento pelo pedregoso trilhar acadêmico.

Cabe agradecer também à UFRGS e ao Programa de Pós-graduação em História, por terem acolhido minha proposta de pesquisa desde seus primeiros passos. Agradeço também pelo considerável apoio financeiro da CAPES, a tornar esta experiência de pesquisa possível.

Por fim, agradeço a todos os sujeitos históricos mencionados neste texto, cujas vidas ousaram perdurar em fagulhas materiais por milênios, possibilitando assim construir as páginas que se seguem. Espero que, por menções nominiais, imagéticas e especulativas, a presente investigação tenha lhes trazido, acima de tudo, dignidade.

“O que o tempo vai falar de nós, quando o dia amanhecer?

O que dirão cortinas e lençóis, os beijos sem iguais quando a história se escrever?

Que cinema vai falar de nós, quem vai nos interpretar?

Quantos livros vão arder para nos contradizer quando a noite arrebentar?”

(Filipe Catto - Depois de amanhã)

RESUMO

VIEIRA, Fábio Amorim. **OS FILHOS DA NÚBIA: Cultura e deslocamentos na África antiga sob a XVIII dinastia egípcia (1550-1307 a. C).** 145 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2017.

Este trabalho objetiva analisar alguns reflexos em torno das relações tecidas entre o Egito faraônico e a Núbia na antiguidade africana, focando especificamente na política expansionista faraônica no período da XVIII dinastia, prelúdio do recorte denominado pela egiptologia de Reino Novo, em relação à Núbia, vizinha do Egito a sul e composta por reinos e chefaturas heterogêneos. Neste contexto, marcado pelo avanço egípcio a áreas geograficamente adjacentes sob desígnios de expansão e controle político, tanto o Egito quanto as áreas núbias viram-se imersas em novas realidades a partir da presença de egípcios nos territórios núbios bem como de núbios no espaço egípcio no período em questão. Foco desta análise, um exemplo destes reflexos de expansão faraônica na Núbia e presença núbia no Egito deu-se a partir da política egípcia de apresamento de filhos de chefes núbios na corte, com o intuito de educa-los aos moldes egípcios para que retornassem a seus locais de origem para governar de acordo com o faraó, sob conexões administrativas de convívio social. A partir de aportes que busquem compreender os limites e porosidades da imposição do domínio faraônico sobre a Núbia, almeja-se investigar na cultura material concernente a estes herdeiros núbios reflexos dos interstícios entre diferenças e engajamentos destes sujeitos sob deslocamentos em um cenário de movimentação cultural nas fronteiras do espaço núbio/egípcio da antiguidade africana.

Palavras-chave: Núbia, Egito faraônico, XVIII dinastia, Deslocamento. Cultura.

ABSTRACT

VIEIRA, Fábio Amorim. **THE CHILDREN OF NUBIA: Culture and displacements in Ancient Africa under the Egyptian Eighteenth Dynasty (1550-1307 a. C)**. 145 p. Masters Dissertation – Federal University of Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, Brazil, 2017.

This work aims to analyze some reflections about the relationship woven between Pharaonic Egypt and Nubia in African antiquity, specifically focusing on the Pharaonic expansionist policy in relation to Nubia, Egypt's neighbor to the south and composed of heterogeneous kingdoms and chiefdoms. The reporting period of this research is the 18th dynasty, prelude of what Egyptology called the New Kingdom. In this context, marked by the Egyptian advance to geographically adjacent areas under plans of expansion and political control, both Egypt and the Nubian spaces found themselves immersed in new realities from the presence of Egyptians in the Nubian regions as well as Nubians in the Egyptian territory. Focus of this analysis, an example of these Pharaonic expansion reflexes in Nubia and Nubian presence in Egypt took place from the policy of detention of children of Nubian chiefs at the Egyptian court, in order to educate them to the Egyptian molds for them to return to their places of origin to govern according to the pharaoh, under administrative and cultural connections to link heirs of dominated lands to pharaonic customs. From contributions that seek to understand the limits and porosities of pharaonic domain over Nubia, we propose to investigate the material culture concerning to these Nubian heirs to find reflections of the interstices between differences and engagements of these displaced subjects in the cultural movement of Nubian/Egyptian borders and spaces in African antiquity.

Keywords: Nubia, Pharaonic Egypt, Eighteenth Dynasty, Displacement. Culture.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1.1 - Gravura de Baltard a partir do desenho de Vivant Denon a retratar o interior ainda coberto de areia do templo de Edfu. 1803: pl. 57	28
Imagem 1.2 - Desenho de cativos núbios proveniente de Abu Simbel, resultado da expedição de Champollion. 1835: pl. XVI	32
Imagem 1.3 - Uma das ilustrações (Pl. 126) da expedição de Lepsius, a retratar a retirada de uma monumental estátua de carneiro do templo kushita de Amon, em Gebel Barkal, na Núbia. A estátua, carregada por 92 camponeses sudaneses na imagem, encontra-se hoje no Museu de Berlim.	36
Imagem 2.1 - Mapa do rio Nilo a atravessar o nordeste africano, com a numeração correspondendo às cataratas. Tradução e adaptação do mapa presente em SMITH, 2003: 3. .	60
Imagem 2.2 - Croqui do relevo presente na cena de Djebel Sheikh Suliman (SOMAGLINO; TALLET, 2015: 125).....	62
Imagem 2.3 - Base estatuária de calcário do faraó Djoser, III dinastia, com os nove arcos em relevo sob os pés do governante (EL-SHAHAWY, 2005: 38).....	63
Imagem 2.4 - Mapa do nordeste saariano, a detalhar as áreas núbias no correr do rio Nilo. SILVA, 2011: 99	64
Imagem 2.5 - Mapa das regiões núbias fortificadas pelo Reino Médio egípcio nas proximidades da segunda catarata, localizada entre Mirgissa (antiga Iken) e a ilha de Dabnarti. (DUNHAM; JANSSEN, 1960: 423)	69
Imagem 2.6 - Escultura com arqueiros núbios, encontrada na tumba de Mesehti em Asyut, XI dinastia, Reino Médio.....	72
Imagem 2.7 - Croqui de estela proveniente da região fortificada de Buhen, Baixa Núbia, com relevo a retratar possivelmente o governante de Kush. Imagem presente em SMITH, 1972: pl. III	76
Imagem 2.8 - Detalhe da pintura de uma das urnas encontradas na tumba de Tutankhamon com as representações do faraó em combate aos estrangeiros núbios à esquerda. A área esbranquiçada, ampliada na direita, corresponde à inscrição hieroglífica <i>Kš hs(y)</i> , “miserável Kush”. Imagem original em JOHNSON, 2010	83
Imagem 2.9 - Pintura parietal proveniente da tumba do vice-rei Huy, em Tebas. Nela, pode-se ver uma embarcação a carregar cinco figuras núbias com os braços presos a tiras que se encerram no pescoço	86
Imagem 2.10 - Pintura parietal da tumba do vice-rei Huy, em Tebas, a apresentar uma fileira de prisioneiros núbios em direção ao Egito. À esquerda, duas mulheres sobrepostas com crianças seguem um cortejo de cinco homens de braços atados	87
Imagem 2.11 - Relevo da tumba de Horemheb em Saqqara, a apresentar oficiais egípcios realizando a contagem de cativos em meio a uma multidão de prisioneiros núbios sentados ao chão. Peça disponível para visitaçao no Museo Civico Archeologico di Bologna, Itália	88

Imagem 2.12 - Relevo da tumba de Horemheb em Saqqara, com um núbio sendo carregado por um oficial em direção a um grupo de prisioneiros núbios sentados no chão. Em frente a estes, um escriba realiza o registro	88
Imagem 3.1 - Croqui referente à cena das elites de Wawat presente na capela funerária de Huy, em Tebas. DAVIES; GARDINER, 1926: pl. xxviii.....	95
Imagem 3.2 - Fotografia da primeira parte da cena de tributação das elites de Wawat na tumba de Huy.....	96
Imagem 3.3 - Fotografia da segunda parte da cena de tributação das elites de Wawat na tumba de Huy, com o nobre Heka-Nefer abaixado no canto direito.	97
Imagem 3.4 - Mapa das regiões da Alta e da Baixa Núbia. Tradução do mapa presente em VAN PELT, 2013: 525	101
Imagem 3.5 - Fotografia da entrada da tumba de Heka-Nefer em Toshka (pl. IIIc), e croqui com detalhe da decoração externa da tumba (9), com Heka-Nefer encimado por seus epítetos e nome. Imagens presentes em SIMPSON, 1963	102
Imagem 3.6 - Flechas e aljavas presentes no arsenal funerário de Maiherpri. DARESSY, 1902: pl. X e XII.....	109
Imagem 3.7 - Semblante facial da múmia de Maiherpri, a vestir uma peruca núbia. DARESSY, 1902: XVII	110
Imagem 3.8 - Vignettes do papiro do Livro dos Mortos de Maiherpri, onde pode-se ver no canto esquerdo o deus Osíris em frente à balança onde é realizada a pesagem do coração do falecido, representado em um dos pratos. No lado direito, o Ba de Maiherpri. ZABERN, 1987: 167b	111
Imagem 3.9 - Um dos retratos de Maiherpri em seu Livro dos Mortos, ladeado por seu nome e o título de criança do infantário real em hieroglífico cursivo. Detalhe da imagem presente em RIGGS; BAINES, 2012: 3.....	112
Imagem 3.10 - Alguns dos shabtis encontrados no espaço tumular de Heka-Nefer em Toshka. SIMPSON, 1963: pl. vii	115
Imagem 3.11 - Croqui da cena presente na rocha a sul de Toshka. SIMPSON, 1963: 30	116
Imagem 3.12 - Fotografia do reflexo em espelho da inscrição à frente da imagem de Heka-Nefer, onde este aparece louvando os deuses de Ta-Seti. SIMPSON, 1963: pl xiii	117
Imagem 3.13 - Mapa da região de Wawat, com foco nos principados de Miam e Teh-Khet. Tradução e adaptação da imagem presente em KEMP, 2006: 38	118
Imagem 3.14 - Estátua de Amenemhat oriunda de Buhen. SAVE-SODERBERGH; TROY, 1991: pl 60.....	120
Imagem 3.15 - Fotografia (pl. 31) e croqui (202) das duas paletas de escriba de Pa-itis encontradas no banco oeste do Nilo. SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991	122
Imagem 3.16 - Croquis das inscrições horizontais e verticais (202) presentes nos vasos canópicos de Pa-itis-her (pl. 59), do lado oeste de Debeira. SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991. Apontamentos em azul a destacarem os hieróglifos do nome Pa-itis-her feitos pelo autor.....	123

Imagem 3.17 - Croqui da estela de Teti/Dja-wi-a encontrada em Aswan, onde apresentam-se Teti junto da esposa Aah-hotep sentados em frente a seu filho Rwiw, o chefe de Teh-Khet. SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991: 192.....	125
Imagem 3.18 - Fotografia (pl. 49) e croqui (202) da estela de granito encontrada na tumba de Amenemhat, de Debeira, a retratar o nobre, sua esposa Hatshepsut, e os pais Rwiw e RwnA. SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991	126
Imagem 3.19 - Estela do escriba Amenemhat de Buhen a cultuar os deuses de Ta-Seti	128

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – À SOMBRA DA PIRÂMIDE: O EGITO E A NÚBIA EM UM SOBREVVOO HISTORIOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO	24
1.1 A EGIPTOLOGIA ACADÊMICA E O ESTEIO DA RAÇA.....	25
1.1.2 O <i>EMBRANQUECIMENTO</i> DO EGITO E A PROBLEMÁTICA RACIAL DA NÚBIA.....	31
1.2 DA RAÇA AO PODER POLÍTICO: A CENTRALIDADE EGÍPCIA COMO ASPECTO CIVILIZACIONAL	39
1.2.2 NOVAS PERSPECTIVAS, VELHAS CENTRALIDADES	42
1.2.2 IMPÉRIO E IMPERIALISMO NO CASO FARAÔNICO	49
1.3 REFLEXÃO À GUISA DE CONCLUSÃO	52
CAPÍTULO 2 – AS PONTAS DO ARCO: NÚBIA E EGITO SOB FRONTEIRAS E INTERAÇÕES NA XVIII DINASTIA FARAÔNICA (1550-1307 a. C).....	56
2.1 BARREIRAS, ENTRADAS E SAÍDAS	60
2.2 PRÓLOGOS EXPANSIONISTAS NA TERRA DO ARCO	61
2.3 “CADA HOMEM POSSUINDO A SUA FATIA DO EGITO”: A ASCENSÃO DE KERMA E A PRESENÇA HICSA	74
2.4 “EXPANDIR FRONTEIRAS”: A NÚBIA E A XVIII DINASTIA EGÍPCIA.....	79
CAPÍTULO 3 – AS CRIANÇAS DO INFANTÁRIO REAL – CULTURA EM DESLOCAMENTO NA NÚBIA FARAÔNICA SOB A XVIII DINASTIA.....	91
3.1 A EGIPCIANIZAÇÃO NO TRILHAR DA ACULTURAÇÃO.....	92
3.2 NÚBIOS NOMINADOS: OS JOVENS DO INFANTÁRIO	100
3.2.1 MAIHERPRI, O LEÃO NO CAMPO DE BATALHA.....	108
3.2.2 HEKA-NEFER, O BOM GOVERNANTE NÚBIO?.....	114
3.2.3 OS HERDEIROS DE TEH-KHET	119
3.3 POR UMA OUTRA PROPOSTA: A EGIPCIANIZAÇÃO ENQUANTO ELEMENTO DE NEGOCIAÇÃO.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	136

INTRODUÇÃO

Viver sem história é ser uma ruína ou trazer consigo as raízes de outros. É renunciar à possibilidade de ser raiz para outros que vêm depois. É aceitar, na maré da evolução humana, o papel anônimo de plâncton ou protozoário.

Joseph Ki-Zerbo. **História Geral da África vol I (1982)**¹

Décadas marcam o efetivo florescimento dos estudos em torno da História da África no Brasil², cuja expressividade emparelha-se com o correr da atualidade nos espaços acadêmicos. No entanto, falar de África configura-se ainda no afastamento do conforto de referenciais historiograficamente familiares para embrenhar-se na penumbra de cenários desconhecidos, mesmo que próximos da sociedade brasileira (MACEDO, 2013: 8). Na direção oposta, conhecimentos em torno do Egito faraônico especificamente vêm sido reproduzidos habitualmente no campo histórico e de conhecimentos gerais desde os primeiros passos da Egíptologia no século XIX, valorizando a grandeza desta sociedade em relações intensas com seus vizinhos mediterrânicos ou levantinos na antiguidade. Os arrolamentos presentes entre o Egito e a Núbia, proximidade africana a sul com quem os egípcios dividiam o Nilo, contudo, rara ou brevemente figuram nas páginas e referenciais da consolidada história egípcia.

Tais espelhamentos historiográficos, carregados de significados raciais e hierárquicos, figuram-se como emblemáticos sintomas da ausência em torno de escritas da história núbia, vista ainda sob um véu de passividade, servidão e divergência *africanas* em detrimento de um espaço faraônico insistentemente afastado do *mundo negro da África*.³ Nesse sentido reside a justificativa em torno da presente problemática de análise, a concentrar-se na presença núbia durante a XVIII dinastia egípcia, prelúdio do contexto expansionista faraônico. Tal problemática de pesquisa foi primeiramente trabalhada a partir de minha proposta de monografia, a lidar com as impressões egípcias perante o contato núbio neste período de expansão alcunhado pela Egíptologia como Reino Novo, compreendendo as XVIII, XIX e XX dinastias e permeado por relações de dominação, dependência e contatos comerciais e

¹ KI-ZERBO, 1982: 42.

² Para maior aprofundamento, consultar SCHLICKMANN, Mariana. A introdução dos Estudos Africanos no Brasil (1959-1987). Curitiba: Editora CRV, 2016.

³ As querelas em torno do afastamento ou aproximação do Egito faraônico à África – e a racialização adjunta destes processos – expressam-se como fascinantes peças explicativas da visão historiográfica acerca do passado egípcio. Para maior aprofundamento, ver: VIEIRA, Fábio; MALATOVA, Cláudia, Racialização e Vozes Dissonantes na Historiografia sobre o Egito Antigo, Revista Mundo Antigo, v. 2, n. 4, p. 139–166, 2013.

culturais intensos entre o Egito e suas áreas vizinhas. Aqui, intenciona-se voltar o olhar para reflexos documentativos acerca da presença núbica em trânsito neste contexto de fluxos e projetos de domínio territorial intensos, focando-se na busca de indícios e evidências acerca de herdeiros das elites núbias presentes na corte faraônica sob políticas de dominação.

Seguindo um viés de visibilidade histórica aos antigos lapsos da trajetória do continente africano, este trabalho propõe-se a contribuir para os estudos em torno do recorte da *África antiga*, percebendo tanto os espaços núbios quanto o Egito faraônico enquanto realidades africanas da antiguidade. Tal discussão tem relação direta com uma importante questão colocada no atual âmbito da pesquisa e do ensino de história: as implantações da Lei Federal 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais (2004), a estabelecerem respectivamente a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e os princípios e determinações para a efetiva realização dos conteúdos em torno das temáticas. Marcados pela luta política em torno da valorização e visibilidade da história de africanos e afrodescendentes, dentre outras questões, tais dispositivos legais têm implicações diretas na prática de pesquisa em história da África.

Embora saibamos que a concepção conceitual de *África* provenha de noções europeias modernas (HALL, 2013: 34) e, portanto, bastante posteriores às experiências núbias e faraônicas aqui analisadas, cremos fazer sentido político hoje enxergar o espaço africano como palco de intensas atuações históricas anteriores às entradas extracontinentais do Islã ou de portugueses. Igualmente considerável está o desafio de se lidar com uma cronologia herdeira de sistemas historiográficos europeus, a abranger realidades diversas sob o teto cronológico definido como *História Antiga*. Gamal Mokhtar e Jean Vercoutter, na introdução do segundo volume da coleção História Geral da África, intitulado *África Antiga* e publicado em 1981, atentam para a inevitabilidade dos estudos africanos na antiguidade verem-se emancipados de compartimentações arbitrariamente fixadas e recortes pautados no peso do passado colonial (2011: xxxii). Contudo, desde a intitulação do volume mencionado até os recentes apontamentos de Carlos Moore Wedderburn em torno de periodizações aos conteúdos africanos⁴, percebe-se a associação de África com a Antiguidade enquanto

⁴ A periodização proposta por Carlos Moore Wedderburn, ainda que envolva por termos imersos aos moldes ocidentais como o recorte de uma “Antiguidade Clássica” aplicada às primeiras “civilizações agro-burocráticas” africanas, expressa-se a partir de intenções de emancipação dos conteúdos em torno da História da África às cronologias e modelos efetivamente edificados por tradições europeias. WEDDERBURN, Carlos Moore. Novas bases para o ensino de história da África no Brasil. In: Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/0. Brasília: MEC-SECAD, 2005, pp. 148-151.

permeada por tons de valorização histórica a um espaço ainda fortemente marcado pelas insígnias da barbárie e da não-historicidade. Desta maneira, este trabalho pretende ser uma contribuição para interpretar as interações presentes entre núbios e egípcios enquanto pertencentes ao curso histórico do continente africano no período já consolidado da antiguidade.

Na especificidade temporal da problemática proposta, será analisado o recorte concernente à XVIII dinastia faraônica, entre cerca de 1550 e 1307 antes da era cristã.⁵ Tal período, situado nos primeiros momentos do quinhão cronológico conhecido pela Egiptologia como Reino Novo ou Novo Império (1550-1070 a. C), marca-se por seu caráter único no que tange ao contato egípcio com estrangeiros. Correspondendo a um momento posterior aos mais de 100 anos de dominação forasteira, quando os egípcios reconquistam o Estado após a invasão e controle governamental de parte do Egito pelos asiáticos hicsos, esta nova realidade egípcia faz o contato e a presença de forasteiros no reino aumentarem significativamente, não somente pela permanência de asiáticos resultante do período de domínio hicsos, como após a restauração do controle egípcio, quando do fortalecimento das relações do Egito com as terras estrangeiras, especialmente na Núbia (SANTOS, 2012: 61).

Tal caráter expansionista do período egípcio em questão, aliado à nomenclatura colocada pela Egiptologia, nos evoca a problemática em torno das definições políticas às realidades analisadas. Como reflexos de representações sociais, palavras e conceitos abarcam significados atrelados a determinados espaços e existências. No caso faraônico, continuamente tem-se utilizado a categoria histórica de *Império* para definir o período de expansão política e militarização do exército das XVIII, XIX e XX dinastias. Da mesma maneira, estudos a respeito da Núbia no período carregam-se de discussões em torno do *Imperialismo egípcio* sobre políticas de controle, imposição cultural e tributação nas regiões núbias. Originalmente edificada na antiguidade para definir o poder político de Roma, a palavra *Imperium* relacionou-se à visão historiográfica em torno dos domínios territoriais romanos para posteriormente servir de modelo histórico a outras realidades do passado (FRIZZO, 2016: 123). Contudo, algumas problematizações fazem-se necessárias à análise: o que se compreende por Império e quais as aproximações desta definição com o recorte

⁵ Adotamos neste trabalho a cronologia proposta por Baines e Malek, a situarem datações e períodos com base no cruzamento de dados presentes em fontes antigas, bem como em análises e cronologias propostas por outros pesquisadores. BAINES, John; MALEK, Jaromir. Cultural atlas of Ancient Egypt. Oxford: Andromeda. 2000.

egípcio da XVIII dinastia? É possível falar de práticas imperialistas na antiguidade núbia e egípcia? Cabe-se a concepção ocidental de Império para sociedades africanas antigas?

No que tange às contextualizações em torno de formações políticas, é pontual enxergar a Núbia enquanto conjunto de múltiplas formações e populações heterogêneas. Se na antiguidade o Egito pretendia-se sob um Estado unificado, a Núbia era composta por grupos somáticos, reinos e chefaturas sob constantes vínculos internos e externos às suas áreas de ocupação, originalmente a sul da primeira catarata do Nilo (MOKHTAR, VERCOUTTER, 2011: xxxiv).

Até então, o Egito faraônico possuía pleno conhecimento e contato com a região denominada por ele como *Wawat*, ou Baixa Núbia, compreendida entre a primeira catarata do Nilo, fronteira original do Egito e da Núbia, e a segunda catarata. A partir da XVIII dinastia, porém, que avanços egípcios de reconquista aos territórios estrangeiros outrora ocupados no sul efetivamente marcarão a presença faraônica em *Kush*, a Alta Núbia, entre a segunda e a quarta cataratas.

Outra questão colocada ao contexto histórico de exploração egípcia da Núbia dá-se a partir da visão em torno das fronteiras, classificações e edificações da diferença entre egípcios e núbios na antiguidade. Inicialmente tentados a explorar o caráter pluriétnico sob as fronteiras presentes entre os dois espaços justapostos, ansiamos ultrapassar o protagonismo da fronteira afim de espelhar os dinamismos e entrelaçamentos presentes *sobre* as fronteiras, protagonizados por aqueles que as atravessam (AMSELLE; M'BOKOLO, 2014: 14). Dos processos de interação entre o Egito e as populações da Núbia floresceram-se relações de interdependência e complementaridade. Mas, além disso, neste sistema de correlações, processos de *etnicidade*⁶ são orquestrados pelo convívio mútuo entre diferentes realidades a estimularem o jogo de identidades e de fronteiras incessantemente conservadas e transpostas pelas populações presentes (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011: 111).

Nessa circunstância de retomada do controle dos territórios a partir de campanhas militares de dominação (ARRAIS, 2011), os faraós da nascente XVIII dinastia instauram um estado de vice-reinado na Núbia. Ante um sistema administrativo de autoridade egípcia, as

⁶ Cabe aqui acrescentar o caráter etnocêntrico da categoria de *etnia*, inicialmente atrelada à alteridade da *polis* grega e posteriormente vinculada a grupos de caráter político e territorial subvalorizado pelo olhar europeu (AMSELLE, 2014: 26-30). No entanto, igualmente válida está a menção à subversão de categorias coloniais de análise por novos modelos antropológicos recentes, como aponta Jean Loup Amselle. Dessa maneira, o objeto *étnico* reduz seu caráter de inferioridade etnocêntrica para dotar-se de significados pautados nos dinamismos de relações intersociais (AMSELLE, 2014: 32-34).

terras núbias de Wawat e Kush receberam escribas, sacerdotes, soldados, artesãos e, sobretudo, o governo de um vice-rei ao serviço faraônico. O Egito, por sua vez, viu entrarem em seu território trabalhadores, cativos de guerra, servos e espólios tributários como animais, minérios e matérias primas.

Dentre os anseios políticos de dominação na Núbia em relação às lideranças locais para além do governo do vice-rei, raras e emblemáticas fontes egípcias atestam a prática de filhos de chefes e líderes núbios sendo forçosamente guiados ao Egito junto a tributos materiais, animais e servos, recebendo uma educação pautada em laços de educação e convívio social aos costumes egípcios (M'BOKOLO, 2009: 79; WILKINSON, 2011: 225). Estes herdeiros de terras estrangeiras obtinham instruções e saberes em uma instituição que os egípcios chamavam *Kap* ($k3p/\text{𓂏𓂏𓂏}$), identificada como um *infantário real* a fazer parte do espaço privado da residência faraônica (MELTZER, 2001: 21). Dessa forma, os projetos de controle faraônico, além de expedições militares e assentamento em terras núbias, pretendiam instaurar conexões administrativas e culturais, pautadas em laços de educação e convívio social de herdeiros núbios aos moldes e hierarquias faraônicos (M'BOKOLO, 2009: 79; WILKINSON, 2011: 225).

Presentes em registros tributários egípcios em espaços tumulares de oficiais envolvidos na política externa faraônica, tais reflexos em torno da migração de filhos de líderes e chefes núbios à corte egípcia compõem-se como emblemáticas documentações a ultrapassarem o anonimato resultante da subalternização pretendida nos escritos hieroglíficos de homens e mulheres núbios em condições diversas de subalternidade. É considerável ponderar, contudo, que as fontes escritas concernem aos setores oficiais e elitizados da sociedade egípcia enquanto portadora de cultura literária, de maneira a observar a documentação gráfica enquanto produção de um seletivo grupo que detinha o poder da representação escrita. Dessa forma, os documentos escritos em contexto egípcio possuem um olhar específico de um grupo sobre outro. Os povos da Núbia compunham-se originalmente de sociedades orais (GIORDANI, 2010: 129), tendo poucos setores aderido ao costume egípcio da escrita, como algumas elites núbias. Nos casos aqui analisados, igualmente pontuais são os infrequentes mas preciosos registros hieroglíficos e iconográficos dos espaços funerários destes herdeiros núbios educados sob cânones faraônicos.

Especificamente a estes casos de membros da elite núbia nas fontes locais, é válida a menção às expedições arqueológicas empreendidas na década de 1960 ao espaço de Aswan,

antiga Baixa Núbia e atual Sul egípcio. A evitar a inundação e perda de acesso a informações concernentes ao passado núbio antigo, arqueólogos de diversos países e instituições em parceria com a UNESCO realizaram escavações e catalogações precisas de áreas tumulares e templos da Baixa Núbia. Dentre estes, destacam-se os relatórios em torno das expedições a Toshka-Arminna, pela equipe estadunidense das universidades de Yale e Pennsylvania, bem como da expedição escandinava no Banco leste do rio Nilo, alcançando o norte do atual espaço sudanês. Nestes, estão presentes as valiosas descobertas arqueológicas nos antigos principados núbios de Miam e Teh-khet relativos ao período analisado nesta pesquisa, especificamente a cultura material funerária concernente a membros da elite do norte da Núbia sob a XVIII dinastia faraônica.

Em conformidade às ações egípcias analisadas sobre a Núbia, tem-se comumente utilizado na historiografia o conceito de *Egipcianização*, acerca do projeto de controle e imposição cultural egípcios em terras estrangeiras. Cunhado inicialmente nas primeiras décadas do século XX, este logo começou a florescer em textos e narrativas de cunho *egiptocêntrico*, a perceberem o avanço egípcio em direção à Núbia como um movimento de progresso cultural e dominação no jugo de culturas hierarquicamente desiguais e desproporcionais (VAN PELT: 2013: 523-550).

Mas estariam tais sujeitos marcados pela etnicidade núbia efetivamente *egipcianizados*? Teriam tais projetos de dominação egípcia efetiva ação na *aculturação* destes nobres educados sob a égide faraônica?

A perceber as dinâmicas núbias assinaladas pelo controle egípcio expressas por meio de tributações, pretensões de dominação, demarcações geográficas e culturais e diferença, entendemos as experiências núbio-egípcias como uma complexa trama de um passado suscetível a refrações distorcidas de olhares do presente. A compreender a antiguidade núbia próxima do passado egípcio antigo, exaustivamente enaltecido pela escrita da história, alertamo-nos acerca das tentações do uso do passado ancorado em premissas do presente. Com uma escrita historiográfica a constar as sociedades núbias como mais africanas que as do Egito geograficamente e originalmente, pendeu-se a atrelar tal princípio colonial moderno como causa à condição de controle do sul do Nilo ao norte egípcio antigo. Diante deste risco anacrônico, expressamente revelado na escrita egiptológica apontada no capítulo a seguir, buscamos aproximar nossa abordagem de reflexões da teoria pós-colonial, a compreender enunciações históricas e historiográficas como sempre emanadas de lugares de produção de conhecimento, frequentemente a reproduzir modelos e conteúdos a reforçarem axiomas de

relações coloniais onde a periferia não pode ser percebida ou representada sem estar subordinada ao centro. É válida a menção, como aponta o sociólogo Sérgio Costa, de que os estudos pós-coloniais, pela nomenclatura “pós”, aparentemente aplicariam suas reflexões somente a realidades contemporâneas posteriores à experiência colonialista moderna. Costa, porém, aponta o “pós” em pós-colonial não com o sentido de posteridade à realidade colonial, mas como “reconfiguração do campo discursivo, no qual relações hierárquicas ganham significado” (2006: 118). O colonial, por fim, compreende-se para além do colonialismo da modernidade e remete-se às condições de opressão históricas vivenciadas sob fronteiras sociais diversas (COSTA: 2006: 117-118).

Michael Given, em seu livro *The Archaeology of the Colonized*, refere a experiência colonial a populações controladas e exploradas por outros grupos exteriores às suas fronteiras, falantes de outras línguas e pertencentes a outras culturas. Como aponta Given, há dentre a sujeição do fornecimento de alimentos e tributações entre comunidades a seus chefes e governantes locais considerável divergência à subalternidade expressa na doação forçosa de trabalho e suprimentos a espaços e comunidades externas cujos crescimento e benefício não se apresentam aos emitentes tributários (2005: 4). Os projetos coloniais, contudo, não devem ser vistos inteiramente como realidades sociais, mas sim enquanto pretensiosos modelos à sociedade colonizada, a partir de delineações, determinações e anseios exteriores a ela. Dessa forma, tais projetos funcionam como “gaiolas geométricas” a silenciarem e adequarem colonizados, “mas ainda possíveis de se fazer pequenas alterações e decorações a demonstrar sua própria agência e criar sua própria identidade na face da uniformidade imposta pelo Estado” (GIVEN, 2005: 72).

Ligando esta reflexão acerca das projeções coloniais aos casos núbios que estas páginas anseiam analisar, válidas são considerações que compreendam os interstícios e processos de diferenças culturais e engajamentos para além de definições rígidas de tradições culturais construídas (BHABHA, 2013: 21). Aprofundando a análise da condição diaspórica⁷ destes herdeiros núbios, expressa não somente no registro tributário egípcio acerca do trânsito destes como também na cultura material funerária de suas tumbas no Egito e na Núbia, é

⁷ Longe de pensar a diáspora meramente como processo de dispersão a carregar consigo a promessa do retorno redentor, o fenômeno diaspórico aqui é percebido enquanto imerso em redefinições culturais e históricas de pertencimento para além de binarismos. Paralelas ao deslocamento territorial estão a mudança e a transformação, através de outras identificações criadas e coadunadas aos elos do sujeito diaspórico com sua terra de origem e aos deslizes ligados aos seus *places de passage* (HALL, 2013: 36).

pontual buscar perceber na trama colonial entre núbios e o poder egípcio a emergência de articulações em torno da diferença partindo de negociações complexas a conferirem legitimidade a novas filiações culturais e transformações históricas protagonizadas por sujeitos subalternizados.

Alicerçando-se em noções expostas por meio de elementos como as representações pictóricas e imagéticas nas fontes, bem como a cultura material egípcia e núbia presentes no contexto, ansiamos por meio de uma análise antropológica interpretativa refletir acerca de concepções atreladas à cultura, como identificações culturais e de pertencimento. Analisando a cultura enquanto uma teia de significados tecida e atrelada aos sujeitos que enxergam sentido nos elementos culturais compositores destas tramas, nos dizeres de Clifford Geertz, (1989: 14-41). Sem a pretensão de colocarmo-nos “embaixo da pele do outro”, pretendemos atribuir a estes elementos significativos das fontes antigas interpretações possíveis levando em conta o nosso afastamento cultural e a impossibilidade de compreensão das realidades culturais núbias e egípcias como compreendemos a nossa. A esta inevitabilidade desta dialética transcultural de passado analisado e presente analisador, Geertz aponta no exercício antropológico a delicada tarefa de se captar as partículas e conceitos próximos à experiência dos sujeitos analisados e estabelecer conexões substanciais destes com as noções distantes edificadas pelo olhar teórico e analítico (2013: 62).

No contexto colonial de processos de formação cultural, é pertinente também perceber a cultura como uma produção em constante mutação (HALL, 2013: 49). Também presentes no jugo colonial estão as definições identitárias a partir de jogos de poder e transformações culturais, denotando às identidades caracteres políticos e antropológicos, associativos e designados (HALL, 2013: 74).

Na busca por uma leitura acurada às fontes arqueológicas presentes no discurso egípcio acerca destes herdeiros, bem como nos espaços funerários das próprias elites núbias, investe-se em um olhar em torno de minúcias que possibilitem interpretar tais negociações e transformações entre núbios sob o jugo faraônico. É importante salientar tais possibilidades como não totalmente intencionais aos anseios coloniais egípcios. Estas, portanto, apresentam-se silenciosas ao olhar historiográfico, manifestando-se por meio de indícios, pistas e vestígios no contexto (GINZBURG, 1989: 144-167), mas ainda suscetíveis de cruzamentos a enriquecerem o corpo documental em questão. Através do estudo das fontes em torno dos herdeiros núbios investigados, objetivamos colocar em foco estes núbios enquanto casos particulares, mas representativos à compreensão de microcosmos em estratos sociais de

períodos históricos amplos (GINZBURG, 2006: 20). Nesse sentido, estudos de caso como os presentes aqui nos permitem reduzir a escala de análise sem perder de vista os grandes processos que se constituem na experiência núbia sob a XVIII dinastia egípcia.

As páginas seguintes, cujos desígnios até aqui foram brevemente apresentados, dividem-se em três capítulos, ordenados e detalhados a seguir.

No primeiro apresentar-se-ão discussões em torno de reflexões metodológicas e historiográficas acerca do Egito e da Núbia. Para tal intento serão problematizadas noções em torno do *egiptocentrismo* na escrita da história faraônica, bem como da subordinação e desproporção núbia desde o nascimento do campo acadêmico da Egiptologia, além do emaranhamento deste ao contexto racial presente nestas produções literárias. Em paralelo, será desenvolvido um questionamento acerca da concepção de *egipcianização*, seus truísmos historiográficos e prestabilidade aos contatos entre núbios e egípcios perante a escrita da história nos séculos XIX e XX. Também serão discutidas questões sobre o uso das categorias históricas de *Império* e *Imperialismo* às realidades egípcia e núbia, bem como a aplicabilidade destas em realidades africanas antigas. A encerrar, propor-se-á uma ótica metodológica para a noção de fronteira ao contexto núbio e egípcio analisado.

Posteriormente, o segundo capítulo se debruçará, a partir das proposições do primeiro, sobre as relações tecidas entre o Estado faraônico e as regiões núbias de Wawat e Kush sob a XVIII dinastia. Para tal intento, serão analisadas fontes escritas e iconográficas dos prelúdios da expansão egípcia com foco às particularidades da expressão étnica núbia ao Egito. A compreender as complexidades da trama núbio-egípcia, focar-se-ão nos tráfegos de egípcios e núbios entre o nordeste africano do período em questão afim de entender os caracteres políticos e culturais deste estágio inicial do Reino Novo a moldarem políticas de dominação e alteridade oficiais egípcias.

Por fim, no terceiro capítulo se tencionará descortinar e apresentar casos particulares de príncipes núbios educados na corte faraônica da XVIII dinastia. Com isso, anseia-se perceber as políticas de assimilação egípcia por meio do *infantário real*, bem como as singularidades e relevâncias destas personagens núbias e suas localidades de origem no contexto. A perceber a agência destes sujeitos cujas vidas duplas cruzaram-se em um contexto diaspórico de movimentação cultural frente ao poder egípcio e aos projetos faraônicos de *egipcianização*, propor-se-á uma análise pormenorizada da cultura material presente nos espaços funerários destes nobres núbios.

1 – À SOMBRA DA PIRÂMIDE: O EGITO E A NÚBIA EM UM SOBREVIVO HISTORIOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO

“Cada partido ou nação enxerga o meio-dia da porta de sua casa”
Provérbio africano. **História Geral da África vol I (1982)**⁸

O provérbio epigrafado acima, mencionado pelo memorialista malinês Amadou Hampaté Bâ, abre-nos à reflexão em torno dos testemunhos e entendimentos em sociedade enquanto competências sobretudo humanas. Mirando-se no “prisma das paixões, da mentalidade particular, dos interesses ou, ainda, da avidez em justificar um ponto de vista” (BÂ, 1982: 182), Bâ evoca o caráter relativo e mutável de ações e expressões de homens e mulheres em seus devidos contextos. Observar a si e aos outros, conseqüentemente, não fugiria deste enxergar “da porta de sua casa”.

Especificamente dentro da construção de conhecimento, confronta-se à máxima de Bâ a pretensão acadêmica de se produzir resultados imparciais e resistentes a crenças, valores e sectarismos, divergindo a expressão erudita de doutrinas e sentidos políticos. Edward Said, a partir de seus questionamentos acerca da edificação do saber no ocidente contemporâneo, levanta, no entanto, a ausência de qualquer método que efetivamente distancie o erudito de circunstâncias de seu ambiente. Neste impasse, imersões conscientes ou inconscientes a envolverem premissas e posições na sociedade inevitavelmente se relacionam com o exercício acadêmico, ainda que o erudito pretenda atingir isenção perante os perturbadores e envolventes sentidos políticos de sua realidade (SAID, 2007: 37-38).

Nesta esteira, Michel de Certeau aponta, a partir de suas considerações sobre a *Operação Historiográfica*, a importância do Lugar Social do historiador e, portanto, da obra por ele fabricada. Para Certeau, toda produção historiográfica encontra-se localizada em um meio de elaboração emaranhado em lógicas e significados socioeconômicos, políticos e culturais. Olhar o passado é, portanto, submeter-se a imposições do presente, ligadas a delineações, lacunas e anseios em uma teia de particularidades contextuais (CERTEAU, 2011: 47) em busca de *fatos históricos* previamente referendados.

Marc Bloch, através do póstumo *Apologia da História* em 1949, alertava igualmente da impossibilidade de se estudar plenamente um fenômeno histórico fora de seu momento de formação. Para expressar a volubilidade em torno da produção histórica, menciona um

⁸ BÂ, 1982: 182.

provérbio árabe, a dizer que “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais” (BLOCH, 2001: 60). Nesse sentido, debruçar-se sobre obras historiográficas concebe-se como observar produções localizáveis a emanarem não somente o contexto narrado, mas também, e talvez principalmente, a conjuntura a permear o tempo e o espaço de elaboração das mesmas e de seus autores e autoras.

A perceber o referencial de particularidades em torno de enunciações localizadas e diretamente ligadas a truísmos e legitimações sociais, ansiamos neste capítulo explorar nas produções historiográficas e perspectivas heurísticas em torno do Egito faraônico e da Núbia refrações dos momentos de produção das mesmas. Tal objetivo conecta-se à percepção dos usos políticos da antiguidade africana como permeados por categorizações e óticas imersas nas relações de poder e subjetividades de seus contextos de elocução.

1.1 A EGIPTOLOGIA ACADÊMICA E O ESTEIO DA RAÇA

No despertar dos primeiros anos oitocentistas, novos florescimentos desabrocham a partir do raiar iluminista de anos anteriores no espaço europeu. Sob o arcabouço de uma racionalidade nascente no desfecho do setecentos, ganham consistência no século XIX campos de um cientificismo ainda ascendente. Atrelada a ele, pulsa-se forte a ânsia europeia de se classificar tudo o que fosse alcançável aos olhos da progressiva expansão no além-mar (PRATT, 1999: 41-75). Dessa forma, elementos da flora e da fauna a serem compreendidos pelo olhar planetário adquirem o status de estudo científico partindo da fundação de disciplinas como a História Natural. Posteriormente, grupos humanos frutos dos contatos de europeus em terras distantes também passam a compor o corpo observacional desta visão descritiva, a partir da Antropologia.

Nesta última, mesclas da divergência de elementos físicos com anseios de dominação expansionista e colonial correntes estabelecem nuances à ótica científica em ascensão. Acerca das diferenças entre grupos humanos em espaços extra europeus, ganham consistência desde os círculos letrados setecentistas classificações hierárquicas de *tipos* ou *raças*⁹ impostas à

⁹ Para o filósofo anglo-ganês Kwame Appiah a perspectiva de que existam características hereditárias que permitam dividir a humanidade em conjuntos de raças é o que ele define como *Racialismo*. Estas características, primeiramente visíveis fisicamente ou de ordem comportamental e moral, comporiam o que o pensamento racista trata como a essência racial herdada em cada grupo, desde que componham arquétipos positivos para todos os grupos raciais, ao que Appiah logo expressa como algo falso no Ocidente. A servir de pressuposto diferenciativo a grupos humanos com base na raça, o pensamento racista pode dar luz a doutrinas de ordem racista, que por sua vez crêem nestas características distintivas enquanto legitimadoras de tratamentos

humanidade. As observações humanas do período, portanto, passam a ser vistas sob um sistema de medições precisas de elementos característicos, sob o anseio de apreender descritivamente as dissonâncias físicas observadas, associando-as a naturezas comportamentais, morais e intelectuais impostas a cada grupo racial (SAID: 2007: 173-174).

Naturalmente, a máxima posição de superioridade valorativa aos arquétipos físicos elencados pelas obras científicas europeias, bem como às características relativas à máxima conduta e desígnio social, era associada à *raça Branca*, a que Charles Linnaeus no seu *Systema Naturæ* em 1758 referenda como *Europeanus*. “Delicada, perspicaz, inventiva”¹⁰, esta, para Linnaeus, discrepava expressivamente do que chamou *Afer* ou *Africanus*, a *raça Negra* de caráter “indolente, negligente”¹¹ a ocupar o mais inferior espaço das categorizações raciais (LINNAEUS, 1758: 21-22).

É significativa esta visão em torno das populações do continente africano no contexto em questão. Com expansão expressiva a partir do setecentos, o comércio de escravos africanos torna-se cabal a potências da época como Inglaterra e França, expoentes intelectuais de postulados raciais científicos no período, a moverem grandes fortunas com o tráfico escravista africano às Américas (M'BOKOLO, 2009: 284-285).

Do contexto de crescimento de campos científicos, aliados à realidade de dominação extracontinental europeia, tal perspectiva imersa em discursos raciais hierárquicos a sistematizarem grupos humanos debruçou-se também na observação de comunidades históricas a habitarem tais espaços conquistados. Em fins do século XVIII e nos primeiros anos do XIX, a seguir esta esteira de olhares raciais ao passado, a antiguidade do espaço africano torna-se destaque.

Emblemático exemplo disto apresenta-se por meio de Constantin-François de Volney, homem das ciências e dos estudos clássicos de Paris, que em 1781, a partir de uma herança recebida aliada aos anseios científicos do erudito, leva-o a viajar. “A América nascente e os selvagens me tentavam, mas outras ideias me fizeram decidir pela Ásia; a Síria, sobretudo, e o Egito me pareceram um campo próprio às observações políticas e morais das quais queria me ocupar” (VOLNEY, 1787 apud VERCOUTTER, 2002: 38). Volney, sob a égide científica das

diferenciais e hierárquicos às raças, uma vez que estas, para o *Racismo*, possuiriam diferentes status morais, intelectuais e comportamentais (APPIAH, 1997: 33-35).

¹⁰ Tradução nossa.

¹¹ Tradução nossa.

luzes e, através do seu olhar científico setecentista, atesta seu deslumbramento com os resquícios históricos encontrados por ele nas areias do deserto africano: “Se o Egito foi dominado por uma nação amiga das belas-artes, ali se deveriam encontrar, para o conhecimento da Antiguidade, recursos que geralmente não se veem no resto da Terra” (VOLNEY, 1787 apud VERCOUTTER, 2002: 37).

Viajante das últimas décadas do século XVIII, Volney buscou observar o que encontrava na cultura material e nos modos de viver egípcios do passado e do presente por meio da lente racialista de seu tempo. A pirâmide de Khufu, maior dentre as três principais do complexo de Giza e até então mais alta construção humana do mundo (OLIVEIRA, 2010: 13) recebeu a visita de Volney, a maravilhar-se com sua guardiã, a esfinge do faraó Khafre. Na busca de classificar racialmente os coptas, cristãos nativos do Egito a encontrar nas ruas do Cairo e os quais o francês conectava à antiga população faraônica por associações linguísticas, a esfinge deu a resposta à problemática racialista de Volney:

Todos têm um tom de pele amarelado e fumoso, que não é grego nem árabe; todos tem o rosto bochechudo, o olho inchado, o nariz achatado, o lábio grosso; numa palavra, um autêntico rosto de mulato. Estava tentando atribuí-lo ao clima, quando, tendo ido visitar a Esfinge, o seu aspecto me deu a chave do enigma. Vendo esta cabeça caracterizada de *negro* em todos os seus traços, lembrei-me da notável passagem de Heródoto, em que este diz: “Para mim, considero que os coptas¹² são uma colônia de egípcios, porque como eles, têm a pele negra e os cabelos crespos”; quer dizer, que os antigos egípcios eram autênticos negros da espécie de todos os naturais da África; e a partir disso explica-se como o seu sangue, aliado há vários séculos ao dos romanos e dos gregos, deve ter perdido a intensidade da sua primeira cor, conservando contudo a marca do seu molde original (VOLNEY, 1787: 65-67 apud M’BOKOLO, 2009: 61).

Seguindo a constatação pessoal sobre o povoamento faraônico, Volney expõe em seus escritos de viagem uma profunda reflexão sobre seu próprio cenário social, permeado não somente acerca do rosto *negro* visto por ele na colossal esfinge, mas também nas práticas de seu contexto europeu de postulados racistas e práticas exploratórias em África:

O fato que ele (o Egito) oferece à história permite um grande número de reflexões à filosofia. Que tema de meditação, ver a barbárie e a ignorância atual dos coptas, resultantes da aliança do gênio profundo

¹² Embora a tradução brasileira da obra de M’Bokolo traduza este termo da passagem de Volney, em referência a Heródoto, como *coptas*, cremos se tratar dos *Cólquidas*, habitantes do sul do Cáucaso e contemporâneos do viajante grego, ao contrário dos cristãos coptas egípcios.

dos egípcios e do espírito brilhante dos gregos; pensar que esta raça de homens negros, hoje nossos escravos e objeto do nosso desprezo, é essa mesma à qual devemos as nossas artes, as nossas ciências e até o uso da palavra; imaginar enfim que foi no seio dos povos que se dizem os maiores amigos da liberdade e da humanidade, que foi sancionada a mais bárbara das escravaturas, e enunciando o problema de saber se os homens negros possuem uma inteligência da espécie dos brancos (VOLNEY, 1787: 68 apud M'BOKOLO, 2009: 62).

A obra de Volney levantou um debate antes silencioso sob as rodas intelectuais por meio da divulgação de seus escritos de viagem¹³ na França. Se a conceituação e hierarquização racial alçavam-se sobre a ciência setecentista europeia, seria por meio de eruditos cientistas que Volney sentiria crescer o rechaço a sua obra. A partir de seu trabalho, o autor viu florescer nos círculos acadêmicos uma forte barreira à aceitação de seu racismo negro sobre os egípcios antigos.

Se anteriormente a Europa só conhecia o passado e o presente egípcios a partir de descrições e relatos esparsos de viagens como Volney, será a partir das campanhas militares e científicas francesas no Egito, entre 1798 e 1801, que o academicismo europeu imergir-se-á em uma realidade até então altamente distante. A obra de Volney, contudo, permanecia significativa à época a ponto de Napoleão Bonaparte recorrer a ele antes de viajar para a terra do Nilo a fim de saber mais do que o esperava no outro lado do mar Mediterrâneo (BURLEIGHT, 2008: 32). Por conseguinte, o relato de viagem de Volney foi o único livro pessoal que o general Bonaparte carregou consigo na sua expedição ao Egito em 1798 (VERCOUTTER, 2002: 39). Inserida no contexto revolucionário francês, a campanha napoleônica às terras do Nilo pretendia pautar-se na ocupação egípcia afim de combater o domínio britânico avançando posteriormente à Índia.

Da presença de Napoleão e seus cento e cinquenta e um artistas e cientistas, responsáveis por acompanhar as forças militares e descrever elementos arquitetônicos, botânicos, geográficos, históricos e antropológicos do Egito, restaram à Europa a partir do retorno da campanha francesa as publicações em 1802 da obra *Voyage dans la Basse et la Haute Égypte*, de Vivant Denon, membro da equipe de Bonaparte, e dos 23 extensos volumes intitulados *Description de l'Égypte*, entre 1809 e 1828, a comporem todo o corpus

¹³ Sob os anseios de conhecimento e descrição acerca do resto do mundo, cidadãos europeus se relacionavam com as longínquas terras e povos que desejavam explorar e analisar através dos relatos de viajantes. Muito populares a partir da segunda metade do século XVIII, os testemunhos de viagens e explorações científicas aguçavam a idealização e a curiosidade europeias, constituindo-se no período como valiosas fontes de informação ao público e ao científico (PRATT, 1999, 52-53).

documental de registros escritos e imagéticos em aquarelas e desenhos da expedição (SAID, 2007: 124-128). Também resultante desta empreitada francesa estavam as incontáveis peças da cultura material faraônica, a circularem entre coleções particulares e galerias de museus, principalmente no espaço britânico, a tomar as pilhagens realizadas pela ocupação egípcia da França. Rapidamente os primeiros anos oitocentistas em espaços como França e Inglaterra levam a comunidade letrada a intrigar-se acerca daquela antiga sociedade espelhada na multiplicidade de objetos dispersos em coleções e museus, bem como nos monumentos colossais milenares aquarelados nas páginas das descrições francesas no Egito: Que outras informações estariam ocultadas sobre um Egito tão esquecido em meio às areias do Saara? Qual seria a *natureza* de suas gentes?

A responder tais questões, investiu-se imediatamente uma epopeia em busca do maior conhecimento acadêmico em torno do passado faraônico do Egito. Enquanto os portos egípcios apinhavam-se de viajantes em busca das paisagens desenhadas por Denon ou de resquícios antigos comerciados ilegalmente, na França, Edme Jomard, geógrafo da expedição de Napoleão, era encarregado pelos setores oficiais para que comprasse “qualquer coisa [egípcia] que fosse, em qualquer lugar, onde quer que achasse” (MELLA, 1981: 31). No espaço acadêmico europeu, por sua vez, travava-se uma batalha em busca da tradução da antiga escrita egípcia, até então incompreensível.



Imagem 1.1 - Gravura de Baltard a partir do desenho de Vivant Denon a retratar o interior ainda coberto de areia do templo de Edfu. 1803: pl. 57.

Tal tarefa seria somente efetivada a partir da análise de uma das peças coletadas pelos franceses e tomadas pelo cerco britânico. Composta por uma prancha de granito, a Pedra de Roseta, hoje exposta no British Museum em Londres, expunha em sua superfície um texto escrito em três idiomas antigos, sendo dois destes egípcios e um grego, este último em decorrência do reinado de Ptolomeu V, de origem macedônica. Foi com base em cópias das três inscrições da pedra, além de outros textos hieroglíficos paralelos, que na década de 1820 o francês Jean-François Champollion, professor de história em Grenoble e estudioso de línguas antigas, saltou à frente dos tradutores ingleses em posse da pedra e finalmente abriu o caminho para a compreensão da escrita egípcia hieroglífica após quase dois milênios de silêncio (ROMER, 1994: 108-112).

Posteriormente, entre 1828 e 1829, Champollion, já havendo publicado um curto panfleto em torno de sua proposta de tradução e sido nomeado Conservador de uma das coleções egípcias compradas pela França, parte finalmente em viagem de estudos ao Egito. Junto a ele estava um time de desenhistas contratados para ilustrar o que fosse visto, além de Ippolito Rosellini, seu aluno e amigo, em expedição patrocinada pelo grão-duque Leopoldo II da Toscana (MELLA, 1981: 31). Sua estadia, a durar pouco mais de um ano, rendeu-lhe expressivas e minuciosas análises em torno da antiga escrita hieroglífica a partir da leitura,

tradução e cópia de textos originais presentes em seus locais de origem. Em carta enviada de Ouadi Halfa, em janeiro de 1829, Champollion escreve a Bom-Joseph Dacier, secretário da Academia das Inscrições e Belas Artes em Paris, a dizer: “Nosso alfabeto é bom: aplica-se com igual sucesso tanto nos monumentos egípcios da época romana e os Ptolomeus, e então o que se torna de interesse muito maior, o registro de todos os templos, palácios e túmulos dos tempos faraônicos.”¹⁴ (CHAMPOLLION, 1833: 126).

Da crescente efetividade de compreensão acadêmica da sociedade egípcia com a tradução da escrita hieroglífica, acarretando na fundação da Egiptologia como disciplina acadêmica (LOPES, 2012: 7), fluem progressivamente da década de 1820 em diante obras de cunho egiptológico na Europa, a partir da possibilidade de interpretação direta de fontes literárias egípcias. No mesmo espaço acadêmico, avançam igualmente teorias raciais envoltas na superioridade branca a refletir as experiências coloniais europeias do período. Geograficamente localizado na África, o Egito logo começa a tomar posição nos debates em torno das categorizações raciais, a intrigar estudiosos de Egiptologia e hierarquias raciais diante da monumentalidade de uma *civilização* inesperadamente situada no Saara africano, terra da mais inferior das raças.

1.1.2 O EMBRANQUECIMENTO DO EGITO E A PROBLEMÁTICA RACIAL DA NÚBIA

De Alexandria até Aswan, Champollion e sua equipe desceram também as duas primeiras cataratas do Nilo rumo à Núbia, onde ficaram por 15 dias. O olhar analítico do tradutor dos hieróglifos, no entanto, não blindou-se de seu contexto imerso em cisões raciais. De Abu Simbel, próxima à segunda catarata, Champollion dirige novamente em 1829 uma carta a seu irmão mais velho, Jacques-Joseph, onde descreve uma das cenas que viu naquela localidade, a representar um conjunto de prisioneiros núbios sob o reinado de Ramsés II. Nas palavras de Champollion: “duas fileiras de prisioneiros africanos, uns de raça *Negra* e outros de raça *Barabra*, formando grupos perfeitamente desenhados, plenos de efeito de movimento”¹⁵ (1833: 133).

A menção àqueles dois grupos raciais por Champollion, na tentativa de definir as personagens núbias vistas por ele, é sintomática à percepção em torno da Núbia no período.

¹⁴ Tradução nossa.

¹⁵ Tradução nossa.

Se o Egito, a despertar tamanho fascínio pelas incontáveis edificações opulentas, inspirava “uma espécie de veneração” e “respeito involuntário”, nos dizeres do viajante setecentista Savary (1785 apud VERCOUTTER, 2002: 37), a Núbia despertava dúvidas em torno do seu caráter *civilizacional*. Geograficamente mais afastado do Mediterrâneo que o Egito, o território núbio confrontava-se com a predominância de reminiscências conhecidas e disponíveis para visitação no espaço egípcio, além da persistência da representa o faraônica real de subserviência dos povos núbios em textos e imagens como a descrita por Champollion em Abu Simbel. Tais pressupostos cerceavam a visão racial colocada   Núbia antiga, dividida entre o caráter indubitavelmente africano, a refletir os valores da barbárie *Negra*   época, e a aproxima o faraônica, a laurear o espaço núbio antigo sob o teto civilizacional. Champollion, referindo-se aos cativos núbios pintados por meio das categorias de *raça Negra* e *raça Barabra*, evoca as reflexões daquele momento   questão núbia. Ao mesmo tempo em que o olhar de Champollion percebia uma presença racial *Negra* dentre as personagens, era mencionada com base única na cor da pele de alguns personagens em cena também a raça *Barabra*, amplamente discutida na primeira metade do século XIX por acadêmicos a especularem sua origem entre a  ndia e o Sudão central (PRICHARD, 1837: 172-183). A definir a natureza racial e procedência dos *Barabra*, o etnologista inglês James Cowles Prichard, em sua publica o de 1837, reconhece a origem africana destes, mas reitera seu afastamento da raça *Negra*, ao dizer:

A descida dos núbios modernos ou *Barabra* de Nuba¹⁶, na região montanhosa de Kordofan, parece estar bem estabelecida como muitos fatos que são considerados como certos por autores de etnografia. Mas os *Barabra* não são *Negros*; seus cabelos, embora frisados e crespos, não são lanosos.¹⁷ (1837: 179-180).

A utiliza o da categoria *Barabra* como referência de raça tanto para defini es quanto para estudos de cunho racial também denota o trilhar das perspectivas em torno da raça no oitocentos. Na ocorrência do racismo científico atrelado aos focos de estudo cada vez mais plurais a que a academia europeia se dedicava, novas categorias foram criadas afim de dar explica o e fundamento aos anseios da época. Se pela obra mencionada de Linnaeus as popula es africanas e europeias permaneciam drasticamente separadas em dois grupos raciais, Prichard, inspirado nas recentes descobertas de seu tempo na paisagem saariana,

¹⁶ área na região central do Sudão, composta por montanhas a comporem a parte sul de Kordofan.

¹⁷ Traduo nossa.

sugere-nos a interpretação de novos grupos raciais originários da África mas reiteradamente destacados da *raça Negra*.

Igualmente percebida pelos desenhistas da expedição de Champollion, a referida cena dos prisioneiros núbios de Abu Simbel fora copiada e posteriormente reproduzida junto de outras pinturas e textos na obra *Monuments de l'Égypte et de la Nubie*, editada por Jacques-Joseph Champollion e publicada em 1835, três anos após o precoce falecimento do irmão mais novo.



Imagem 1.2 - Desenho de cativos núbios proveniente de Abu Simbel, resultado da expedição de Champollion. 1835: pl. XVI.

Jacques-Joseph, refletindo-se nos estudos do irmão tradutor de hieróglifos e nas novas definições raciais em plena ebulição à época, publica em 1839 a obra *Égypte Ancienne*, onde também expõe reflexões em torno das raças presentes na antiguidade faraônica. Contrapondo-se ferrenhamente à reflexão racial prévia de Volney, aquele escreve:

A ideia segundo a qual a antiga população do Egito pertencia à raça negra africana é um erro que foi há muito tempo adotado como uma verdade. (...) Os dois traços físicos apresentados – pele negra e cabelo crespo – não são suficientes para rotular uma raça como negra, e a conclusão de Volney quanto à origem negra da antiga população do Egito é nitidamente forçada e inadmissível. (...)

Seguindo no contraponto ao racismo negro exposto por Volney, Jacques-Joseph Champollion, prossegue, em sua obra, a categorizar as raças africanas e egípcias:

É, com efeito, hoje reconhecido que os habitantes da África pertencem a três raças, em todos os tempos distintas umas das outras: 1º - os *Negros* propriamente ditos, no centro e a oeste; 2º - os *Cafres* na costa oriental, que possuem ângulo facial menos obtuso que aquele dos *Negros*, o nariz elevado, mas os lábios grossos e o cabelo crespo; 3º - os *Mouros*, parecidos pela estatura, a fisionomia e os cabelos às nações melhor constituídas da Europa e da Ásia ocidental, e dela diferindo apenas pela cor da pele que é tostada pelo clima. É esta última raça que pertence a antiga população do Egito, quer dizer a raça branca.¹⁸ (CHAMPOLLION-FIGEAC, 1876: 27).

Tal defesa de uma racialização branca do Egito antigo expressa por Jacques-Joseph Champollion permaneceu amplamente difundida nos círculos letrados da Europa no período, a buscar afastar qualquer associação da glória civilizacional faraônica com o continente africano e a raça a este atribuída nas escalas raciais. Dessa maneira, os primeiros passos da Egptologia no oitocentos caminhavam rentes ao peso acadêmico do racismo científico.

Seguindo em sua obra, Jacques-Joseph debruça-se sobre a racialização dos habitantes da Núbia, afim de buscar compreender sua relação com as comunidades egípcias da antiguidade. A buscar pela anterioridade da população egípcia, Champollion recorre, como outros em sua época, às categorizações raciais vigentes: “Os antigos egípcios pertenciam a uma raça de homens inteiramente semelhantes ao Kennous ou Barabras, atuais habitantes da Núbia.”¹⁹ (CHAMPOLLION-FIGEAC, 1876: 27). Ao tocar na questão de possíveis aproximações do Egito com a *raça Negra*, Jacques-Joseph utiliza-se das análises racialistas do médico Dominique-Jean Larrey, a afastar do espaço faraônico qualquer ameaça ao branqueamento egípcio por ele proposto:

O Dr. Larrey realizou curiosas pesquisas sobre esta questão, mesmo no Egito; ele retirou muitas múmias, estudando seus crânios, reconhecendo as características principais, tentando nelas encontrar as várias raças que vivem no Egito, e conseguiu; os *Abissínios* pareciam-lhe reunir todas, excluindo especialmente a *raça negra*.²⁰ (CHAMPOLLION-FIGEAC, 1876: 26).

Além da evidente preocupação em excluir a *raça Negra* do contexto faraônico expressa pelo autor, é válida nesta citação a utilização por Jacques-Joseph do termo *Abissínios*

¹⁸ Tradução nossa.

¹⁹ Tradução nossa.

²⁰ Tradução nossa.

para designar as *raças* africanas estrangeiras a viverem no Egito. Para o olhar europeu do oitocentos, poucas eram as diferenças na atrelagem das áreas meridionais do vale do Nilo com os termos *núbio*, *abissínio* ou *etíope*. A remontarem nomenclaturas presentes em textos gregos clássicos ou a partir das nomeações islamizadas locais, os três faziam referência aos povos a sul do Egito com quem os antigos egípcios dividiram o Nilo e o deserto. Outra referência ao espaço antigo da Núbia dava-se por meio da menção bíblica, plenamente conhecida no período, aludindo a *Kush*²¹ a definição da localidade núbica bem como fazendo referência a um dos filhos de Cam, herdeiro de Noé amaldiçoado por este a ter para sempre sua linhagem atrelada à condição escrava e identificado fortemente com a raça negra e a África no oitocentos²².

Tais alusões clássicas e bíblicas fortaleceram-se na busca por compreensões à problemática racial à antiguidade dos espaços africanos a sul do Egito. A designação Camítica, no correr do oitocentos, desencadeou em teoria racial de mesmo nome, a definir com o termo não mais os negros amaldiçoados pela visão racial ao Cam bíblico, mas sim uma “raça de contato” que conectasse o mundo negro africano e o espaço mediterrânico não-negro, a explicar realidades na África como a antiguidade nilótica enquanto africanas, mas não-negras. Evidentemente que tal raça, possuindo relações tanto com negros quanto com brancos, expressaria na visão de seus teóricos suas qualidades atreladas à raça branca e seus defeitos como reflexos do contato com o mundo negro do sul (M'BOKOLO, 2009: 51). Na primeira metade dos anos 1800, esta questão intensifica-se a partir da afluência de expedições de cunho egiptológico a adentrarem no espaço sudanês.

Diante da caótica situação política local, imersa em frágeis chefaturas herdeiras de sultanatos opostos uns aos outros, o Sudão logo viu o seu território agregado às possessões do vice-rei do Egito Muhammad Ali na década de 1820. Curiosamente tentado pelos mesmos anseios que os governantes faraônicos de milênios atrás, Muhammad Ali enxergou nas terras a sul do Egito a possibilidade de valiosos fornecimentos minerais, visto que o Egito permanecia como uma das mais pobres províncias do império otomano. Junto das expedições militares egípcias ao Sudão, o vice-rei lá enviou também especialistas com o objetivo de encontrar minas e jazidas de ouro e outros materiais mineralógicos (IBRAHIM, 2010: 411-

²¹ Embora na Bíblia em língua portuguesa, bem como em outras obras lusófonas, o termo escreva-se *Cuche* ou *Cuxe*, mantivemos a escrita plenamente conhecida pelas referências anglófonas.

²² Gênesis 2:13; Gênesis 10: 6.

417). Um destes especialistas, o mineralogista francês Frédéric Caillaud, adentra nas primeiras décadas oitocentistas em expedição ao território sudanês, encontrando em 1822 as ruínas núbias de Meroé, próximas à sexta catarata do Nilo. Com a descoberta colossal das pirâmides meroítas, desenhadas por Caillaud e publicadas em sua obra na Europa, o Sudão começou a atrair efetivamente a atenção de estudiosos e eruditos (CASTELLANO, 2011: 92).

Este parece ter sido o caso de Karl Richard Lepsius, egiptólogo prussiano, que em 1842 é comissionado pelo rei da Prússia Frederick Wilhelm IV para, assim como fizera Champollion, dirigir uma expedição acadêmica de reconhecimento no Egito e na Núbia (VERCOUTTER, 2002: 95). Em seu retorno, em 1845, Lepsius publica na Europa os 12 volumes do seu relato acerca dos monumentos egípcios e núbios, *Denkmäler aus Aegypten und Aethiopien*. Descendo o Nilo além das 2 cataratas registradas por Champollion, o egiptólogo prussiano legou emblemáticas e precursoras menções egiptológicas aos resquícios materiais de Kush, nas áreas meridionais núbias.

Além das pilhagens efetivadas pela equipe, a comporem coleções como a do Museu de Berlim, Lepsius também trouxe ao espaço europeu novas perspectivas à temática racial núbia. Na tentativa de explicação daquele espaço africano marcado por consideráveis expressões culturais na antiguidade, Lepsius apontou para a existência no continente africano de uma cisão composta por dois grupos raciais. O primeiro e interno ao continente era o *Negroide*, localizado a sul e compreendendo efetivamente caracteres concernentes à famigerada *raça Negra*, sendo esta vista como “inerte” por Lepsius (WENDRICH, 2010: 2). O segundo grupo racial era o *Camítico*, remetendo à personagem bíblica mencionada e composto na visão do período por elementos de origem indo-europeia nas áreas africanas a norte (TRIGGER, 1978: 28). Matizes entre os dois grupos, para Lepsius, configuraram-se ao longo da história. Contudo, do que se tratasse dos habitantes de Kush, a que Lepsius tratava com o referencial grego *etíopes*, suas afirmativas eram enfáticas ao dizer que estes não adequavam-se completamente à *raça Negra*, tendo, nas palavras do autor, “pertencido à raça Caucasiana” (LEPSIUS, 1845 apud KENDALL, s/d²³).

²³ Tradução nossa de trecho presente no link http://www.pbs.org/wonders/Episodes/Epi1/1_retell1.htm, acessado em 07/04/2016.



Imagem 1.3 - Uma das ilustrações (Pl. 126) da expedição de Lepsius, a retratar a retirada de uma monumental estátua de carneiro do templo kushita de Amon, em Gebel Barkal, na Núbia. A estátua, carregada por 92 camponeses sudaneses na imagem, encontra-se hoje no Museu de Berlim.

No correr da década de 1840, tal corrente de investigação pautada em atribuições raciais que embranquecessem as populações egípcias e núbias difundiu-se nos espaços acadêmicos de Egiptologia do período. Partindo das ordens científicas europeias, no Novo Mundo também prosperaram obras acerca da antiguidade egípcia e núbia no trilhar oitocentista. Igualmente espelhadas na ótica da Europa, as classificações raciais pesavam nos estudos acadêmicos estadunidenses, e o imbróglcio da raça núbia antiga permanecia aberto ao racismo científico, adjacente ao embranquecimento imperioso do Egito.

George Gliddon, egiptólogo deste contexto, ao publicar nos Estados Unidos em 1844 o livro *Ancient Egypt* não hesitou em afirmar que “Os egípcios eram homens brancos, de nenhuma tonalidade mais escura do que um árabe puro, um judeu ou um fenício”²⁴ (1844: 46). Seguro em sua constatação racial acerca dos egípcios, Gliddon prossegue em sua obra a categorizar também Meroé²⁵, no sul núbio, desta vez por meio da suposição:

²⁴ Tradução nossa.

²⁵ Localidade antiga situada no nordeste africano a leste do rio Nilo, no sul da Núbia. Suas populações na antiguidade legaram ampla cultural material cuja riqueza em muito lembrava aos arqueólogos dos achados faraônicos no Egito. Para aprofundamento, consultar BRISSAUD, 1978: 205-259 e SILVA, 2011: 123-166.

Agora é nada mais razoável afirmar que, se em artes, ciências, costumes, religião, cor e conformação fisiológica, essas pessoas de Meroé são as mesmas pessoas que os egípcios, e provando que os egípcios foram asiáticos de origem - caucasianos de raça, e brancos de cor: o povo de Meroé deve ter sido asiático, caucasiano e branco também²⁶ (GLIDDON, 1844: 59).

No mesmo ano e também no contexto estadunidense, Samuel George Morton, médico e cientista natural, publicava sua obra *Crania Aegyptiaca*, a partir de postulações pautadas na análise craniana de múmias egípcias anexada a observações raciais contemporâneas. Das premissas craniométricas de Morton, quinze objetivas constatações suas acerca da raça dos antigos egípcios, a repercutirem visões já aclamadas pela Egiptologia da época, elencam-se nas páginas finais de sua obra. Das quinze, cinco destacam-se abaixo:

1. O vale do Nilo, tanto no Egito e na Núbia, foi originalmente povoado por um ramo da raça caucasiana.
3. Em seu caráter físico os egípcios foram intermediários entre as raças indo-europeias e semitas.
8. Os negros eram numerosos no Egito, mas sua posição social em tempos antigos era a mesma que agora é, a de servos e escravos.
13. Os dentes [dos egípcios antigos] diferem em nada dos de outras nações caucasianas.
14. O cabelo dos egípcios se assemelhava, na textura, dos mais belos cabelos de europeus da atualidade²⁷ (MORTON, 1844: 65-66).

É conveniente perceber as ponderações de Morton acerca dos caracteres raciais presentes entre as populações núbia e egípcia antigas. Ainda que estas, para Morton, estivessem enquadradas dentro da raça caucasiana, próxima de categorizações físicas e civilizacionais europeias, o autor considera a existência de uma presença racialmente negra no espaço faraônico, a refletir o caráter ainda dúbio das categorizações em torno da raça na Núbia, *caucasiana* e ao mesmo tempo indubitavelmente *negra*. Esta última, de acordo com Morton a não ultrapassar a condição servil ou cativa, espelharia o truísmo escravista da atualidade do autor, além de servir como justificativa aos traços vistos à ótica racialista enquanto *negros* na iconografia antiga.

Sob perspectivas evolucionistas, em meados do século XIX o avançar dos estudos egiptológicos lança-se em novas proposições para a interpretação da Núbia. Em 1854, o diplomata dos Estados Unidos Bayard Taylor, tendo visitado o Sudão dois anos antes, publica o livro *A Journey to central Africa*, acerca das paisagens e monumentos que viu no espaço

²⁶ Tradução nossa.

²⁷ Tradução nossa.

nilótico egípcio e sudanês. Ao exprimir a impossibilidade de associação dos traços intra-africanos sudaneses com a gênese da *Civilização*, burlando as teorias de Champollion acerca das origens egípcias terem se dado no vale do Nilo, escreveu:

O Egito, por conseguinte, não foi civilizado pela Etiópia [Núbia], mas sim a Etiópia pelo Egito. (...) os etíopes [núbios] antigos, apesar da tez mais escura que a dos egípcios (como representado na escultura egípcia), eram, como eles, um desdobramento da grande raça Caucasiana. Se eles eram originalmente emigrantes do norte da Índia e das regiões da Caxemira, como os egípcios deveriam ter sido, ou (...) vieram a Península Arábica, isto não é determinado facilmente. (...), Mas nós temos o que é ainda de maior importância - o conhecimento de que a mais alta Civilização, em todas as épocas do mundo, foi desenvolvida pela raça a que pertencemos.²⁸ (TAYLOR, 1854: 236-237).

Tal perspectiva abre margem para correntes explicativas em ascensão no campo egiptológico do contexto: uma vez reconhecidos os traços físicos das sociedades núbias, evidentes na expressão artística antiga, coube à defesa de uma Núbia caucasiana teorizar acerca da migração de raças civilizadamente superiores a ocasionarem o refinamento e o progresso inatos às populações africanas da antiguidade, ainda que tais teorias não ultrapassassem crenças expressamente pessoais, como na frase final de Taylor.

1.2 DA RAÇA AO PODER POLÍTICO: A CENTRALIDADE EGÍPCIA COMO ASPECTO CIVILIZACIONAL

Igualmente pontual à análise está a centralidade civilizacional estabelecida no Egito. Este, mais periférico à África e próximo da Europa, possuía ao olhar europeu caráter mais civilizado que a Núbia. Aliando a ótica racial às referências antigas do crescimento e domínio da sociedade faraônica em relação às áreas sudanesas, logo reforçou-se o discurso de avanços egípcios de superioridade à Núbia, cuja subordinação refletia-se na sua civilidade ainda em processo, como a frase inicial de Bayard Taylor evidencia. Este parece ter sido igualmente o caso dos egiptólogos franceses Gaston Maspero e Auguste Mariette, ao escreverem em 1872, acerca das investidas egípcias na Núbia:

Para o leste, sul e oeste, entre Darfur, o maciço da Abissínia e o Mar Vermelho, viveu uma multidão de tribos semi-selvagens, alguns negros, outros brancos, de raça africana, outros de raça semítica, (...) É dentre estas

²⁸ Tradução nossa.

tribos que [o faraó] Harsiatef encontrou fáceis vitórias.²⁹ (MARIETTE, 1872: 3)

A definição de Maspero e Mariette das populações núbias enquanto tribos também é sintomática à análise. Associada à categoria antropológica de raça estava também a conceituação de *tribo*, a abarcar de acordo com as autoridades coloniais as organizações políticas de comunidades *primitivas* (BORGES et al, 2015: 352). Na definição antropológica anglo-saxônica, a *tribo*, distinguindo-se do modelo *civilizacional* de sociedades estatais e centralizadas (AMSELLE, 2014: 27), constituiria sociedades segmentárias frutos de fragmentações sucessivas de uma mesma célula inicial. A tribo, portanto, designaria no desfecho do oitocentos bem como no correr novecentista não somente uma variedade organizacional e política, mas também e principalmente um estágio de evolução humana.

Na persistência de usos de categorias exógenas para se classificar sociedades do presente e do passado, ideologias coloniais permearam não somente as sociedades do Egito e da Núbia na antiguidade por meio do viés racial, como também associaram a ótica de dominação europeia pelo esteio da raça com definições políticas e organizacionais igualmente hierarquizadas. O *tribal* das raças intra-africanas, portanto, estaria constantemente adjunto ao *primitivo* (MAFEJE, 1971; BORGES et al, 2015: 352-353), passível de investidas externas afim de evoluir civilizadamente e, somente desta forma, resultar na suntuosidade dos tempos antigos.

Este parece ter sido o caminho trilhado pelo aclamado egiptólogo Sir William Petrie. Em 1893, o britânico obteve do *Service des Antiquités* permissão para escavar em Koptos, sul do Egito, onde supunha ter primeiramente adentrado o que chamou de uma “raça dinástica”, partindo do Mar Vermelho (SPENCER, 2011: 18), a fundar a civilização egípcia sobre as comunidades nilóticas locais. Estas, para Petrie, configurar-se-iam incapazes de edificar monumentos como as pirâmides, legitimando as premissas da ineficácia africana local e da evolução cultural como consequências de migrações externas (WENDRICH, 2010: 2). O que Petrie considerava uma “nova raça”, a expressar alterações na cultura material e em enterramentos encontrados nas escavações, contudo, pouco tempo depois revelou-se como um cemitério local, anterior ao período dinástico faraônico (SPENCER, 2011: 19).

Da escrita egiptológica europeia a reforçar o argumento da investida egípcia sobre a Núbia, afim de denotar a condição de superioridade faraônica e romper com as teorias da

²⁹ Tradução nossa.

anterioridade sudanesa do Egito, significativas são as postulações do prussiano Heinrich Brugsch, diretor da Escola de Egiptologia do Cairo, que em fins do século XIX escreve que os egípcios “subiram o rio para fundar na Etiópia [Núbia] templos, cidades e espaços fortificados, a difundir as bênçãos de um Estado civilizado sobre a rude população de cor escura”³⁰ (BRUGSCH, 1891: 3 apud VAN PELT, 2013: 525).

Tal eixo, centrado na migração em detrimento de desenvolvimentos locais, atravessou o século XX por meio de reflexões em torno das progressões e regressões das mesclas entre as raças nativas e externas. Diante da realidade histórica núbica, expressa nas fontes egípcias por meio da condição de inferioridade estrangeira, incumbiu-se às argumentações acadêmicas balancear a experiência de dominação faraônica desta e a opulência dos monumentos núbios com os diferentes valores civilizacionais das interações propostas pela premissa racial. George Reisner, egiptólogo estadunidense responsável pela primeira escavação acadêmica no espaço núbico de Kerma, em 1913, justificou sua tese acerca das culturas núbias “não serem tão desenvolvidas quanto as egípcias por causa da mistura racial” (KENDALL, s/d), a dizer:

A mescla social das três raças, a egípcia, a núbica, e a negra em uma comunidade, naturalmente haveria de ter um efeito cultural marcado nesta comunidade. O resultado mais óbvio em todos esses casos é, certamente, a produção de descendência de sangue misto que não herda as qualidades mentais da mais alta raça, neste caso, a egípcia.³¹ (1923: 556)

Mais uma vez a Núbia, seja pelo viés da raça ou da civilização, é referida à sombra da reluzente sociedade egípcia. Fosse perspectivado como *Branco* e caucasiano, fosse reconhecido como *Negro* e africano, o espaço núbico sob o cânone egiptológico tradicional não fugia do estado de sujeição, ora por meio da dependência egípcia e asiática a partir da penetração *civilizacional* de forças exteriores, ora por meio da supressão racial como fundamento ao domínio faraônico.

Ao aprofundar suas definições em torno das relações tecidas entre o Egito e a Núbia sob os projetos de dominação faraônica às terras do sul, Reisner em 1910 cunha o conceito de *Egípcianização*. Este, para o egiptólogo, configurava-se como movimento de *aculturação* e ocupação a partir das sucessivas conquistas egípcias nas comunidades núbias, escravizando-as ou as expulsando de suas terras de origem (VAN PELT, 2013: 524). Reisner, imerso na centralidade egípcia, descreve que os egípcios, “por sua inteligência e conforto físico de sua

³⁰ Tradução nossa.

³¹ Tradução nossa.

existência, impressionaram nas cabeças dos etíopes [núbios] dia após dia a superioridade da raça egípcia”³² (1918, 236 apud VAN PELT, 2013: 525). Pautando-se na inferioridade núbica presumida em sua natureza, aliada às noções de civilização do poder central egípcio, Reisner, por fim, sugere que este “processo [de conquista egípcia sobre a Núbia] não deve ter sido difícil”³³ (1910: 342 apud VAN PELT, 2013: 525).

1.2.2 – NOVAS PERSPECTIVAS, VELHAS CENTRALIDADES

É pertinente constatar, conforme aponta o arqueólogo Timothy Kendall, como tais asserções de cunho racial e colonial suprimiram os estudos em torno da Núbia nos Estados Unidos durante o século XX (KENDALL, s/d), discrepando da crescente escalada da Egiptologia acadêmica. Neste mesmo contexto novecentista, no espaço das Américas, é salutar a menção aos processos e práticas raciais imersos no Novo Mundo. Estes, porém, se verão absorvidos a novos atores e ângulos em torno da categorização de raça.

Classificadas sob a inferioridade atrelada à *raça Negra*, especialmente no cenário de exploração africana nas Américas, populações afrodescendentes letradas questionarão tais atribuições raciais, problematizando a absoluta subalternização *negra* nas escalas de raça. É fundamental perceber que mesmo na fundamentação destas problematizações a lógica racialista não é rompida, sendo um fator estrutural no contexto destas populações da diáspora. Assim, homens e mulheres tomarão a atribuição racial *negra* como elemento de unidade positivada e de solidariedade. Acerca dos primeiros impulsos à positividade racial negra no espaço americano, válida é a suposição do filósofo Kwame Appiah a este particularismo geográfico. Para Appiah (1997: 24), embora marcadas pelo colonialismo e pela inferioridade, as populações africanas em África diferiam-se das experiências da diáspora africana nas Américas, palco da massiva prática de segregação racial, herança da escravidão, a sinalizar cada homem ou mulher afrodescendente como legatário deste processo.

Frutos deste processo de racialização e colonialismo europeu, homens instruídos nas letras e artes acadêmicas e negros nas definições raciais depararam-se com as premissas científicas de inferioridade negra cunhadas por intelectuais europeus e eurodescendentes. Em um processo que o historiador guineense Carlos Lopes chamou de *Inversão da Pirâmide* (1995: 25), tais negros letrados na diáspora, alicerçando-se na construção de uma coesão

³² Tradução nossa.

³³ Tradução nossa.

norteada pela raça e perspectivando a África como *pátria negra* e unicidade política natural, criaram no desfecho do oitocentos o discurso Pan-Africanista, a romper com as tradicionais definições de hierarquização racista. Do cerne racial a conectar os negros da diáspora à trajetória africana, estes avançaram na revisão e reelaboração da escrita da história da África, seu local de origem e *pátria* por excelência. No decurso da edificação deste novo ângulo, o Egito faraônico, enquanto assentado no nordeste africano, é reivindicado de maneira a laurear o continente, figurando-se como gloriosa aurora da superioridade histórica africana (LOPES, 1995: 26).

A compartilhar da unidade da *raça negra*, o pastor afro-americano Edward Blyden, colega de fundadores do discurso Pan-Africanista no oitocentos como Alexander Crummel³⁴ (APPIAH, 1997: 44), publica em 1873 o livro *From West Africa to Palestine*, com impressões do autor em viagem da Libéria até Jerusalém. No seu relato da visita ao Egito, o olhar racial pan-africanista de Blyden é expresso na descrição da esfinge de Giza: “seus traços são decididamente do tipo africano ou negro, com narinas expandidas”³⁵ (1873: 114). Seguindo de sua constatação racial do monumento observado, Blyden reflete em torno da natureza dos egípcios antigos, sugerindo o questionamento:

Se, então, a Esfinge foi colocada aqui - olhando no majestoso e misterioso silêncio sobre a planície vazia onde ficava a grande cidade de Mênfis em todo o seu orgulho e glória, como uma “representação emblemática do faraó” - não seria uma clara inferência quanto ao tipo peculiar ou raça a que pertencia o faraó?³⁶ (BLYDEN, 1873: 114).

Blyden, no entanto, refletindo o seu contexto de dominação europeia a perspectivar o status de civilização partindo do domínio colonial, acreditava em uma regeneração da África a partir do êxito da colonização britânica como modelo para promoção da civilidade. Como aponta Valentin Mudimbe, Blyden enxergava o sistema de governo britânico às colônias como “iluminado”, a proteger “os direitos, a liberdade, a vida e a propriedade de cada indivíduo, independente da raça ou religião”, possibilitando a evolução “em termos de civilização e bem-estar” (apud MUDIMBE, 2013: 135). Contudo, Blyden reforça o argumento

³⁴ Padre episcopal afrodescendente nascido nos Estados Unidos e com formação na Universidade de Cambridge, foi grande impulsionador dos primeiros discursos Pan-Africanistas e de nacionalismo africano. Para aprofundamento, consultar APPIAH, 1997: 19-22.

³⁵ Tradução nossa.

³⁶ Tradução nossa.

de que tais processos de civilização africana deveriam partir dos “negros civilizados da América”, cujo contato com a presença britânica colonial propusera a estes enxergar os caminhos evolutivos ao continente ao mesmo tempo em que estes sujeitos possuiriam a insígnia racial africana. Tal apontamento é reflexivo acerca das permanências do discurso colonial dentre estes homens letrados negros, cuja premissa de unidade racial negra, ainda que emancipadora, parte de reflexões cunhadas na experiência colonial do conhecimento acadêmico centrado em elementos de fabricação europeia como raça e civilização.

Nas primeiras décadas do século XX, o discurso Pan-Africanista nas Américas adquire bases intelectuais a partir dos estudos e argumentações de Willian Du Bois, historiador e sociólogo afro-americano nascido em Massachusetts. A prosseguir dos primeiros postulados oitocentistas de nacionalismo africano e da positivação da África, vista em certo momento por Du Bois como a “mãe pátria”, este cria na raça como identificação humana pautada não só em elementos físicos, mas também em impulsos comuns a garantirem a coesão de histórias e tradições dentre cada grupo racial. Tais grupos, para Du Bois, mantinham relações de complementaridade e possuíam contribuições a dar para toda a humanidade (APPIAH, 1997: 53-55). A sustentar a discussão pan-africanista acerca do Egito antigo, Du Bois publica em 1915 a obra *The Negro*, com um capítulo dedicado aos casos egípcio e etíope (núbio) na antiguidade. Sobre estas duas realidades, o autor assinala sua visão racialista de unicidade negra às populações africanas antigas, a dizer:

Os próprios egípcios, posteriormente, afirmaram que eles bem como sua civilização vieram do sul e das tribos negras de Punt³⁷, e certamente desde o primeiro momento em que resquícios humanos foram encontrados o Egito e a Baixa Núbia³⁸ parecem ter formado culturalmente e racialmente uma mesma terra.³⁹ (DU BOIS, 1915: 21).

Du Bois (1915: 22), ao tratar das relações tecidas entre o Egito e a Núbia, expõe a partir da ótica faraônica os projetos de dominação egípcia resultantes do interesse na Núbia: “Esta nova riqueza da Etiópia [Núbia] animou a cupidez dos faraós e levou-os à agressão e maiores relações [com os núbios]”. Quando expõe o decurso dos projetos de dominação

³⁷ Localidade mencionada em fontes escritas e iconográficas egípcias, com quem o estado faraônico manteve intensos contatos e relações comerciais. Hoje crê-se ter se situado no Chifre da África, ainda que seja misteriosa sua exata localização. M'BOKOLO, 2009: 39.

³⁸ Área sudanesa a norte, correspondente ao espaço entre a primeira e a segunda cataratas do rio Nilo.

³⁹ Tradução nossa.

egípcia, contudo, Du Bois segue a tendência egiptológica e historiográfica corrente a expor a Núbia através da sujeição à *aculturação* imposta pelo poder faraônico: “O Novo Império que se seguiu testemunhou a incorporação gradual da Etiópia ao Egito”. Por fim, Du Bois expõe de maneira emblemática a persistência da centralidade egípcia, mesmo dentre aqueles cujo cerne era combater a imposição colonial da inferioridade negra, reforçando o coro unilateral da *Egipcianização* da Núbia ao dizer que a “cultura egípcia, no entanto, gradualmente conquistou a Etiópia [Núbia] onde seus exércitos não resistiam, e a religião egípcia e um governo civil começaram a centrar no reino mais escuro”. Mesmo as menções do autor ao Egito e a Núbia tornam-se sintomáticas à perspectiva da centralidade egípcia. No capítulo, Du Bois menciona o Egito e os egípcios 60 vezes, ao que a Etiópia, termo por ele utilizado para referir-se à Núbia, figura 34 vezes no texto.

Junto à ótica de unidade racial de Du Bois, o século XX viu florescer em suas primeiras décadas, paralelas ao discurso pan-africanista em língua inglesa, novas expressões francófonas em torno do pertencimento positivado à raça negra e da emancipação política. Diante de obras como o romance *Batouala*, do guianês de origem africana René Maran, a denunciar o caráter exploratório da colonização europeia em terras africanas, prontamente afloraram no outro lado do oceano letrados africanos a erguerem-se perante o orgulho racial negro e a objeção aos regimes coloniais (HERNANDEZ, 2005: 148-149).

Logo, no espaço africano, despontaram a partir da década de 1920 congressos e encontros de cunho político a abarcarem temáticas como a luta por independência e emancipação do sistema colonial e autonomia efetiva de populações africanas e afrodescendentes frente à apatia e ao racismo (HERNANDEZ, 2005: 149-151). Fruto deste contexto de mesclas de erudição francófona africana e anticolonialismo, Cheikh Anta Diop, senegalês de nascimento e parisiense de erudição, logo percebe em sua formação acadêmica a persistência da visão eurocêntrica da história a negar às populações africanas qualquer protagonismo. Assim, na década de 1950, Diop elabora sua tese de doutorado, centrando-se na anterioridade histórica das civilizações racialmente negras. Adensando o coro de Blyden e Du Bois, Diop abarca em seu trabalho também, sob a visão racialista da negritude, o Egito faraônico, vendo neste a máxima precedência do continente africano e da civilização mundial a partir de análises históricas, antropológicas, genéticas e linguísticas. Segundo Diop:

O antigo Egito foi uma civilização negra. A história da África Negra permanecerá suspensa no ar e não poderá ser escrita corretamente até que historiadores africanos se atrevam a conectá-la com a história do Egito. Em

particular, o estudo de línguas, instituições, e assim por diante, não poderá ser tratado de forma adequada; em uma palavra, será impossível construir estudos africanos de humanidades, um corpo de ciências humanas africanas, enquanto essa relação não parecer legítima.⁴⁰ (DIOP, 1974: xiv)

A tese de Diop, no entanto, não é defendida por conta da ausência de uma banca qualificada para o tema, e o autor logo a publica três anos mais tarde através da editora francesa Presence Africaine, focada na difusão de conhecimentos em torno de África e diáspora africana e fortemente conectada a trabalhos relevantes às políticas Pan-Africanistas (BARBOSA, 2012: 10). Adquirindo fortes ecos no meio militante antirracista acadêmico, a obra, intitulada *Nations nègres et culture* logo impulsiona o nome de Diop como referência nacional e internacional acerca das sociedades africanas anteriores à colonização europeia. Na década de 1960, após finalmente conseguir defender sua tese em Paris, Diop prossegue na publicação de outras obras de legitimação às teorias defendidas por ele acerca da anterioridade histórica a partir de civilizações negras (MACEDO, 2013: 16-17), com foco no caso faraônico. Em 1981, já com pleno reconhecimento a partir de publicações traduzidas, palestras e participação de projetos como a coleção História Geral da África, patrocinada pela UNESCO e com o objetivo de reunir intelectuais a superarem os conceitos colonialistas em torno da trajetória do continente africano, Diop ingressa como professor de História na Universidade de Dakar, sua cidade natal, estendendo-se até seu falecimento, em 1986, no estudo e publicações em torno da africanidade e negritude da sociedade egípcia (MACEDO, 2013: 17).

Imerso na condição racialista de seu período, aliada às tendências acadêmicas e políticas de centralidade egípcia no contexto africano antigo, Diop é enfático ao colocar em seu texto o Egito enquanto protagonista do desenvolvimento civilizacional, em contraposição ao que Diop enxergava como o barbarismo das formações não-estatais e nômades, presentes em outros contextos, especialmente os europeus:

Arruinado por todas estas sucessivas invasões, o Egito, berço da civilização a partir há 10.000 anos, enquanto o resto do mundo estava mergulhado na barbárie, deixaria de desempenhar um papel político. No entanto, ele logo continuaria por muito tempo a iniciar os povos mais jovens do Mediterrâneo (gregos e romanos, entre outros) ao esclarecimento da civilização.⁴¹ (DIOP, 1974: 10).

⁴⁰ Tradução nossa.

⁴¹ Tradução nossa.

Na persistência do discurso anticolonial e de emblemática expressão da inversão da pirâmide historiográfica proposta por Carlos Lopes, Diop é pontual ao associar os primeiros Estados na antiguidade, ápices das escalas evolutivas de organização social, à raça negra, vista pelo senegalês sob a condição um tanto inerente de inventividade civilizacional. Tal perspectiva é pontual na continuidade das postulações europeias em torno de teorias raciais e da associação destas com o elemento civilizacional, mas apropriadas à tese de um Egito negro. Ao nomadismo e à migração, Diop é enfático na conexão destes, vistos como inferiores às formações estatais, com as raças indo-europeias, tão enfatizadas na edificação da sociedade egípcia por acadêmicos europeus do oitocentos:

Em todas essas terras [Egito, Arábia, Fenícia, Mesopotâmia, Elam e Índia], já havia civilizações negras quando os indo-europeus chegaram na condição de áspersos nômades durante o segundo milênio. (...) Se nos referimos à mais remota antiguidade, a evidência nos obriga a começar pelos países negros para explicar todos os fenômenos da civilização.⁴² (DIOP, 1974: 152).

A defender o desenvolvimento intra-africano da população egípcia, Diop evoca não somente a origem egípcia aos egípcios, mas também aos desenvolvimentos ocorridos dentro das sociedades no espaço africano. Se para os levantes de centralidade africana a África constituía-se como a "Pátria mãe", como dissera Du Bois, Diop centra o Estado faraônico na condição medular negra, tratando-o como a verdadeira "Pátria mãe" de onde radiaram os outros centros africanos:

Esta civilização, chamada Egito em nosso período, desenvolveu-se por um longo tempo em seu berço precoce; (...) Obviamente, durante esse longo período, os Negros [egípcios] puderam ter penetrado mais e mais profundamente no interior continental para formar núcleos que se tornariam centros de civilização do continente (...). (DIOP, 1974: 22).

Para Diop, tais espaços centrais formados pela difusão faraônica “tenderiam a viver em isolamento, como resultado da enorme distância a separa-los de vias de acesso ao Mediterrâneo”. Mas, dependentes do Estado egípcio como o autor os expunha, quando “o Egito perdeu a sua independência, o isolamento [destes centros] foi completo” (DIOP, 1974: 23).

Referindo-se às interações presentes entre as populações egípcias e núbias, Diop expressa sua crença na anterioridade egípcia ter-se dado a partir dos povos núbios, a indicar

⁴² Tradução nossa.

“que a civilização egípcia descendeu daquela da Núbia, em outras palavras, do Sudão” (1974: 150), retomando teorias da origem sudanesa do Egito, como Champollion fizera no século anterior. Mesmo a já mencionada cena de prisioneiros núbios em Abu Simbel, descrita pelo francês, é foco de análise para Diop. Este, no entanto, ressalta a divergência de cor entre as personagens núbias do fundo não como dissensão racial entre negros e outro grupo, mas sim como associada à pigmentação utilizada na retratação do próprio monarca egípcio:

A cor das pessoas em segundo plano mostra que, contrariamente às afirmações gerais, os egípcios não pintavam-se de forma diferente a outros negros. Há cenas em Abu Simbel em que nenhuma diferença pode ser notada entre o faraó e os outros "Negros", enquanto que na cena em que ele está segurando um grupo de prisioneiros [asiáticos] pelos cabelos, não pode haver comparação entre a cor do faraó e aquela dos membros da raça branca mostrados.⁴³ (DIOP, 1974: 60).

Contudo, no capítulo intitulado *Contribution of Ethiopia/Nubia and Egypt*, propondo-se à exposição em torno de ambas as realidades africanas antigas à origem da civilização, a Etiópia/Núbia é somente mencionada por Diop no primeiro parágrafo das 6 páginas:

De acordo com o testemunho unânime dos antigos, primeiro os etíopes e depois os egípcios criaram e ergueram a uma fase extraordinária de desenvolvimento todos os elementos da civilização, enquanto que outros povos, especialmente os eurásianos, ainda estavam no abismo da barbárie.⁴⁴ (DIOP, 1974: 230)

Após a menção em torno da antecedência etíope ao Egito, contudo, a Núbia logo desaparece para dar lugar ao empenho de Diop em argumentar nas páginas seguintes acerca da precedência egípcia de valores como conhecimentos de filosofia, astronomia e arquitetura, caros aos gregos da antiguidade e legados como frutos civilizacionais destes pela historiografia corrente: “Os gregos meramente continuaram e desenvolveram, às vezes parcialmente, o que os egípcios tinham inventado”⁴⁵ (1974: 230). A centralidade faraônica do autor, por fim, logo o faz enxergar as forças egípcias no contexto antigo como absolutas: “Em qualquer caso, o Egito foi, naquela altura, o mais avançado poder técnico, militar e imperial do mundo”⁴⁶ (1974: 209).

⁴³ Tradução nossa.

⁴⁴ Tradução nossa.

⁴⁵ Tradução nossa.

⁴⁶ Tradução nossa.

1.2.3 IMPÉRIO E IMPERIALISMO NO CASO FARAÔNICO

Convidativa ao questionamento está a categoria *imperial*, utilizada por Du Bois à “incorporação da Etiópia ao Egito” e por Diop como elemento a expor o avanço do poder faraônico na antiguidade. Tal conceituação do Egito enquanto sistema imperial nos retoma a discussão em torno dos modelos antropológicos e organizacionais aplicados às diversas sociedades, rotuladas a partir de noções evolucionistas.

Derivada do etimológico *Imperium*, a definir em Roma tanto o poder político consagrado ao rei quanto o território dominado pelas forças romanas de expansão, o conceito de *Império* em Roma fora tomado como modelo histórico dentre as tradições historiográficas ocidentais a utilizarem-no para classificar momentos de maior centralidade política e tendências expansionistas (FRIZZO, 2016: 123-124).

Consolidando-se envolta às tradições supracitadas, a Egiptologia não tardou em empregar igualmente a definição imperial à política faraônica. Especialmente no contexto egiptológico francês, frequentes foram, e ainda são, as referências à sociedade egípcia a partir do termo *Empire*, abarcando desde a unificação e as primeiras dinastias até o crepúsculo dos trinta séculos de governo faraônico, sem teorizações substanciais que legitimassem tal referência imperial. Fábio Frizzo, ao expor singular e emblemática cisão a esta perspectiva francesa, aponta a obra de John Wilson, que em 1951 problematizou a conceituação de *Império* a toda a história faraônica, atestando-a como precipitada a partir da não existência de políticas *imperiais* nos primeiros momentos da trajetória egípcia antiga. Estes, para Wilson, caracterizar-se-iam pelo isolacionismo e pela harmonia, duramente rompidos a partir da invasão hicsa no segundo milênio a. C. (FRIZZO, 2016: 134). Para Frizzo, no entanto, tal ponto de vista torna-se prejudicial ao invisibilizar as relações seculares do Egito com as regiões setentrionais da Núbia, percebidas nas documentações desde as primeiras dinastias egípcias e anteriores à presença dos hicsos ou das expedições faraônicas ao espaço da Síria-Palestina. Chamando a atenção para a existência de um “estadocentrismo” egiptológico, Frizzo levanta os ônus desta perspectiva:

(...) ter o Estado como parâmetro faz com que as relações externas – e, portanto, o imperialismo – pareçam se dar somente com outros povos que já desenvolveram tanto um Estado material quanto um Estado político, ou seja, relações sociais estatais e um aparelho de governo institucionalizado. No caso do Egito Antigo, a visão estadocêntrica das relações com outras

sociedades se torna racista. Ao afirmar que até o Reino Novo o povo egípcio estava voltado para si mesmo, ignora-se o longo histórico de contatos – nem sempre pacíficos e horizontais – com as sociedades da Núbia. (2016: 136)

Mesmo dentre especialistas a aprofundarem-se na temática imperial da política faraônica, frequente é a visão desta política aplicada ao Egito somente a partir da experiência hicsa no segundo milênio antes da era cristã, sombreando na dúvida e na incerteza as experiências anteriores de interação egípcia sobre chefaturas do norte núbio. Emblemático exemplo encontra-se no singular texto de Paul Frandsen intitulado *Egyptian Imperialism* (1978), cuja introdução acerca da problemática imperial do Estado egípcio logo justifica o foco do autor na fenda temporal do Reino Novo, a dizer: “a ocupação egípcia da Baixa Núbia durante o Reino Médio é tão certa quanto o propósito e o conteúdo desta dominação é disputado” e, finalizando sua justificativa na tradição textual, Frandsen diz que “no que segue, eu me confinarei ao Reino Novo, o período imperial, como é chamado em todos os escritos” (1978: 168).

Do termo Império deriva-se a concepção de *Imperialismo*. Figurando-se primeiramente no século XIX a partir dos estudos de J. Hobson acerca da expansão extracontinental do poder britânico, a noção de Imperialismo, após a Segunda Guerra e em um contexto de descolonizações e processos de independência no âmbito mundial, passa a ser utilizada de maneira mais geral na compreensão de processos de expansão do presente e do passado (FRIZZO, 2016: 124). Seguindo esta direção, teorias em torno de noções como Centro e Periferia atrelam-se aos estudos de práticas imperialistas, a compreender as dinâmicas de interação de diferentes sociedades como permeadas por hierarquizações, atos de autoridade e dependência política na história.

Igualmente ao caso do *Império*, frequentes foram e são as referências na Egiptologia à noção de *Imperialismo* e práticas *imperialistas* às realidades faraônicas. Especialmente no recorte temporal do Reino Novo, posterior à invasão hicsa, frequentes são as menções acerca das políticas egípcias às áreas externas do seu território por meio da conceituação *imperialista*, como expõe o texto supracitado de Paul Frandsen. Contudo, recentes e poucas são as argumentações consistentes que sustentem o emprego da nomenclatura, como indica Frizzo, ao citar o arqueólogo Stuart Smith, que diz:

Embora muitas observações importantes e úteis tenham sido feitas por egiptólogos, nenhum sistema fornece uma explicação adequada para as mudanças no imperialismo egípcio. Nós devemos procurar fora da

Egiptologia por um modelo para o imperialismo egípcio (SMITH, 1995: 7 apud FRIZZO, 2016: 137-138).

Seguindo as mesmas tradições do Ocidente, como aponta o historiador Michal Tymowski, assim como no caso egípcio, frequentes são as menções historiográficas a outras sociedades africanas, anteriores à presença colonial europeia, sob a nomenclatura de Impérios. Mesmo entre intelectuais africanos, a utilização da categoria é continuamente colocada à definição de comunidades africanas, intercalando ocasionalmente com a noção de reino, sem explicações consistentes acerca das diferenças entre os dois conceitos (TYMOWSKI, 2006: 20-21). Para Tymowski, embora algumas sociedades e comunidades africanas possuam elementos classificados pelo autor como de organização imperial, tais como dispor de grande área, poder centralizado, expansão territorial bem sucedida e subordinação de diferentes comunidades, classifica-las enquanto sistemas imperiais poderia ser temerário em decorrência da fragilidade do termo, bem como das particularidades presentes em muitas realidades africanas, díspares dos modelos de matriz europeia de império à historiografia (2006: 21-22).

Em reflexão similar acerca da utilização de figuras de linguagem universais, Andreas Huyssen aponta para os perigos dos usos de casos históricos como modelo para quadros distantes ou distintos de seu evento original. Nestes casos, para Huyssen, tal uso de um ocorrido como metáfora não só perderia sua qualidade de índice histórico específico, como também conviria como nebulosidade à percepção de especificidades presentes nestas outras situações (2000: 13).

No entanto, é salutar perceber nas diversas experiências egípcias do contexto faraônico, especialmente no período do Reino Novo, elementos que denotem o que a historiografia construiu sobre a abstração imperial. A responder os requisitos colocados por Tymowski, o Reino Novo egípcio emergiu de uma área consideravelmente grande a partir da reconquista faraônica do Egito, cujo poder monárquico centrava-se na figura do faraó que, sob o contato estreito com comunidades e espaços estrangeiros após a invasão hicsa, empreendeu sucessivas campanhas de expansão, subordinação e tributação em localidades vizinhas.

Sobre a temática da ótica imperial e imperialista ao Estado faraônico, o egiptólogo Stuart Smith atenta para a importância inicial de se haver a evidência de controle da sociedade a ser lida como imperial sobre a sociedade tocada pelo imperialismo. “Tal evidência”, escreve Smith, “é existente em impérios antigos, incluindo o Egito: ela varia da extrema incorporação intrusiva de periferias em impérios territoriais até impérios hegemônicos a adotarem a estratégia de intervenção mínima” (2001: 153). Aprofundando-se na complexidade presente

tanto na nomenclatura quanto no que ela anseia englobar, Smith expõe a definição de imperialismo a partir dos graus de controle do centro do império em oposição aos níveis de autonomia da periferia.

A Núbia, como mencionado, possuía extensos contatos com o Estado faraônico desde o limiar das fontes disponíveis. Porém, o que se seguiu na alvorada após a invasão dos hicsos foi uma intensificação significativa de expedições egípcias sob anseios de dominação e controle político em solo forasteiro, como aponta Moacir Santos (2012: 61). Estas, expressas quase que totalmente por meio da cultura material egípcia escrita ou iconográfica, evidentemente possuem uma determinada perspectiva acerca dos avanços egípcios rumo a leste e a sul a partir do olhar oficial do Estado faraônico. As comunidades núbias locais, por sua vez, compunham-se no período em questão por culturas majoritariamente orais, portanto não dispoño de testemunhos literários legados à análise (SMITH, 2003: 27). Raras exceções concernem a reflexos da emanção cultural egípcia a partir de edificações e elementos de cultura material com escritos hieroglíficos no espaço núbio.

Assim, sob o olhar aparentemente único do Estado egípcio a guiar os depoimentos e afirmações escritos, ilusoriamente torna-se sedutor ao historiador refletir acerca da *efetiva* superioridade e difusão egípcia sobre as massas núbias, seja por critérios de procedência a partir de antigas mas persistentes perspectivas raciais, ou por hierarquizações de cunho civilizacional, evocando a centralidade de formações estatais sobre comunidades não-estatais como premissa histórica absoluta.

1.3 REFLEXÃO À GUIA DE CONCLUSÃO

Archie Mafeje, antropólogo sul-africano, acerca da persistência do termo *tribo* às sociedades africanas na antropologia na década de 1970, expôs as seguintes perguntas: “As coisas são necessariamente o que são chamadas? (...) Até que ponto estão os cientistas sociais vinculados pela terminologia dos nativos?”⁴⁷ (1971: 254).

Apegando-nos aos questionamentos de Mafeje, a perceber a frequência de utilizações de categorias exógenas na análise histórica das realidades egípcias e núbias na antiguidade, as obras apresentadas nas páginas anteriores permitiram-nos refletir acerca dos conceitos, premissas e categorizações permeados pelos contextos de produção dos autores destas obras.

⁴⁷ Tradução nossa.

Compreendendo a categorização racial como convicção na aliança natural de uma identidade comum, por vezes tanto o Egito quanto a Núbia da antiguidade viram-se imersos na definição racial a partir de mãos brancas e negras a portarem a pena da escrita da história. Contudo, enganosa na teoria e perigosa na prática, a concepção racial biológica, como afirma Kwame Appiah (1997: 245), mostra-se frágil diante das mudanças e alterações de visões raciais no correr do tempo, restando finalmente para si o crucial caráter de aparato político de identificação. Incapacitante e limítrofe está também a premissa racial absoluta ao pressupor determinismos de origem e comportamento a populações que não os tenham refletido em suas expressões sociais, culturais e políticas no passado.

Sob os esteios da raça e de discursos de superioridade civilizacional, inicialmente historiadores e arqueólogos inclinaram-se a enxergar as populações antigas do Nilo sob o viés racial, seja para legitimar práticas coloniais de dominação em espaços africanos por meio de teorias difusionistas de raças civilizadoras, seja pela tendência ao olhar racializado para elementos físicos divergentes, associados a categorias comportamentais e morais sugeridas frente a tamanhas ruínas colossais imprevisivelmente situadas nas areias africanas do Saara.

Nessa corrente, discursos de ordens europeias insistiram na idealização do Egito como realidade gloriosa racialmente branca, não hesitando em afastar qualquer correspondência da glória faraônica com a raça negra oriunda do continente africano, "negligente" de acordo com os desígnios morais das escalas raciais e "inerte" na visão de egiptólogos oitocentistas. À existência da raça negra nos períodos antigos, atrelando-se à perspectiva de incapacidade, foi legada a formação política tribal, tomada pela ciência do oitocentos como estágio primitivo das formações humanas a ser domado pela supremacia de sociedades estatais centralizadas, possibilitadas somente através de raças extra-africanas ou africanas não-negras afim de se justificar a localidade egípcia na África. Neste mesmo prisma eurocêntrico, análises do período persistiram na vinculação dos projetos de dominação faraônica na Núbia com as premissas colonialistas e escravistas de seus contextos, perspectivando os povos núbios antigos ora como tribos locais sob jugo faraônico absoluto e cuja presença histórica na antiguidade só se deu a partir da *Egipcianização* local, ora como realidade também adentrada por raças caucasianas externas centradas no advento da fundação civilizacional.

Também prejudicial, a ótica a atrelar contrastes raciais com elementos de cunho civilizacional ora borra a visão histórica com o brilho dos louros às sociedades estatais antigas, ora relega formações sociais menores à obscuridade periférica da submissão.

O discurso de positivação negra Pan-Africanista, por sua vez, na tenacidade de atrelar-se à glória dos faraós, permaneceu a relegar a Núbia à sombra. Seja por meio da uniformidade racial sugerida por Du Bois e Diop, a homogeneizar Egito e Núbia e, dessa maneira, tornar restrita a autonomia desta, seja pela referência à conquista da cultura faraônica sobre os núbios, a persistir na centralidade egípcia através da absoluta superioridade do Egito enquanto Estado centralizado, a condição subalterna da Núbia ao olhar historiográfico permaneceu herdada por olhos antirracistas.

As categorias de *Império* e *Imperialismo*, inexistentes em qualquer termo ou etimologia na antiga escrita egípcia (GALÁN, 1995: 4), expressam a partir do que foi visto serem bastante exógenas da realidade africana antiga. O arqueólogo Stuart Smith, no entanto, atenta para o problema da restrição de termos existentes na antiguidade como únicos fatores explicativos das realidades e subjetividades presentes no passado antigo, exemplificando com a não-existência de qualquer vocábulo em egípcio antigo para “religião”, ainda que saibamos acerca da importância do aspecto religioso nas fontes egípcias (2001: 153). José Galán, debruçando-se na mesma análise, aponta para a ausência de criação de termos na língua egípcia para abstrações, preferindo os egípcios antigos utilizar expressões associadas às atividades exercidas por homens e mulheres. Galán exemplifica, na esteira de Smith, o caso religioso a ter como etimologia mais expressiva o termo *irt ht*, ou o *ato de cultuar* (GALÁN, loc. cit).

A esta mesma questão, Clifford Geertz, em ensaio acerca do ponto de vista dos nativos e sua relação com o entendimento antropológico, pontua a partir de formulações do psicanalista Heinz Kohut para a aplicabilidade dos conceitos de “experiência próxima” e “experiência distante” na relação dos saberes do pesquisado e do pesquisador. Enquanto um conceito de “experiência próxima” seria utilizado espontaneamente por um sujeito para definir algo culturalmente interno a si e de fácil compreensão a ele e aos seus, um conceito de “experiência distante” serviria ao olhar analítico para a compreensão de aspectos sociais ou culturais de maneira sintética e abrangente (2013: 61-62).

Em uma leitura a entender o alargamento de fronteiras egípcio aos territórios exógenos enquanto permeado por projetos de dominação política, é sugestivo enxergar o Estado faraônico sob a égide imperial. Fontes escritas relativas aos territórios núbios inclusive mencionam a presença egípcia no sul a partir de vitoriosas abstrações expansionistas. Contudo, estariam as perspectivas em torno desta expansão faraônica para a Núbia no Reino Novo absolutamente adentradas na noção egípcia de alargamento fronteiriço perante a

centralidade de seus territórios? Haveria a possibilidade de se enxergar as relações tecidas entre estes diferentes espaços, regidas por elementos de poder, sujeição e estratégias, para além da suprema superioridade egípcia expressa nas fontes?

A responder tais questionamentos, Stuart Smith declarou que “O campo dos estudos núbios tem avançado rapidamente sobre as últimas décadas, emergindo no século XXI como disciplina vibrante e cada vez mais independente, ainda que relacionada à Egíptologia de muitas formas” (SMITH, 2014: 1). Espelhando reflexões interdisciplinares das últimas décadas do século XX e de inícios do XXI, exemplificadas em indagações como as de Mafeje a abrirem esta seção, novas perspectivas em torno dos contatos entre o Egito e a Núbia vêm buscado romper com visões unilaterais que restrinjam a densa e intrincada relação de *imperialismo* presente entre os espaços núbios e o Estado faraônico, permeada por elementos diversos e estendida ao vasto recorte temporal do Reino Novo.

A superar filiações de cunho racial aos espaços antigos ou óticas a enxergarem as relações núbio-egípcias pautadas em uma hierarquia social evolutiva absoluta a guiarem integral controle faraônico sobre as regiões núbias, ansiamos enxergar nos resquícios materiais do período analisado reflexos de possibilidades diversas à interação entre núbios e egípcios sob o recorte temporal da XVIII dinastia. Sem perder de vista as densas relações de poder expressas na documentação oficial egípcia sobre as projeções imperiais à Núbia, buscamos aplicar à noção imperial e a estas relações de poder aquilo que Mafeje compreende, na problematização conceitual antropológica, à uma interpretação que dê conta das “coisas a serem ditas” (BORGES et al, 2015: 356) em torno das populações núbias locais para além da persistência de um olhar exógeno reduzido à sujeição e passividade plenas.

A considerar tais reflexões de valorização do aspecto relacional e múltiplo presente nestas sociedades, ansiamos nas páginas seguintes debruçarmo-nos sobre as fontes relativas ao Egito e a Núbia no contexto da XVIII dinastia, objetivando perceber as relações de poder presentes nas aspirações egípcias de dominação e diferenciação dos territórios a sul, bem como investigar as vicissitudes presentes neste *expandir fronteiras* faraônico.

2 – AS PONTAS DO ARCO: NÚBIA E EGITO SOB FRONTEIRAS E INTERAÇÕES NA XVIII DINASTIA FARAÔNICA (1550-1307 a. C)

O passado não está morto. Ele nem sequer é passado.

William Faulkner. **Réquiem para uma freira (1951)**

Na busca por definições contemporâneas, sendo elas raciais ou de cunho estatal e evolutivo, percebeu-se na esteira das discussões das páginas do capítulo anterior o caráter por vezes desproporcional e teleológico da aplicabilidade destas ao passado africano antigo e às relações entre o Egito e a Núbia, visto que estas ainda se emaranham em discussões e utilizações diversas nos tempos modernos, fazendo ascender pela própria revisão historiográfica este *passado* não passado, exemplificando a emblemática frase do dramaturgo William Faulkner a epigrafar esta seção.

Seja pela demanda de isonomias a condensarem sociedades tão extensas temporal e geograficamente, seja pelo anseio de enquadrar as quase cinquenta décadas de experiências núbio-egípcias do Reino Novo sob a dominação massiva de um polo sobre o outro, fortes são as tentações historiográficas de se reduzir este passado nilótico a premissas sutis ou enérgicas, expressas em páginas de escritos sobre a intrincada trama de contatos entre as comunidades faraônicas e núbias no segundo milênio antes da era cristã.

A perceber as modernas abstrações de *Império* e de *Imperialismo*, como mencionado anteriormente, fortemente ligadas às políticas e relações tecidas entre o Egito e as terras núbias na fenda temporal do Reino Novo sob a leitura egiptológica, deparamo-nos com a inquietação da ausência de qualquer termo no vocabulário e etimologia faraônicos que explicitasse tais definições cunhadas exteriormente. Isto, porém, não nega as relações de poder presentes na cultura material do período analisada até então pelos especialistas e estudiosos, a interpretarem sob as gradações diversas do arcabouço imperialista o domínio egípcio ansiado pelo Estado faraônico sobre as terras do sul.

Lazsló Török, à ausência de termos para a política imperial faraônica, aponta para a pluralidade egípcia em torno da noção de fronteira. Esta, para os antigos, possuiria plenos significados. A delimitar um campo, território ou o próprio término da terra, utilizava-se em egípcio o termo *tš*. Na concepção egípcia, *tš* era definido pela ação humana e estaria passível de expansão por meio da figura política do governante, algo bastante corrente nas documentações escritas de expansão territorial e política do Reino Novo, sendo o faraó agente no ato denominado *swšh tšw*, ou *expandir fronteiras* (TÖRÖK, 2009: 8).

A retomar a reflexão de José Galán acerca da proeminência de palavras na língua egípcia que verbalizassem ações em detrimento da infrequência de terminologias para abstrações, é válida a percepção para a atividade de alargamento de fronteiras na documentação escrita dos inícios do Reino Novo a espelhar a expansão e domínio do projeto imperialista faraônico. Este *expandir fronteiras*, exposto em hieróglifos egípcios, figura sobretudo no corpo textual referente às expedições reais de reconquista faraônica na aurora da XVIII dinastia (GALÁN, 1995: 4-6), abarcando principalmente as áreas núbias do sul.

Diante da compreensão egípcia antiga à noção limítrofe de *t3š* como ação humana dinâmica e, ao mesmo tempo, suprema sob o ato de expansão faraônica do divino governante, voltamos nosso olhar analítico para as noções de fronteira. Longe de pensá-las estritamente como marcações geográficas estáticas, enxergamos estas linhas pretensamente rígidas como definições a espelhem a fixidez ou fragilidade dos grupos que as beiram ou as atravessam. Lançando luzes às intrincadas relações de poder presentes no contexto núbio-egípcio presente, densa se faz a reflexão em torno das fronteiras e delimitações, geográficas e humanas, impostas a partir de políticas de dominação, bem como das transformações destas a partir das respostas dos sujeitos ambientados nesta realidade.

Seja por meio da travessia de fronteiras controladas, pela negociação com a oficialidade do Estado que as desenhou nos territórios a serem controlados ou através da apropriação da fronteira afim de reinterpretar e, assim, reivindicar espaços de pertencimento, diversas são as maneiras a que uma fronteira pode espelhar suas porosidades a partir do dinamismo daqueles em quem e onde ela interfere (GIVEN, 2005: 72). Viver *sob* linhas é, portanto, também viver *sobre* linhas, uma vez que estas delimitações se impulsionam justamente a partir da interação dos sujeitos de grupos correntes entre suas superfícies e margens.

A canalizar as relações sociais e intercâmbios culturais presentes entre grupos distintos, é através da fronteira que compartilhamentos identitários e distintivos ocorrem, resultando também na manutenção fronteiriça. Dessa forma, a comunicação entre grupos distintos resulta não somente no endossamento da diferença e da divergência diante da fronteira, mas pode evocar também a proximidade cultural e a congruência de valores, a que o antropólogo Fredrik Barth nomeou *contato interétnico* (BARTH, 2011: 196).

Apegando-nos novamente às reflexões do antropólogo sul-africano Archie Mafeje, que compreende a busca por conceitos que disponham de alto poder explanatório como trabalho

da ciência social (1971: 261), pretendemos refletir acerca das interações presentes entre o Egito e a Núbia nas fontes por meio das concepções antropológicas e culturais de fronteira e etnicidade.

Cabe ressaltar, às interpretações etnográficas, as nuances contextuais da própria concepção de etnia. Inicialmente embebida em pressupostos etnocêntricos, esta valia-se de significados atrelados à alteridade da pólis grega antiga, vinculando-se posteriormente em análises acadêmicas modernas à designação para grupos com caráter político e espaços territoriais subvalorizados na ótica colonial ocidental (AMSELLE, 2014: 26-30). Todavia, a partir do contexto de ebulição de movimentos sociais, reivindicações e conflitos de descolonização presentes na segunda metade do século XX é perceptível nas ciências sociais a frequência de menções e estudos em torno da noção de etnicidade, a abarcar realidades marcadas pela pluralidade de pertencimentos culturais e diferenças nas relações sociais, tanto em espaços pós-coloniais quanto nas sociedades industriais (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011: 24-27). Nesse sentido, estudos antropológicos recentes vêm buscado a desvinculação da etnicidade de sua face de sujeição etnocêntrica e colonial anterior, compondo modelos de análise que levem em conta o protagonismo das dinâmicas presentes nas relações e composições de pertencimento entre grupos distintos.

Contudo, como apontam Elikia M'Bokolo e Jean Loup Amselle, é fundamental superar uma abordagem pluriétnica, que se limite por grupos justapostos e nivelados, de maneira a não ignorar as transformações ocorridas sobre as fronteiras bem como os dinamismos resultantes de travessias (2014: 14). Balizando o primordialismo tipicamente atribuído às nomenclaturas étnicas, M'Bokolo e Amselle apontam para a emergência de visões que levem em conta o construtivismo e a historicidade destes etnônimos, bem como das fronteiras edificadas a partir dos elementos vinculados à etnicidade. Dessa maneira, a espelhar a condição de mobilidade e dependência exterior da noção egípcia de fronteira e especificamente em análise de contextos africanos anteriores ao colonialismo moderno, tais autores salientam para a centralidade das inter-relações, imbricações e entrelaçamentos (AMSELLE; M'BOKOLO, 2014: 10-11) na composição de arrolamentos centro-periféricos e fronteiras em sociedades densamente emaranhadas.

Diante de tramas culturais densas presentes em cada grupo social, é válida a percepção de práticas culturais incessantes a transformarem constantemente as percepções internas e externas destes grupos, acarretando na mutação das relações extra culturais e territoriais. Tais *geografias imaginativas*, como sugere Edward Said (2007: 85-113), compõem-se a partir de

demarcações a imporem a linha que separa o espaço do *Nós* e o *Eles*, elaborando uma distância espacial em paralelo com o afastamento cultural e representativo entre os grupos, sinalizado na consolidação da fronteira.

A compreender as construções fronteiriças geográficas e culturais presentes entre as diversas comunidades núbias e o Estado faraônico sob a densa aurora do Reino Novo egípcio na XVIII dinastia, este capítulo anseia debruçar-se sobre as fontes escritas e imagéticas da cultura material presente neste contexto de interações constantes.

É importante ressaltar o caráter das fontes egípcias a ilustrarem majoritariamente o pensamento das elites faraônicas, principais financiadoras da produção textual e iconográfica, em detrimento da maioria da população egípcia correspondente a outros setores sociais (CAMPAGNO, 2011: 25). Nesse sentido, enxergar as documentações faraônicas analisadas como manifestação geral da sociedade egípcia torna-se arriscado perante os silêncios da maioria dos homens e mulheres egípcios, cujas vidas pouco ou nada associaram-se ao prestígio do acesso a escritos⁴⁸ e pinturas templárias e funerárias. Contudo, como aponta Marcelo Campagno, pontos em comum nas percepções de mundo entre camponeses ou cortesãos por certo coexistiam junto às divergências sociais (2011: 26), a compor algum alcance de concepções similares na cosmovisão egípcia comum.

Os povos da Núbia, no período aqui analisado, compunham-se de sociedades pautadas na cultura oral, desprovido-se da escrita como seus vizinhos a norte, ainda que mantivessem antigos laços relacionais com estes. Assim, testemunhos referentes às percepções de si e de outros povos ausentam-se da documentação núbia, tornando distante o alcance direto às formas como núbios referiam-se à aproximação egípcia (SMITH, 2003: 27).

Partindo destas considerações, observaremos as aproximações e prudências deste corpo documental com a interpretação antropológica de fronteiras edificadas sob marcos culturais frutos da interação. Sem perder de vista as intrincadas relações de poder entre as realidades núbia e egípcia, objetivamos compreender os fios condutores deste avanço da dominação faraônica a tecerem contínuas fronteiras, bem como das igualmente contínuas respostas a estas delimitações.

⁴⁸ Ainda que se compusesse de uma sociedade com população majoritariamente camponesa e trabalhadora, é notável entre os estudos do Egito a frequência de fontes textuais para a análise do contexto faraônico. Ainda que seja difícil estimar com precisão a porcentagem letrada dentre a população egípcia, alguns estudiosos elaboraram análises percentuais. John Baines estima que somente 1% dos homens e mulheres egípcios possuíam acesso à escrita (1983: 584), ao que Leonard Lesko discorda ao apontar um percentual de cerca de 5% da população egípcia antiga como sendo letrada (2001: 298).

2.1 BARREIRAS, ENTRADAS E SAÍDAS

À realidade nilótica da antiguidade, tais fronteiras emaranham-se com o cenário geográfico natural. O rio Nilo, presente e atuante na vida de homens e mulheres do nordeste africano, serpenteava como ainda hoje o faz diante de cidades, vilarejos e principados da antiguidade, fornecendo água e solo fértil às vegetações em suas margens, verdejando as bordas de uma extensa fenda fluvial na imensidão saariana. É válida a menção do processo natural de desertificação do Saara, cujas úmidas porções de terra amplamente favoráveis à ocupação e circulação humanas até o fim do terceiro milênio antes da era cristã viram-se finalmente recobertas por um manto pedregoso e de areia. Dessa maneira, o vale do Nilo tornou-se, a partir da persistência do rio ao avanço desértico em meados de 2400 a. C, rota privilegiada a conectar povos do norte mediterrânico e de áreas africanas centrais, constituindo-se como único rio a cortar o espaço saariano (MOKHTAR; VERCOUTTER, 2011: xxxv-xxxvi).

Sob o vale do rio, no sentido sul-norte, compreendiam-se pelos desvios geográficos 6 cataratas a guiarem as águas de sua nascente nas proximidades do Lago Vitória, área central africana, até um extenso delta composto por diversos braços a finalmente desaguarem no mar Mediterrâneo. Neste fluxo natural, dirigiam-se embarcações a movimentarem os contatos entre as sociedades africanas antigas. Seja no sentido das águas, rumo ao delta, ou através dos ventos, a soprarem no sentido contrário à correnteza do rio, podia-se prosseguir partida nas águas do norte rumo ao vale e vice-versa (CONNAH, 2013: 100). As corredeiras, contudo, tornavam o percurso em geral dificultoso às transportações humanas. Dessa maneira, a evitar trechos arriscados do vale do Nilo, muitos caminhos de homens e mulheres eram executados sobre o deserto (WELSBY, 2001: 552).

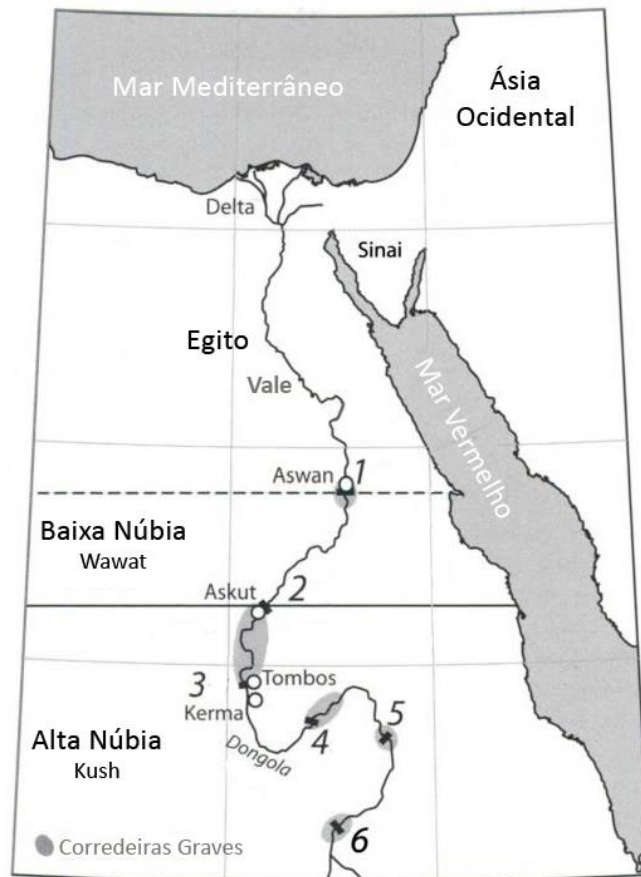


Imagem 2.1 - Mapa do rio Nilo a atravessar o nordeste africano, com a numeração correspondendo às cataratas. Tradução e adaptação do mapa presente em SMITH, 2003: 3.

Compreendendo o meio ambiente como inegável fator biológico e, também, social e embebido de ações e interpretações humanas na paisagem (SERRANO; WALDMAN, 2007: 46-81), é interessante a percepção antiga da primeira catarata do Nilo, em Aswan, como proximidade da fronteira principal entre o Egito e as terras da Núbia. Embora o silêncio nas fontes de menções escritas a uma barreira nítida ocorra nas primeiras etapas de interações entre os espaços egípcios pré-dinásticos com as populações núbias a sul, expressões materiais de contatos remotos entre culturas distintas, núbias e egípcias, puderam ser encontradas nas proximidades de Aswan (WELSBY, 2001: 551).

2.2 PRÓLOGOS EXPANSIONISTAS NA TERRA DO ARCO

Como apontado pelo arqueólogo Derek Welsby, até o período pré-dinástico egípcio (c. 5000-3100 a. C) eram inexistentes no vale do Nilo poderes principais, sendo estes somente florescidos na área a partir de fins do período mencionado, no norte da catarata de Aswan

(1996: 11-12). Dessa maneira, sucessivamente e progressivamente ao crepúsculo pré-dinástico, desenvolveram-se as bases para a construção de um Estado centralizado faraônico. A sul de Aswan, condições ambientais como as corredeiras graves esparsas no Nilo núbio, além da variedade geográfica e das mudanças climáticas do período, direcionaram as populações núbias a formações políticas heterogêneas e fragmentárias em oposição à unificação egípcia do vale com o delta (WELSBY, 1996: 12).

Comumente colocadas na escrita egiptológica sob a categoria de *chefaturas*, David Edwards expõe a dificuldade em encontrar com precisão definições a abarcarem os caracteres políticos encontrados na Núbia, especialmente durante os primeiros estágios do contato desta com as dinastias egípcias iniciais. Tal dificuldade espelha-se, segundo Edwards, na persistência do apoio em percepções de fontes egípcias acerca de seus vizinhos a sul. Ainda que únicas em seu caráter escrito e informativo sobre as sociedades núbias, tais percepções carregam-se de limites presentes na compreensão egípcia antiga, necessitando da análise arqueológica ainda inicial nestes espaços para corroborar, complementar ou contestar tais fontes faraônicas acerca dos poderes políticos núbios (EDWARDS, 2004: 79).

Da reflexão em torno da fronteira a mesclar a condição de marco da diferença e espaço de interação, é sugestiva a antiga nomeação hieroglífica dada à região fronteira núbio-egípcia como *t3-sty*, ou a *Terra do Arco*, possivelmente a espelhar as impressões egípcias de experiências desarmônicas e bélicas contra as forças núbias constantemente retratadas com arcos e flechas. Nesse sentido, reportam-se às primeiras dinastias os reflexos materiais desta realidade intensa a moldar a edificação da alteridade núbio no olhar faraônico.

Localizada em Djebel Sheikh Suliman, norte do atual Estado sudanês, encontra-se uma emblemática e antiga cena do choque entre as populações núbias e o poder egípcio. A despertar dúvidas sobre sua datação, sugerida entre fins do proto-dinástico (3150-3050 a. C) e a I dinastia (2920-2770 a. C), é acordo entre os estudiosos se tratar de um dos mais primevos testemunhos da conflituosa interação egípcia com a Núbia. No canto direito da cena, um barco de popa vertical e proa alta, típico da I dinastia faraônica (SHERIF, 2011: 240), flutua sobre quatro corpos estendidos, enquanto prende-se na proa uma quinta figura, atada pelo pescoço e com uma flecha cravada ao peito. Na parte esquerda da cena, pode ser visto o signo *serekh*⁴⁹, emblema monárquico a portar o nome de Hórus dos primeiros reis do Estado

⁴⁹ Signo real presente entre o fim do período pré-dinástico e as primeiras dinastias faraônicas, a representar a fachada retangular da residência palaciana real sob o falcão Hórus, identificado com o monarca egípcio (KEMP, 2007: 83). Ainda que o *serekh* seja visto como selo para abrigar o nome de Hórus do rei, uma das nomeações

egípcio. Atada a este, encontra-se a figura de uma outra personagem núbia com os braços atados nas costas em posição de submissão. Em suas mãos, encontra-se a representação de um arco, muito similar ao hieróglifo 𓏏 *sty*, signo arcaico na escrita egípcia componente na nomeação supracitada à Núbia (KEMP, 2005: 148). O signo se repete em frente à figura, encimando o logograma hieroglífico para lago 𓏏𓏏𓏏𓏏 *š*, sugerindo a localidade da batalha representada nas águas do Nilo núbio (SOMAGLINO; TALLET, 2015: 128).

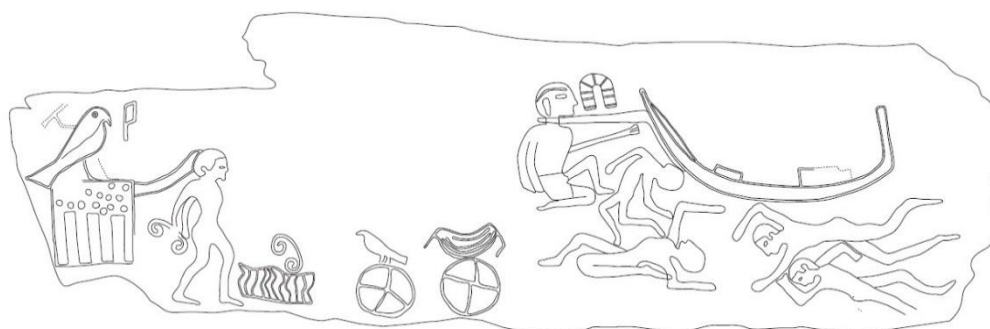


Imagem 2.2 - Croqui do relevo presente na cena de Djebel Sheikh Suliman (SOMAGLINO; TALLET, 2015: 125).

Igualmente relevante às antigas e iniciais experiências egípcias de conflito na fronteira meridional, figurava na concepção faraônica a designação dos inimigos do faraó, principalmente aqueles a sul, como os *Nove Arcos*, ou *Pdwt psdt* (POO, 2005: 43). O arco, novamente tomado como a insígnia da diferença e da separação núbia com o Estado egípcio, aqui pluraliza-se simbolicamente com o número nove, a representar a totalidade estrangeira a partir da multiplicação do número três por ele mesmo, indicativo na escrita egípcia para o plural (EL-SHAHAWY, 2005: 39).

Tal concepção apresentava-se por meio da cosmogonia faraônica nas imagens reais desde os primeiros momentos dinásticos, a exemplo de uma base de estátua do faraó Djoser (2630-2611 a. C), da III dinastia (2649-2575 a. C), a expor os pés do rei pisando sobre a imagem dos nove arcos, simbolicamente a macerar os inimigos do Egito.

reais as quais o faraó possuía e talvez a primeira delas, no caso da cena de Djebel Sheikh Suliman, estudos recentes indicam a ausência de um nome no desgastado *serekh* representado, possibilitando sua datação no pré-dinástico tardio ou na dinastia zero, em decorrência da conclusão anterior a datar a cena no reinado do faraó Djet/Djer, terceiro monarca da I dinastia. SOMAGLINO; TALLET, 2015.

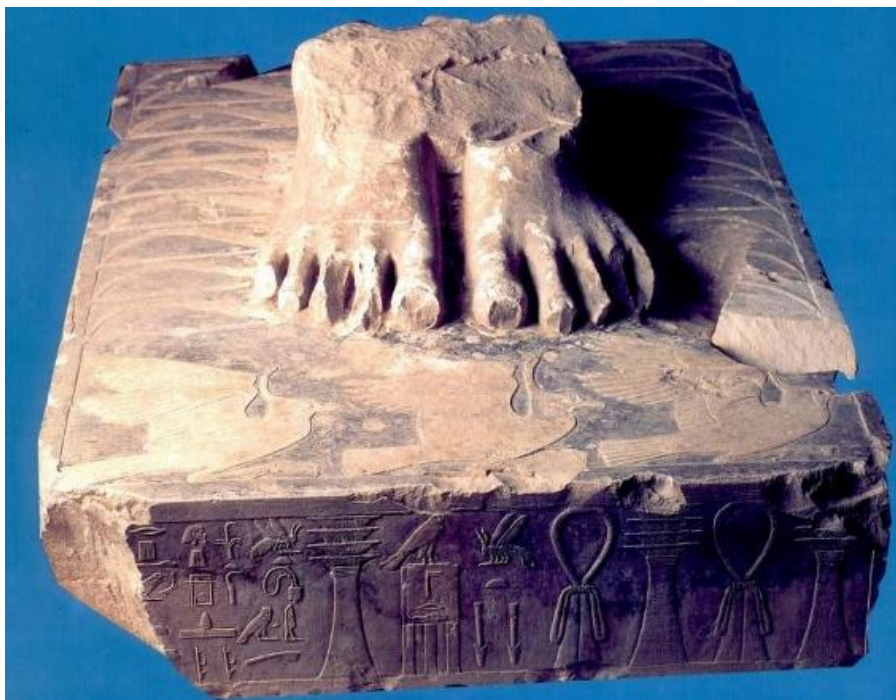


Imagem 2.3 - Base estatuária de calcário do faraó Djoser, III dinastia, com os nove arcos em relevo sob os pés do governante (EL-SHAHAWY, 2005: 38).

Coincidente ao fim do IV milênio antes da era cristã e ao florescimento estatal egípcio, a Núbia viu prosperar em seu espaço entre a 1ª catarata e Batn-el-Haggar, sul da segunda catarata, uma cultura designada pelo arqueólogo George Reisner como Grupo A. Vestígios arqueológicos contemplam a hipótese dos contatos dos homens e mulheres desta cultura núbia com egípcios desde o pré-dinástico. Cerâmicas muito similares àsquelas da cultura do grupo A, contudo, puderam ser encontradas muito mais a sul, no espaço sudanês, fornecendo a possibilidade deste grupo como amplamente disperso e ativo, sendo seminômade. Seus costumes funerários legaram-se à análise contemporânea, com enterramentos compostos por dois tipos de sepultura, sendo a primeira uma cova oval com pouco menos de um metro de profundidade e a segunda com profundeza de cerca de 1,30 m a agregar também uma câmara mais funda em um dos lados. O corpo era colocado de forma fletida sobre o lado direito, envolto em uma mortalha de couro e com a cabeça virada a oeste. Leques de penas de avestruz, machados, peças de cobre, alabastro e madeira, além de itens manufaturados de argila, osso e conchas também poderiam compor o conjunto de itens funerários (SHERIF, 2011: 235-236). Junto a Afyeh, entre a primeira e a segunda cataratas, exemplos da arquitetura de pedra e argamassa desta cultura núbia puderam ser encontrados. Espaços

garantiu sua menção na superfície da Pedra de Palermo⁵⁰, documentada na dinastia seguinte (KEMP, 2007: 30).

Reportando a reflexão em torno das *geografias imaginativas* a comporem demarcações por vezes unilaterais, é importante frisar que a *Terra dos Núbios* mencionada na documentação escrita e representada nas cenas de alteridade não existia como espaço unificado exceto para o olhar exterior egípcio. De fato, a fronteira de Aswan delineava, na ótica faraônica deste período inicial, o limite entre o Egito e o conglomerado de populações forasteiras passíveis de negociações comerciais e de interações. Contudo, tais relações, comerciais ou não, suscitaram experiências de reconhecimento e interação de núbios e egípcios com o avanço de ambos sujeitos nos dois espaços.

Se a descrição de 7.000 homens e mulheres rumando ao território egípcio tornara o olhar e o cotidiano egípcios mais estreitos à presença núbia, o progresso faraônico nas regiões a sul de Aswan certamente moldou novas perspectivas a caminharem paralelas ao olhar tópico de alteridade. Logo, no Reino Antigo, a *Terra dos Núbios* começa a possuir denominações diversas a partir do conhecimento das diversas regiões ali presentes. Wawat, Medjay, Irtjet, Setju figuram na documentação escrita a denotarem as áreas a sul com quem o Egito mantinha contatos diversos, como apresenta o testemunho tumular de um oficial egípcio chamado Harkhuf, a realizar quatro expedições comerciais à Núbia sob o reinado dos faraós Merenre (2255-2246 a. C) e Pepi II (2246-2152 a. C). Porém, as definições gerais permanecem, sobretudo quando da expressão da diferença na negatização estrangeira.

Em paralelo ao correr do Reino Antigo, a arqueologia estima que a cultura do Grupo A tenha passado por um longo processo de declínio. Possivelmente ocasionado a partir da consolidação do Estado egípcio bem como da demanda deste sobre produtos advindos do sul, a decadência cultural do Grupo A se expressa em sua cultura material a empobrecer-se com o avanço temporal diante das diversas investidas do Egito sobre a Núbia no período (SHERIF, 2011: 238). Se a espantosa quantia de 200.000 cabeças de gado núbio exagera-se na narrativa

⁵⁰ Documentação faraônica de datação ainda incerta, de acordo com estudiosos sendo provavelmente da V dinastia, e fragmentada em partes hoje distribuídas em museus de países como Itália e Egito. Possui informações como a listagem de reis de fins do período proto-dinástico e dos inícios do período faraônico, indo até a V dinastia, além de referências a taxações, cerimônias religiosas e expedições egípcias como a mencionada no texto (WILKINSON, 2000).

de vitória de Sneferu, esta atesta não só o desenvolvimento da pecuária na região, como também a cobiça egípcia de adquirir vorazmente tais elementos de valor núbios.

Da metade do terceiro milênio a. C. em diante, estima-se que os remanescentes do Grupo A uniram-se a outra cultura a migrar do sul para a Baixa Núbia, conhecida como Grupo C (FRIZZO, 2016: 155). Distinta do grupo A em expressões materiais e enterramentos, a cultura do Grupo C organizava-se por acampamentos ou povoados inicialmente compostos por estruturas circulares pavimentadas com pedra, armadas por postes de madeira e cobertas por peles, além de tendas ou cabanas centradas em um único poste central. Gradualmente, casas de pedra rebocada com argila ou de tijolos de barro figuraram na configuração habitacional do grupo C (BIANCHI, 2004: 54). Expandindo-se sobre a Baixa Núbia nos fins do Reino Antigo, é presumível que a presença núbia do Grupo C tenha se ausentado de conflitos com as forças egípcias e que estas não a tenham considerado uma ameaça. Assentamentos presentes em áreas como Areika ou Wadi es-Sebua demonstram o alargamento e desenvolvimento das culturas do Grupo C na Baixa Núbia, chegando a 40 acres de extensão (BIANCHI, 2004: 55).

As sepulturas, semelhantes geometricamente às do Grupo A, compunham-se por covas ovais ou circulares, com pequenas estruturas de pedra cilíndricas superiores com quase um metro de altura e até cinco metros e meio de diâmetro, preenchidas com areia ou cascalho (SILVA, 2011: 104). Sob estas, abrigava-se o corpo, semifletido sobre o lado direito. A cabeça, contudo, voltava-se normalmente para leste e repousava sobre um travesseiro de palha. A mortalha de couro, assim como no Grupo A, por vezes era apresentada envolta sobre o corpo. Posteriormente, pode-se ver entre o Grupo C o aparecimento de covas retangulares, igualmente acompanhadas de estruturas de pedra elevadas de cantos arredondados. Um terceiro tipo de cova apresentou-se em época posterior, com capelas de tijolos a apoiarem-se nas estruturas de pedra, possivelmente utilizadas como depósito de oferendas.

Sandálias de couro, cerâmicas, brincos e braceletes de conchas, osso e marfim elencavam os itens funerários do Grupo C, além de animais e crânios de bois e cabras pintados de vermelho e preto, possivelmente reservados aos enterramentos mais ilustres, ainda que as estratificações sociais locais se mostrassem pequenas nos vestígios materiais.

Contemporânea ao florescimento do Grupo C, é emblemática à compreensão social núbia do período a inscrição tumular de Harkhuf, oficial egípcio encarregado de guiar

expedições ao sul do território egípcio na VI dinastia. Da primeira viagem, com destino à incerta localidade de Yam e duração de sete meses, retornou carregado de itens valiosos e apreciados pelo faraó Merenre, o que o levou a realizar uma segunda viagem, percorrendo e expondo no texto a pluralidade de agrupamentos núbios como Mekher, Terers e Irtjet, estando esta última junto a Setju aparentemente sob a união política de um chefe. Uma terceira viagem foi realizada posteriormente, novamente à região de Yam, onde a importância dada por Harkhuf ao chefe local expõe-se na descrição deste a expedir conquistas à localidade de Tjemeh, para onde o egípcio vai em busca do chefe de Yam para satisfazê-lo. Retornando de Yam e descendo o Nilo a norte, Harkhuf depara-se com as localidades da Baixa Núbia antes mencionadas, Setju e Irtjet, dessa vez anexadas a Wawat sob o comando de um governante (LICHTHEIM, 1973: 25-26), expondo as possíveis transformações e concentrações políticas locais (SILVA, 2011: 106).

Presente não só por meio de crânios decorados nas covas, mas também pintada ou gravada em vasos de cerâmica, rochas e paredes de casas do Grupo C, a figura do boi traçava-se como importante elemento iconográfico, atestando a importância cultural dada nestas realidades ao gado (SILVA, 2011: 105-106). Apesar do caráter bastante distinto da cultura material em relação ao Egito e às investidas faraônicas na Baixa Núbia, também puderam ser encontrados em tumbas do Grupo C escaravinhos egípcios de pedra. (SHERIF, 2011: 245).



Da XI dinastia em diante, a partir do Reino Médio egípcio (2040-1640 a. C), o espaço da Baixa Núbia, proximidade entre a primeira e a segunda cataratas, viu-se efetivamente adentrado pelos anseios de domínio e ocupação egípcia da região. Sob objetivos econômicos e expansivos, a política faraônica deste período cruzou com efeito a fronteira de Aswan afim de garantir os benefícios do Estado egípcio nas travessias de elementos materiais e humanos do sul. Elefantina, ilha próxima à fronteira e espaço dos primeiros assentamentos na localidade, possuía em egípcio antigo o nome de *3bw*, palavra derivada das nomenclaturas para *elefante* e *marfim*. Este último, valorizado pelo comércio faraônico e oriundo da Núbia, sugere ao servir de nomeação à ilha fronteira a intensa circulação comercial do material (MORKOT, 2001: 151).

A estabelecer a vinda de produtos como o mencionado marfim, além de peles de animais, plumas de avestruz, madeira e incenso, e ao mesmo tempo garantir solidez no combate a invasões e insurreições estrangeiras, logo os faraós da XII dinastia (1991-1783 a.

C) lançaram-se no empreendimento da edificação de fortalezas a controlarem o espaço da Baixa Núbia e sua fronteira meridional. Iniciando em Buhen, uma fileira de fortes deitava-se estrategicamente sobre ilhas e margens do espaço encachoeirado da segunda catarata, cercado-se em muralhas de até 12 metros de altura (SILVA, 2011: 108). Em Semna, área final da série de fortes, o faraó Senusret III (1878-1841 a. C) legou interessantes inscrições hieroglíficas acerca da projeção faraônica sobre os povos do sul, bem como da edificação das fronteiras nestes espaços, como em uma estela do oitavo ano de seu reinado, a dizer:

t3š rsi ıry m ʰsbt 8 ʰr ʰm n (n)swt bit(i) ʰB-K3W-R^c di ʰnh r ʰh
 Fronteira sul, feita no ano 8, sob a Majestade do Rei do Alto e Baixo Egito,
 Khakaukare (Senusret III), a quem é dada vida para sempre e sempre:
r tm rdi zn sw nʰsi nb
 para impedir que algum núbio atravessasse,
m ʰd m ʰrt m k3i
 descendo a corrente (indo ao norte), seja por terra seja por barco,
mnmn(t) nbt nt nʰsiw
 ou algum rebanho pertencente aos núbios,
wpw ʰr nʰsi iwt(i).fr irt zwnt m iʰn
 exceto um núbio que vir para o comércio em Iken (Mirgissa)
m wpwt r-pw
 ou como um mensageiro.
irt.tw nbt nfr(t) ʰn^c.sn nn swt rdit sw3 k3i n nʰsi
 Todas as coisas boas serão feitas com eles, mas sem permitir que um barco
 dos núbios
m ʰd ʰr ʰh r n ʰh
 ultrapasse Heh (fortaleza de Semna) descendo a corrente, para sempre.⁵¹

Expressa na fonte acima, é pontual a menção da importância faraônica dada à fronteira meridional, referenciada no texto hieroglífico antes mesmo que a data ou o rei do Egito. Da interação de egípcios e núbios expressa na escrita, é evidente a preocupação dos primeiros com possíveis invasões dos segundos, além do já mencionado controle do comércio de produtos núbios entre as regiões ocupadas como Iken e Semna. Próximas à segunda catarata, tais regiões fortificadas impunham-se sobre as margens do rio Nilo, ladeando a corredeira nas proximidades norte e sul e fornecendo controle de circulação nas zonas mais estreitas (VOGEL, 2010: 35).

⁵¹ Esta citação, composta por transliteração e tradução hieroglífica, foi feita a partir do cruzamento de referências. Para a transliteração, utilizamos a análise de TOTH, 2012, enquanto que a tradução se deu com a observação de menções traduzidas da inscrição em obras anglófonas como BREASTED, 1906: 293-294 e VOGEL, 2010: 35. Tomou-se o cuidado com alguns dos termos utilizados na passagem e traduzidos pelos autores confrontando-os com estudos gramaticais mais atuais como a obra de PEREIRA, 2016. Um exemplo nesse sentido apresenta-se na tradução de Breasted, a interpretar os termos *n3ʰsi*  (núbio) e *n3ʰsiw*  (núbios) racialmente como *negro/negros*.

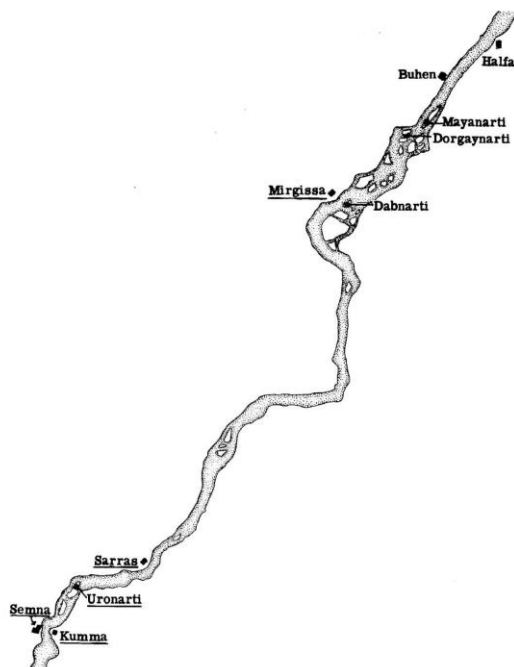


Imagem 2.5 - Mapa das regiões núbias fortificadas pelo Reino Médio egípcio nas proximidades da segunda catarata, localizada entre Mirgissa (antiga Iken) e a ilha de Dabnarti. (DUNHAM; JANSSEN, 1960: 423).

A preocupação acerca da fronteira núbia, expressa na estela de Senusret III e materializada nas fortificações do Reino Médio, logo toma-se de teor vitorioso diante do sucesso da ocupação egípcia na região personificada pela ação do faraó, fazendo-nos refletir em torno deste momento como antessala às políticas expansionistas vistas com singularidade no Reino Novo egípcio. A espelhar as intensas relações de disputas na fronteira sul de seus antepassados, Senusret III expressa-se em uma outra estela de seu 16º ano de reinado, duplicada nas fortalezas de Semna e Uronarti, que diz:

iw ir.n.i tš.i hnt.i itiw.i
 Eu fiz a minha fronteira mais para o sul do que os meus pais,
iw rdi.n.i h^cw hr swdt n.i
 Eu adicionei ao que me foi legado.
ink nswt ddw irrw
 Eu sou um rei que fala e age,
k3t ib.i pw hp^rt m^c.i
 O que meu coração planeja é feito pelo meu braço.⁵²

Neste correr de vitória em busca do estabelecimento e controle fronteiriços, é igualmente válida a percepção da edificação de uma superioridade egípcia sobre a inferioridade estrangeira a partir da divergência expressa. No intenso convívio com este *outro*


⁵² Transliteração de TOTH, 2012 e tradução alicerçada em BREASTED, 1907: 295-296 e LICHTHEIM, 1973: 119.

núbio, constantemente projetado sob o monitoramento faraônico da fronteira, coube à efervescência da etnicidade e do medo estrangeiro a elaboração de estereótipos e elementos dotados de valor moral (BARTH, 2011: 200-201) a persistir na dissonância às populações núbias. O texto da estela supracitada de Senusret III prossegue:

ḳnt pw ʒd ḥzt pw ḥm-ḥt
 O ataque é valor, o recuo é covardia,
ḥm pw mʒ^c ʒrw ḥr tʒš.f
 Um covarde é aquele que é repellido de sua fronteira.
dr ntt sdm nḥsi r ḥr n r
 Desde que o núbio escuta a palavra da boca,
in wšb.f dd ḥm.f
 Responder a ele é fazê-lo recuar.
ʒd.t(w) r.f dd.f sʒ.f ḥm-ḥt(.tw) wʒ.f r ʒd
 Ataque-o, ele virará as costas; retire-se, ele vai começar a atacar.
nī rmt is nt šft st ḥwrw pw sdw ibw
 Eles (os núbios) não são pessoas que se respeite. Eles são miseráveis, de coração cobiçoso.
iw mʒ.n st ḥm.f nn iwms
 Minha majestade os viu, não é uma inverdade.
ḥʒk.n.i ḥmwt.sn in.n.i ḥrw.sn
 Eu capturei suas mulheres, eu levei seus dependentes,
pr r ḥnmwt.sn ḥw iḥw.sn
 Fui para seus poços, matei seu gado,
whʒ sš(r).sn rdī sdt im
 Cortei seus grãos, ateei fogo neles.

Esparsa na narrativa de vitória acima, é emblemática a adjetivação colocada no texto da estela, a pesar na configuração tópica do *eu* egípcio em detrimento do *outro* núbio. Ainda que este testemunho, cunhado por mãos egípcias, expresse a violência a permear as relações faraônicas na Núbia, a qualificação presente na passagem, lida como símbolo de legitimação, muito nos expõe acerca do perigo estrangeiro egípcio envolto em depreciações hieroglíficas. Um dos aspectos das dicotomias étnicas diz respeito às atribuições de valores e padrões de moralidade, a realçar traços de pertencimento ou de divergência. Nesse sentido, sendo a identidade étnica "associada a um conjunto cultural de padrões" (BARTH, 2011: 209), a estereotipagem exacerbada compõe a intensidade de projeções morais do *outro* núbio covarde e repellido em detrimento do *eu* egípcio a atacar valorosamente.

Ao mesmo tempo, desde o Reino Antigo, encontram-se alguns reflexos da presença de homens núbios como mercenários em forças expedicionárias egípcias, revelando não somente a cobiça egípcia em relação ao poder bélico núbio, como também da frequência daqueles entre setores importantes da sociedade faraônica, inclusive entre as patrulhas de controle na

fronteira-Sul. Enterramentos na localidade de Gebelein, durante o período intermediário entre os Reinos Antigo e Médio, atestam estelas funerárias pertencentes a estes mercenários, cujas imagens pictóricas apresentam sujeitos com saiotes de couro e arcos em punho, conhecidos em fontes antigas como Medjay (LACOVARA, 2001: 20). Suas presenças nas forças egípcias parecem ter sido tão efetivas que reverberaram mesmo em elementos culturais faraônicos, como exemplifica o hieróglifo  a servir de determinativo para soldado ou de logograma para a palavra *Mš* “exército” (PEREIRA, 2015: 613), e cuja imagem apresenta um homem ajoelhado a carregar em uma mão um arco e na outra um conjunto de flechas, além da fita presa aos cabelos com uma pena, elemento fortemente ligado à iconografia núbica, como apresentará detalhadamente a arte egípcia do Reino Novo.

Tais elementos iconográficos muito se assemelham aos vistos em uma série de esculturas de madeira encontradas na necrópole egípcia de Asyut, em uma tumba de um membro da elite chamado Mesehti em inícios do Reino Médio. Nas quarenta esculturas, miniaturas de arqueiros figuram com saiotes curtos e cobertos com couro avermelhado e motivos geométricos, espelhando aspectos da indumentária núbica como aqueles do Grupo C (BIANCHI, 2004: 61), além das fitas brancas presas aos cabelos curtos, bem como dos arcos na mão esquerda e das flechas na mão direita, caracterizando-os como tropa de guerreiros, possivelmente a proteger o falecido em seu pós-morte.

A presença destes guerreiros de origens estrangeiras na sociedade egípcia reflete a ótica múltipla em relação ao medo e interesse egípcios, bem como dos caracteres prestigioso e perigoso das tropas núbias. Se alguns destes arqueiros atuavam nas frentes egípcias e gozavam de certos prestígios sociais no Egito, como atestam os funerais de Gebelein, na fronteira núbica o controle aos Medjay não inseridos na sociedade egípcia expressava-se sob fortalezas como a do leste de Serra, cujo nome era *hsf-Md3.jw*, ou *Repelindo os Medjay*, além de inscrições burocráticas referentes a homens e mulheres chamados Medjay apanhados entre as fortificações (VOGEL, 2001: 54).

Tal caráter dúbio relativo aos Medjay, inseridos entre o combate da lançada egípcia à Baixa Núbia ou dentre as forças faraônicas como exímios arqueiros, atesta-nos para o aspecto móvel das concepções limítrofes egípcias. Especificamente neste momento de enfrentamentos e anseios de conquista sobre o norte núbico, a emergir sobre gerações de relações conflituosas entre comunidades diversas e o Estado egípcio, é pontual a percepção dos cruzamentos de

singularidades culturais e fechamentos sociais, bem como aberturas para outras comunidades. Resultando, assim, no aspecto circunstancial de etnônimos como no caso dos Medjay, mutáveis em suas essências a partir de apropriações executadas por atores sociais, bem como de transformações efetuadas nestes mesmos atores (AMSELLE, M'BOKOLO, 2014: 14).



Imagem 2.6 - Escultura com arqueiros núbios, encontrada na tumba de Mesehti em Asyut, XI dinastia, Reino Médio. Imagem presente em:

< <http://www.unesco.org/culture/museum-for-dialogue/item/en/70/model-of-nubian-soldiers>>

Se a ocupação egípcia no espaço da Baixa Núbia, efetivada a partir da travessia da primeira catarata desde o raiar dinástico, forneceu ao Egito o controle sobre as comunidades núbias do norte, o avanço faraônico via-se novamente desafiado ao controle e enfrentamento dos povos a sul da segunda catarata do Nilo, projetando-se sob o olhar territorial como nova fronteira meridional do Reino Médio. Mais dificultosa que a primeira (WELSBY, 1996: 12), esta corredeira atravancava os trânsitos entre a Alta Núbia e a região fortificada entre as duas primeiras cataratas.

Tais deslocamentos, contudo, legaram-se em documentos escritos faraônicos, como em uma grande estela de Senusret I (1971-1926 a. C), erigida por um oficial chamado Mentuhotep em Buhen, onde o deus tebano Montu presenteia o faraó com uma fileira de dez prisioneiros de guerra com braços atados nas costas, cada um a representar sobre o corpo o nome de uma localidade conquistada na *Terra do Arco*. A primeira das regiões nomeadas na estela é *kš*, ou Kush, crendo ser esta a localidade mais ao norte das dez, apresentadas em ordem de proximidade setentrional. Nesse sentido, a região chamada de Kush na estela de

Buhen situaria-se a norte de outros espaços núbios conquistados e apresentados na inscrição como Shemyk, centrada nas proximidades da catarata de Dal, e Sha'at, de localização incerta (SHERIF, 2011: 248). Contudo, no correr do Reino Médio, Kush será utilizada como nomenclatura para a grande região da Alta Núbia, englobando o extenso sul da segunda catarata, o que levou à hipótese de Kush iniciar a apresentação de regiões núbias conquistadas a partir de sua importância e centralidade dentre as formações estatais locais (KENDALL, 2001: 250-251).

Esta centralidade kushita presente no Reino Médio egípcio expressa-se mesmo através da menção de dois de seus governantes, Awawa e seu filho Utetreses, em um dos Textos de Execração⁵³, a expor um sistema de governo em Kush possivelmente monárquico e hereditário (KENDALL, 2011: 251). De Kush também provinha uma das principais matérias desejadas pelo Egito: o ouro. Sugestivamente chamado pelos egípcios de *nwb/nub* e explorado em minas a ladearem o Nilo no leste da Baixa Núbia, depósitos maiores do mineral, contudo, provinham das minas kushitas a sul da segunda catarata (MARKOWITZ; LACOVARA, 2001: 34).

2.3 “CADA HOMEM POSSUINDO A SUA FATIA DO EGITO”: A ASCENSÃO DE KERMA E A PRESENÇA HICSA

Se o espaço da Baixa Núbia se via povoado por homens e mulheres do Grupo C, os Medjay e de regiões tocadas pela presença egípcia efetivada nos assentamentos fortificados, o crepúsculo do Reino Médio em fins da XII dinastia faraônica marcará uma intensa ruptura nas políticas e relações núbias e egípcias através da tomada de parte do Egito por uma pioneira efetiva invasão estrangeira. Vindos do leste rumo ao delta do Nilo, os asiáticos hicsos, ou como chamados pelos egípcios *hekꜥw hꜥswt*/governantes estrangeiros, rapidamente instalaram-se no norte do Egito, desestabilizando a unidade política egípcia através de um poder de guerra composto por elementos externos como carros de combate guiados por cavalos a ofuscar as forças faraônicas de defesa. Deste domínio asiático com duração de mais de um século, entre 1640 e 1532 a. C, balança-se também o controle de fronteiras e assentamentos

⁵³ Conjunto de fórmulas a contrariarem forças negativas por meio da magia e da destruição. Funcionavam através de inscrições feitas em figuras de barro, afim de serem ritualmente destruídas ou neutralizadas. A presença de figuras moldadas no formato de cativos com braços atados, bem como da menção a espaços estrangeiros ao Egito, como a Núbia, garante a conexão desta prática ritualística com as políticas e relações tecidas entre o estado faraônico e seus vizinhos de fora. SEIDLMEYER, 2001.

do Estado faraônico, a ausentar-se gradativamente das fortificações e áreas na Baixa Núbia e proximidades da segunda catarata (WILKINSON, 2011: 188-192).

Na Núbia, tanto a norte quanto a sul, o afastamento do controle egípcio resultou em notáveis expressões de aumento dos poderes locais. Na Baixa Núbia, em áreas como Aniba, enterramentos agrupados e associados ao Grupo C atestam expansão e enriquecimento tumulares em relação a enterramentos anteriores, sugerindo contatos destes sujeitos com outras culturas meridionais. A sul da segunda catarata, mais precisamente nas proximidades da terceira, florescia desde meados do Reino Antigo egípcio uma cultura núbia cuja singularidade arqueológica bem como permanência temporal de quase um milênio garantiram-lhe a ligação com as referências egípcias a Kush na análise egiptológica. O reino de Kerma, como ficou conhecido a partir da localidade de seu principal sítio arqueológico, possuiu seu advento em meados de 2500 a. C (BIANCHI, 2004: 76).

Aproximações de Kerma em seus estágios iniciais no terceiro milênio a. C com o Grupo C expressam-se nas semelhanças entre as duas culturas, especialmente em aspectos funerários a refletirem prováveis permanências do Grupo A. Tomando dimensões tumulares de até 8 metros e com uma estimativa de 1000 a 1400 crânios de bois a contornarem a sepultura de um único indivíduo a destacar-se de outros enterramentos, Kerma marca desde seu período antigo a existência de consideráveis estratificações sociais a atestarem a importância funerária dada às elites do reino (BIANCHI, 2004: 77-78). É em seu período denominado pelos estudiosos como Classic Kerma (1750-1500 a. C), contudo, que se estima o auge do reino kermita no espaço núbio. Com enterramentos colossais de até 90 metros de diâmetro, a necrópole de Kerma em seu período clássico sugere o efetivo poder das elites na região, a abarcarem em seu redor centenas de crânios bovinos, bem como sacrifícios humanos, chegando a três centenas de pessoas sacrificadas para um único túmulo.

À cidade fortificada de Kerma, destacam-se as enormes edificações religiosas chamadas Deffufas⁵⁴ a leste a oeste. O último, há 2,5 km da margem leste do Nilo e com 19 metros de altura, figurava-se possivelmente como o mais alto e principal templo da localidade, posicionando-se no centro kermita e rodeado de pequenas capelas secundárias. Nestas, foram escavadas oficinas, despensas e armazéns de matérias primas, sugerindo a

⁵⁴ A nomenclatura, de origem sudanesa local a denominar construções antigas de tijolos crus, foi adotada por acadêmicos afim de identificar estas singulares estruturas reminiscentes (BIANCHI, 2004: 76).

manufatura local bem como o comércio desta sob o domínio do templo (BIANCHI, 2004: 80-82). Relativo ao prestígio de Kerma, chama a atenção o seu caráter expansionista, cujas expressões materiais e assentamentos legaram-se desde a região de Dongola, entre a terceira e a quarta cataratas, até Mirgissa e Semna, nas proximidades da Baixa Núbia (EDWARDS, 2004: 75-78).

A aproximação de Kerma com a Baixa Núbia, especialmente neste período de afrouxamento do poderio faraônico àquela área, sugere intrincadas proximidades desta crescente sociedade com aquelas ao norte, como o Grupo C, bem como com os arqueiros mercenários e os habitantes egípcios de assentamentos restantes da ocupação no Reino Médio. Evidências arqueológicas em cemitérios nas proximidades dos fortes de Buhen e Mirgissa expressam a efetividade das guarnições kermitas na região, bem como da permanência de egípcios em espaços como Askut e do convívio destes com culturas núbias (SMITH, 1995). Em Buhen, inscrições de uma família de oficiais expatriados expõem fortes conexões destes com o poder kushita, como expressa a estela de um deles, chamado Sepedher, que se diz “valente comandante de Buhen. Nunca nenhum comandante fez o que eu fiz: eu construí o templo de Hórus, senhor de Buhen, para a satisfação do governante em Kush” (TÖRÖK, 2009: 106). Como expressa a inscrição de Sepedher, é perceptível a política do poder de Kush sobre a Baixa Núbia a manter como comandantes aqueles que já possuíam permanência naqueles espaços (TÖRÖK, 2009: 107).

Outras menções em Buhen ao poderio kushita, expresso na figura do governante de Kush/*ḥkꜣ n Kš*, figuram na documentação concernente aos comandantes locais do período, a referenciar o rei kushita sob a égide egípcia em estelas votivas. Contudo, é emblemática a menção visual de uma estela sem inscrições textuais a delinear uma personagem com uma coroa branca típica do Alto Egito, fronteadada pela serpente *Uraeus*⁵⁵, e um saiote, além de um grande arco e um conjunto de flechas na mão esquerda e uma clava na mão direita. Se a ausência de texto inicialmente suscita dúvidas sobre a identificação desta personagem, esta mesma ausência, como acentua László Török, pode sugerir, através da interpretação da figura como uma imagem do rei de Kush, a influência de tradições culturais divergentes naquele

⁵⁵ Imagem de uma cobra naja, utilizada na indumentária real como enfeite de cabeça, a representar a deusa egípcia Wadjet, cujo centro de culto localizava-se em Buto, no Baixo Egito. Simbolizava esta região e, juntamente com a deusa-abutre Nekhbet, a simbolizar o Alto Egito, formava a dupla de deidades protetoras das duas terras. HANSEN, 2001: 298.

espaço tomado de inscrições tipicamente egípcias (2009: 108). Mesmo os elementos presentes no relevo da estela aludem a visão dos residentes de Buhen a conectar cânones régios egípcios, como a coroa branca, com elementos típicos do retrato núbio, como o arco e as flechas.

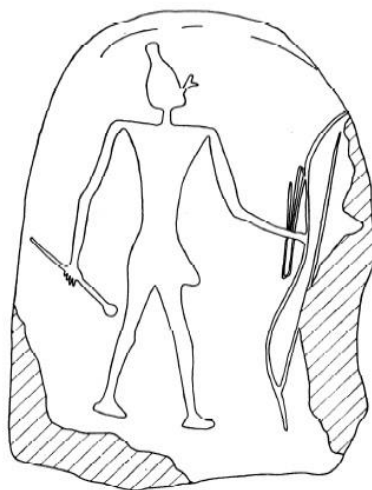


Imagem 2.7 - Croqui de estela proveniente da região fortificada de Buhen, Baixa Núbia, com relevo a retratar possivelmente o governante de Kush. Imagem presente em SMITH, 1972: pl. III.

Se a Baixa Núbia permanecia sob a influência da Alta Núbia, no Egito o poder faraônico via-se através da redução territorial no sul tebano, sob o convívio do poder asiático no delta do Nilo e o domínio de Kush nas áreas anteriormente controladas do norte núbio. Tal condição política perante a autoridade estrangeira aparentemente era entendida em iniciais tons de legitimidade, como atestam escritos do reinado de Seqenenré (c. 1558-1555 a. C)⁵⁶, onde o nome do governante hicsu Apepi é representado em um cartucho real e seguido das saudações típicas empregadas aos faraós (ARRAIS, 2011: 34). A sugerir alterações nesta perspectiva ao governo hicsu, no reinado seguinte, o faraó tebano Kamose (1555-1550 a. C), através de uma estela em Karnak, dispensa as saudações monárquicas típicas nas menções ao governante hicsu, negando sua condição de autoridade régia (ARRAIS, 2011: 35). O texto da estela de Kamose ainda atesta a colérica visão faraônica perante os domínios asiático e núbio nas áreas norte e sul, submetendo os egípcios à tributação estrangeira:

⁵⁶ A documentação referenciada trata-se do conhecido texto *A Querela de Apepi e Seqenenré*, a narrar interessantes aspectos da situação egípcia da XVII dinastia perante o controle hicsu no norte. ARRAIS, 2011: 34.

Que eu compreenda isto: para que serve o meu poder? Há um chefe em Hutuaret (Delta), um outro em Kush. Eu permaneço associado a um asiático e a um núbio, cada homem possuindo a sua fatia do Egito, partilhando comigo o país! (...) Nenhum homem tem repouso, despojado pelos impostos dos asiáticos. Mas eu lutarei contra ele, abrir-lhe-ei o ventre, pois meu desejo é libertar o Egito e golpear os asiáticos.⁵⁷

A menção de Kamose às fatias do Egito perante hicsos e kushitas é pontual para a análise da ótica fronteiriça faraônica no período. Se o poder hicsso permanecia no controle da região egípcia setentrional, o poder kushita, como visto anteriormente, alargava-se diante da região da Baixa Núbia. Esta, contudo, de acordo com o texto supracitado de Kamose, constituía-se como parte do Egito. Dessa forma, é convidativa a reflexão em torno da perspectiva faraônica a considerar aquele território, antes constantemente vigiado e fortificado contra populações locais, como constituinte do território egípcio em um momento de reivindicação e afastamento.

Testemunhos das querelas presentes entre os poderes faraônico e kushita atestam-se na documentação deste período de dominação asiática do Egito. Sobeknakht, local egípcio aliado da dinastia faraônica recolhida em Tebas, narra em sua tumba um dos episódios de tensão entre o poder tebano e os kushitas de Kerma:

Kush veio, despertou-se ao longo de sua extensão, tendo incitado as tribos de Wawat, o Oásis de *Hnt-hn-nfr* [Sul da segunda catarata], Punt e os Medjay. (DAVIES, 2003: 52 apud TÖRÖK, 2009: 109)

Além de expor a força kushita sobre o olhar temeroso dos governantes egípcios, esta inscrição também aponta a notável influência de Kush junto a outras localidades e comunidades núbias, apresentando o controle daquela perante prováveis conexões políticas presentes nos espaços da Alta e da Baixa Núbia.

Das relações entre o poder hicsso no delta egípcio e o governo kushita, é mencionada em uma estela em Karnak do reinado de Kamose uma correspondência do rei Apepi endereçada ao governante de Kush, a propor auxílio deste contra uma provável batalha de reconquista egípcia contra os hicsos. Tal mensagem, contudo, nunca chegou a seu destino, sendo o mensageiro hicsso capturado por forças egípcias no correr do avanço de Kamose para retomar os territórios perdidos (ZAYED; DEVISSE: 2011: 107). É valiosa a menção ao foco

⁵⁷ Tradução para o português executada pelo professor Ciro Flamarion Cardoso, presente em ARRAIS, 2011: 35.

inicial das campanhas de Kamose em ocupar a Baixa Núbia, através da retomada de Buhen, demonstrando a preocupação da reação faraônica em relação ao domínio kushita no sul (TÖRÖK, 2009: 112). Voltando-se em seguida para o espaço dominado pelo poder hicsu, Kamose investe batalhas de saque e reconquista no porto de Avaris, capital hicsa (ARRAIS, 2011: 36). Seu curto reinado, contudo, legará ao sucessor Ahmose I (1550-1525 a. C) a incumbência de voltar o foco da tomada faraônica Nilo acima, a sul.

2.4 “EXPANDIR FRONTEIRAS”: A NÚBIA E A XVIII DINASTIA EGÍPCIA

Diante da massiva expulsão dos hicsos encabeçada pelo governo de Ahmose I, a nascente XVIII dinastia egípcia (1550-1507 a. C) viu no seu raiar o prosseguir dos passos faraônicos rumo à consolidação das fronteiras nas terras egípcias e núbias (ARRAIS, 2011: 37). Sob o enredo de retomada dos territórios egípcios, anseios de domínio sobre terras estrangeiras emaranham-se nas investidas do poder faraônico, embebido na colérica reação à experiência de subordinação aos estrangeiros hicsos. Tal período de alargamento fronteiriço e reação intensa aos espaços externos também atingiu o espaço da Síria-Palestina, a espelhar os caminhos alargados no período hicsu, bem como a visão egípcia de avanço a estes espaços de origem dos invasores asiáticos. Contudo, em comparação com as políticas de profusão militar na Núbia, a experiência de presença egípcia no Oriente Próximo deu-se de maneira mais comedida e em escalas reduzidas (KEMP, 1978).

Em análise acerca do caráter expansionista inicial do Reino Novo, Nely Arrais sugere as múltiplas faces e esferas presentes no avanço egípcio. A expor a tendência culturalista do egiptólogo Jan Assmann, Arrais apresenta as emblemáticas alterações nas concepções cosmogônicas egípcias do período. Estas, encimadas pela noção egípcia de Maat⁵⁸ como impulsionadora da justiça e da ordem, possuiriam até então o seu contraponto idealizado pela concepção de caos, personificada pela deidade Seth, a partir da descentralização do poder faraônico sob a experiência anárquica anterior ao Reino Médio. Sob o advento do Reino Novo, levando em conta a imediata expulsão da presença asiática no Egito bem como as guerras de reconquista contra estrangeiros, a visão do mundo exterior como lugar de caos agrega-se à cosmogonia egípcia estando este espaço externo não mais inexoravelmente fadado

⁵⁸ Termo e personificação divina na cosmogonia egípcia a expressar as concepções de verdade, ordem e equilíbrio cósmico. Associava-se à harmonia percebida na compreensão egípcia de universo e de respeito e subserviência aos padrões de ética vinculados às exigências régias, religiosas, políticas, administrativas, pessoais. TEETER, 2001.

ao caos, mas sim enquanto espaço passível de controle e ordem egípcios por meio da dominação do faraó, na qualidade de agente máximo da Maat, impulsionando-se como empreendimento religioso (ASSMANN, 2000 apud ARRAIS, 2011: 38). Também presente na análise de Arrais está a perspectiva materialista a levar em conta as alterações socioeconômicas daquele momento a permitirem o desenvolvimento material e tecnológico para o empreendimento expansionista faraônico. Nesse sentido, apropriações técnicas frutos do convívio asiático adaptadas às estruturas e realidades sociais egípcias proveriam a instrumentação necessária para a ação de guerra (ARRAIS, 2011: 39-40).

Rumo ao sul do Nilo, campanhas de dominação de terras núbias são empreendidas, como apresenta o relato do oficial Ahmose, filho de Ibana e oriundo de Nekheb, cuja descrição da campanha ante o reinado de Ahmose I diz:

Após massacrar os Asiáticos,
Sua majestade subiu o rio em direção à Khent-em-nefer
para destruir os Núbios.
Foi um grande massacre
Eu trouxe de lá o meu butim: dois homens vivos e três mãos.
Fui novamente recompensado com ouro; duas servas me foram entregues⁵⁹

Conforme indica a inscrição do oficial Ahmose, seguindo-se às campanhas contra os hicsos deu-se o avanço das forças faraônicas em direção a regiões núbias como Khent-em-nefer, a sul da segunda catarata e cuja menção no texto tumular supracitado de Sobeknakht certamente a fez marcar-se como espaço de resistência às forças egípcias nos prólogos de reconquista. Da narrativa de Ahmose temos a provável vitória egípcia sobre as comunidades núbias, além da emblemática menção à ida de alguns de seus habitantes na condição de servidão e cativo de guerra rumo ao Egito. No correr da inscrição, Ahmose expõe a continuidade dos levantes em direção ao sul, tendo ele permanecido na atuação de oficial sob o reinado do faraó seguinte, Amenhotep I (1525-1504 a.C), cuja ida para a Núbia kushita narra-se a seguir:

Eu conduzi por barco o rei do Alto e do Baixo Egito Djoserkara⁶⁰

⁵⁹ Inscrição hieroglífica e transliteração presentes no trabalho de ARRAIS, 2011: 97, bem como a tradução para o português aqui apresentada.

⁶⁰ Nome de trono do faraó Amenhotep I, segundo rei da XVIII dinastia egípcia. Também referido como nome de cartucho, o nome de trono compunha-se do último dos quatro nomes agraciados ao monarca egípcio em sua ascensão ao governo, sendo concedido desde as primeiras dinastias. Do Reino Médio em diante, caracterizava-se como a principal nomeação do faraó, sendo utilizado quando as documentações referiam-se ao rei por somente um nome, como nos casos das listas reais (LEPROHON, 2013: 17).

Quando este retornou ao país de Kush para ampliar as fronteiras do Egito
Sua Majestade atingiu este núbio [vil] no meio de seu próprio exército e ele
foi conduzido acorrentado
Do seu exército nada sobrou⁶¹

Esta campanha embrenha-se nas possibilidades que o delicado período de ascensão da XVIII dinastia bem como das contínuas avançadas em terras núbias proporciona. Como é enfaticamente expresso na narrativa, a presença do faraó na campanha imerge-se na vitória perante a conquista dos estrangeiros e a ampliação das fronteiras do Egito. O expandir fronteiras, nominado na escrita egípcia como *swsh t3šw*⁶², constitui-se, neste momento de aurora dinástica, como ação do rei enquanto figura régia e divina perante os anseios de domínio no recobro territorial egípcio, vistos com a máxima importância política no período.

Em relação à qualidade destas fontes referentes ao expansionismo egípcio sob a figura régia, Fábio Frizzo, citando Liverani, atenta para o aspecto de propaganda do êxito faraônico sobre as populações externas nas narrativas imagéticas e textuais dos documentos monumentais (LIVERANI, 2003: 54 apud FRIZZO, 2016: 141). Contudo, como alerta Frizzo, representar a sujeição estrangeira em imagens ou textos era agir simbolicamente em seu favor, considerando-se o espaço do templo como imerso na concepção egípcia da ordem no cosmos (FRIZZO, 2016: 142). Barry Kemp, acentuando a pouca visibilidade das cenas ao público geral pela frequência destas cenas no interior dos templos, caracteriza tais documentos menos como efetivamente factuais ou propagandísticos e mais como "teológicos", a refletirem a "compreensão da divindade régia" (KEMP, 1978: 8).

A continuidade das campanhas para a Núbia no correr dinástico emaranha-se nesta concepção cosmogônica da ação do faraó como agente político e divino na expansão das fronteiras do Egito e do controle faraônico sobre o espaço estrangeiro, como apresenta uma estela do segundo ano de reinado de Thutmose I (1504-1492 a. C) erigida em Tombos, proximidade da terceira catarata, que diz:

ḥtp.n=f tnt3t ḥr r swsh t3šw w3st

Ele assumiu o assento de Hórus, a fim de estender as fronteiras de Tebas (...)

⁶¹ Inscrição hieroglífica e transliteração presentes no trabalho de ARRAIS, 2011: 99, bem como a tradução para o português aqui apresentada.

⁶² Embora o termo já tivesse seu uso dentre as fontes literárias egípcias em contextos anteriores, como na narrativa do Reino Médio O Conto de Sanehet, no contexto aqui analisado ele carrega-se de significados atrelados à experiência faraônica de recobro territorial e das novas óticas voltadas ao mundo estrangeiro específicas do avanço do Reino Novo.

rsw m ḥd mḥtjw m ḥnt ḥ3swt nbt dmdy ḥr jnw=sn

Os habitantes do sul vêm rio abaixo, os habitantes do norte vêm rio-acima, e todas as terras estão unidas trazendo seus tributos

n ntr nfr sp tpj ʿ3-ḥpr-k3-rʿ ʿnh(.w) dt

para o Bom Deus, o primordial, Aakheperkare⁶³, que vive para sempre⁶⁴

Em paralelo à menção tributária nesta passagem, é progressiva neste período inicial da XVIII dinastia egípcia a projeção faraônica sobre os espaços núbios por meio da consolidação de assentamentos e ocupações a garantirem o fornecimento da riqueza material e humana presente no sul, conhecida desde períodos anteriores já mencionados. Nesse sentido, tais campanhas impulsionaram o desenvolvimento de mecanismos administrativos no espaço núbio a manter a circulação de tributações de áreas vencidas pelo avanço faraônico por meio do governo de um vice-rei egípcio a que as documentações chamam por Filho do Rei em Kush, Chefe da Terra do Sul, ou Administrador das Terras Meridionais. Junto a este, oficiais militares encarregavam-se da segurança do poder egípcio da localidade (BIANCHI, 2004: 110), além de dois oficiais administrativos cujas delegações diriam respeito especificamente à burocracia das duas regiões núbias delimitadas pelo poder egípcio como Wawat, a tomar como nomenclatura para o norte núbio uma das regiões da Baixa Núbia correntemente mencionadas nas fontes egípcias anteriores, e Kush, como nomeação para toda a extensão meridional da Alta Núbia (ADAMS, 1984: 56-57). Ao vice-rei e seus oficiais administrativos, cabia a supervisão e negociação com as elites locais núbias, a atuarem diretamente no controle do funcionalismo e da distribuição de produtos para fins locais e tributários. Assim, a gerência faraônica nas terras do sul dava-se de forma indireta perante acordos com as autoridades nativas (FRIZZO, 2016: 237).

Afetadas em possíveis embates sob a tomada núbia durante o afastamento faraônico, as fortificações do Reino Médio foram restauradas pela política de retomada territorial do Reino Novo egípcio. Contudo, se as dinastias anteriores se valeram de empreendimentos arquitetônicos de cunho belicoso em terras núbias, os faraós da XVIII dinastia legarão em seus projetos de ocupação a forte frequência de templos e edificações religiosas nas áreas núbias a norte e a sul (ADAMS, 1984: 57). Tal preocupação egípcia em confrontar sob os dogmas faraônicos as populações núbias e suas manifestações mágico-religiosas expressava-

⁶³ Nome de trono de Thutmose I.

⁶⁴ Transliteração presente em NEDERHOF, 2015: 2, com tradução inglesa deste em cruzamento com a tradução de BREASTED, 2001: 29.

se, em linhas de idealização faraônica sobre a cultura estrangeira, por meio de um conselho cedido pelo faraó Amenhotep II ao vice-rei da Núbia Usersatet e registrado em uma estela, a dizer: “não seja indulgente com os núbios; guarde-se contra o seu povo e seus feiticeiros”⁶⁵ (DARNELL, 2014: 253).

É necessário frisar a ampla atuação dos templos nos espaços de assentamento egípcio na Núbia, a espelhar o funcionamento da lógica faraônica administrativa emaranhada no aspecto religioso templário. De cultos até a jurisdição e economia locais, esferas diversas perpassavam as práticas presentes nos templos, a espelharem o anseio egípcio de assimilação da Núbia ao território faraônico (TÖRÖK, 2009: 209-210). Todavia, como aponta László Török, é sugestivo refletir acerca do alcance dos saberes religiosos e de culto presentes nos templos à audiência local, cujas restrições de acesso às gnosés do culto egípcio certamente privilegiavam sobretudo as elites núbias locais. Contudo, imagens do faraó compondo a sujeição estrangeira através da violência também se integravam às cenas templárias nos assentamentos, possivelmente ampliando a visibilidade da mensagem política e cosmogônica de superioridade egípcia às populações núbias (TÖRÖK, 2009: 210).

Diante da massiva presença egípcia no sul, é sugestivo se pensar na manutenção das configurações políticas presentes no espaço núbio, principalmente no que tange à consciência egípcia de Kush como poderoso polo político local. É neste período, aliás, que a Egíptologia estima a decadência da cidade de Kerma, então capital do reino kushita, sob o jugo faraônico (BONNET, 2001: 228).

Reflexos da burocracia presente na administração das localidades núbias sob a jurisdição do vice-rei atestam-se sob registros tributários do período, como nos extensos anais das campanhas de Thutmose III (1479-1425 a.C.), onde o vice-rei Nehi envia ao faraó listas contendo as tributações emitidas por Wawat e Kush. Nelas, a constar o envio de matérias como ouro, marfim, ébano e peles de animais, Kush é frequentemente referida sob a adjetivação *hs(y)/hst*, abjeta, vil, miserável (FAULKNER, 1991: 204).

Refletida na qualidade recebida por mãos egípcias em fontes textuais como os anais de Thutmose III e tantas outras, presentes na oficialidade da XVIII dinastia, a cólera faraônica às regiões kushitas no sul destaca-se sob a depreciação e estereotipagem típicas dos processos contrastivos de etnicidade no aguçar do contato interétnico e da manutenção de fronteiras culturais. Neste caso, a cosmovisão egípcia compõe o processo do contraste étnico


⁶⁵ Transliteração presente na obra de DARNELL, 2014: 253.

alicerçando-o à proteção ante o perigo externo. Uma vez que a nomeação de Kush acompanha-se da atribuição abjeta na escrita hieroglífica, Kush torna-se *miserável* diante da fixação da escrita ou da pronúncia ritual, neutralizando magicamente suas capacidades sob a autoridade faraônica (SMITH, 2003: 13).

Carregando-se de significados e interpretações relativas ao antagonismo estrangeiro, sujeito à inferioridade em esferas políticas, religiosas e simbólicas, um exemplo de cena de vitória faraônica apresenta-se por meio da pintura de uma das urnas decoradas presentes no enxoval funerário do faraó Tutankhamon (1333-1323 a. C).



Imagem 2.8 - Detalhe da pintura de uma das urnas encontradas na tumba de Tutankhamon com as representações do faraó em combate aos estrangeiros núbios à esquerda. A área esbranquiçada, ampliada na direita, corresponde à inscrição hieroglífica *Kš ḥs(y)*, “miserável Kush”. Imagem original em JOHNSON, 2010.

O rei, armado de um arco e flechas, figura na cena sobre uma carruagem de guerra guiada por cavalos a avançar sobre uma caótica multidão estrangeira. As proporções reduzidas das personagens bem como a intrincada e desordenada disposição destas, contrapondo-se à imponente e comedida representação centralizada do rei, posicionam a importância conferida ao ato de retratar as populações estrangeiras em constante sujeição. Estas, na cena, são identificadas nas linhas textuais como pertencentes à “miserável Kush”, *Kš ḥs(y)*, cuja adjetivação hieroglífica negativa acirra-se simbolicamente ao acompanhar-se do hieróglifo , determinativo egípcio para o fracasso e a imoralidade (PEREIRA, 2016: 637).

É válido frisar que tal adjetivação a Kush derivava-se de sua condição estrangeira, que neste contexto da XVIII dinastia sugere o sul núbio como fulcral ao olhar egípcio perante a frequente referência depreciativa e etnocêntrica. Como aponta Roland Tefnin, no correr do Reino Novo, o adjetivo *ḥs(y)* espelhou-se continuamente nas referências etnocêntricas egípcias não só em relação a kushitas e núbios, mas também a outras comunidades externas à

ordem faraônica, como líbios e asiáticos, a integrarem junto dos núbios os elementos de uma exterioridade caótica a ser dominada perante a política e a cosmogonia egípcias (1986: 46).

No final da XVIII dinastia, aponta-se uma intensificação do contato estrangeiro no Egito, a refletir as contínuas campanhas de avanço faraônico sobre outros povos e espaços. Junto a isto, vale a pena mencionar o reinado do faraó Akhenaton, décimo rei do período, cujo singular culto ao deus Aton⁶⁶ legou-nos em um de seus hinos religiosos a seguinte passagem:

As terras de Khor e Kush,
A terra do Egito.
Tu estabeleces cada homem em seu lugar,
Tu provês suas necessidades;
Todos têm seus alimentos garantidos,
Seu tempo de vida determinado.
Suas línguas têm falas diferentes,
Assim como suas características;
As cores de suas peles são distintas, pois tu distinguiste os povos estrangeiros.⁶⁷

Dessa maneira, percebe-se no hino a Aton, em fins da XVIII dinastia, uma convidativa ótica voltada aos povos estrangeiros, concebidos, mesmo sob divergências expressas na aparência física e na fala, junto aos egípcios como criações divinas. Isto espelha o caráter cosmopolita da realidade faraônica perante a importância das relações com o mundo estrangeiro, vinculando-o aos anseios de legitimação e alcance religiosos do culto ao disco solar Aton, criador de todas as coisas e pessoas (LICHTHEIM, 1976: 100). Como apontam Regina Silva e Rennan Lemos, este caráter universalista do período de Akhenaton emparelhava-se a uma maior abertura presente no culto a Aton quanto ao acesso à participação religiosa nos espaços de adoração pela população, bem como a um pós-morte garantido pelo deus (2015: 131). No entanto, tal apelo à diversidade presente na religião de Akhenaton mesclou-se à continuidade da edificação de templos egípcios em áreas de assentamento estrangeiras, como nas localidades núbias de Sesebi e Kawa (SILVA; LEMOS, 2015: 129).

⁶⁶ Para maiores aprofundamentos em torno deste particular período de transformações significativas na realidade egípcia do Reino Novo, sugere-se as leituras de KEMP, 2012 e STEVENS, 2015.

⁶⁷ Tradução em inglês presente em LICHTHEIM, 1976: 98 e em português presente em ARAÚJO, 2000: 335. Tomou-se o cuidado em cruzar as traduções de modo a preservar os significados que mais se aproximassem da inscrição original, como nos casos de “Khor e Kush” apontados por CHAPOT, 2007: 225, traduzidos equivocadamente por Araújo como “Síria e Núbia”.

É conveniente frisar que neste breve período de pressuposta abertura à diversidade em meio às correntes migrações estrangeiras, chama a atenção a inserção de elementos de presumível origem núbia dentre as altas camadas egípcias, como brincos entre homens e mulheres, além de perucas e penteados compostos por tranças curtas sobrepostas em camadas, bastante similares às cabeleiras das imagens de núbios de Wawat e Kush em pinturas parietais da época (BIANCHI, 2004: 128). Assim, é possível se perceber elementos culturais núbios sendo assimilados pela corte egípcia, correndo na direção contrária aos tons pejorativos e imediatos colocados pelos projetos de superioridade faraônica e divergência aos estrangeiros, legitimando mesmo que timidamente novas configurações às fronteiras étnicas núbias e egípcias⁶⁸.

Dos anais tributários da Núbia a Thutmose III, consta também o envio de 80 cativos de Wawat, além de 218 cativos oriundos de Kush (BREASTED, 2001: 205-214). Antonio Loprieno sugere a reflexão em torno das práticas de trabalho coercitivo e cativo de forasteiros e prisioneiros de guerra em territórios invadidos pela expansão egípcia (2012: 8), atestadas em relatos de oficiais, descrições tributárias e cenas tumulares de membros da elite envolvidos na política externa faraônica.

Outros registros em tumbas reais vêm na mesma esteira de exposição destes sujeitos em deslocamento sob dinâmicas políticas tecidas entre o Estado egípcio e as elites estrangeiras ao sul. Exemplo da reprodução anônima de pessoas a migrarem forçosamente ao Egito são os registros pictóricos nas paredes da tumba tebana de Huy, vice-rei da Núbia durante o reinado de Tutankhamon. Com notáveis retratos do tráfico tributário núbio como mercadorias e cativos, em uma das cenas, pode-se ver uma embarcação aportada com cinco figuras núbias de cabelos pintados e enfeitados com a típica pluma núbia, grossos brincos de argolas nas orelhas e braços amarrados a tiras que se encerram no pescoço. Tal imagem nos sugere o trânsito destes sujeitos pelas águas do Nilo, a percorrer o fluxo das cataratas entre seus locais de origem e as cidades egípcias.

⁶⁸ Ainda que não componha o recorte analisado neste trabalho, é pontual mencionar, a partir destas possíveis transformações nas fronteiras étnicas egípcias em fins da XVIII dinastia, uma das cenas a compor o Livro dos Portais, conjunto de textos e imagens típicos das pinturas tumulares das XIX e XX dinastias. Na cena, presente em tumbas como a de Seti I e a de Ramsés III, quatro grupos humanos distintamente apresentados, compondo a humanidade de acordo com a ótica egípcia do período. Os quatro grupos, identificados como egípcios, asiáticos, núbios e líbios, seguem protegidos pelo deus Hórus (SANTOS, 2012: 58-59), divergindo perante signos físicos (cor da pele e cabelos) e culturais (vestes, adornos, pinturas corporais) mas semelhantes em tamanho e presença, corroborando com o hino a Aton supracitado no que tange a perspectivas não-depreciativas voltadas para a representação estrangeira (VIEIRA, 2013: 68).



Imagem 2.9 - Pintura parietal proveniente da tumba do vice-rei Huy, em Tebas. Nela, pode-se ver uma embarcação a carregar cinco figuras núbias com os braços presos a tiras que se encerram no pescoço. Imagem em: http://www.osirisnet.net/tombes/nobles/houy40/e_houy40_03.htm

Em outra cena da mesma tumba, mais personagens núbias em caráter de servidão aparecem migrando ao Egito. Abrindo a imagem, duas personagens femininas sobrepostas de cabelos avermelhados, pele escura, saias cujas cores refletem a retratação egípcia do couro tingido e ornamentos nos braços aparecem carregando crianças, sendo sucedidas por uma fileira de cinco homens núbios de mãos atadas, cabelos curtos, pintados e ornamentados com plumas de avestruz, grossos brincos de argola, além das vestes com padrões e manchas a representarem peles de animais, elementos comerciais fortemente atrelados às áreas núbias. É válido frisar que esta emissão de tributações da Núbia deu-se a partir das políticas tecidas entre o general Horemheb e as lideranças núbias durante os anos de reinado de Tutankhamon. A partir de negociações diplomáticas após notáveis revoltas núbias, governantes núbios de Wawat e Kush seguiram rumo ao Egito afim de ofertar ao faraó suas tributações e cordialidades políticas (GRIMAL, 2005: 242).

Horemheb, enquanto general dos exércitos sob o governo de Tutankhamon e posteriormente faraó (1319-1307 a. C), também legou em sua tumba, localizada em Saqqara, alguns retratos núbios em condições de cativo a circularem no espaço egípcio, refletindo a intensificação da presença estrangeira no Egito ao fim da XVIII dinastia (SANTOS, 2012: 57).



Imagem 2.10 - Pintura parietal da tumba do vice-rei Huy, em Tebas, a apresentar uma fileira de prisioneiros núbios em direção ao Egito. À esquerda, duas mulheres sobrepostas com crianças seguem um cortejo de cinco homens de braços atados. Imagem em: http://www.osirisnet.net/tombes/nobles/houy40/e_houy40_03.htm

Na tumba, figuras núbias são retratadas em relevos parietais onde oficiais egípcios em missão no sul realizam a contagem de prisioneiros a serem enviados na condição de cativo para o Egito. Seguindo para outra cena, um escriba egípcio registra os espólios enviados da Núbia, onde uma das personagens núbias é forçosamente levada à frente dos tributos para juntar-se à uma multidão sentada ao chão, cujos penteados curtos e brincos de argolas grossas combinam-se aos elementos iconográficos dos outros retratos núbios mencionados.

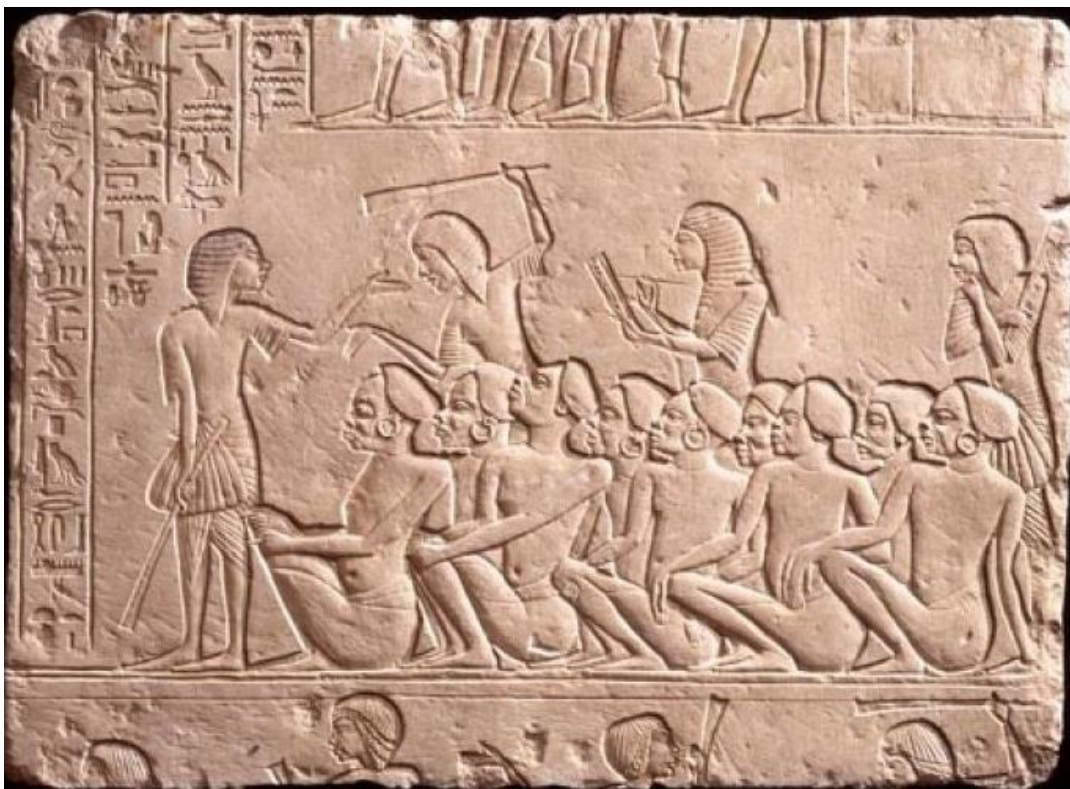


Imagem 2.11 - Relevo da tumba de Horemheb em Saqqara, a apresentar oficiais egípcios realizando a contagem de cativos em meio a uma multidão de prisioneiros núbios sentados ao chão. Peça disponível para visitaçao no Museo Civico Archeologico di Bologna, Itália.. Imagem em: <http://www.museibologna.it/archeologicoen/percorsi/66287/id/75337/oggetto/75338/>

A estas imagens presentes nos espaços tumulares de Huy em Tebas e de Horemheb em Saqqara, é pertinente a reflexão da condição de recém-chegada das personagens ao espaço egípcio. Se na composição destas imagens os elementos estereotipados expressam-se na persistência de exaltar a condição estrangeira destas personagens, é sugestivo avaliar a condição de inferioridade e sujeição a que a tela egípcia exhibe a Núbia.



Imagem 2.12 - Relevo da tumba de Horemheb em Saqqara, com um núbio sendo carregado por um oficial em direção a um grupo de prisioneiros núbios sentados no chão. Em frente a estes, um escriba realiza o registro. Imagem em:

http://www.osirisnet.net/tombes/saqqara_nouvel_empire/horemheb_saqqara/e_horemheb_saqqara_01.htm

Para além de percepções da realidade núbia, estas imagens, enquanto padrões taxonômicos, devem ser lidas como mais profundamente atreladas ao mundo de seus criadores e menos ao mundo do que nelas é visto (MESKELL, 2004: 40). Christina Riggs e John Baines, ao apontarem o forte conservadorismo da sociedade faraônica, sugerem a preocupação desta com ideais de homogeneidade a moldarem as imagens de alteridade atreladas ao mundo externo (2012: 2). Como resultado da concepção destas cenas, é sugestivo que, para as elites egípcias e os setores oficiais, os estrangeiros só poderiam exhibir-se junto de seus arquétipos locais em condição de inferioridade, favorecendo assim a supremacia do Egito.

Seguindo esta campanha de marcação da diferença estrangeira enquanto mácula social, Antonio Loprieno assinala a partir de casos esparsos entre o Segundo Período Intermediário e o Reino Novo para a probabilidade de ascensão social por parte dos prisioneiros imigrantes através de estratégias como a adoção por famílias egípcias, o casamento com cidadãos ou o serviço em templos (2012: 8). Dessa maneira, primeiramente viabiliza-se a alternativa destes homens e mulheres terem se submetido às condições culturais egípcias para sobreviverem às suas novas realidades, caminhando na corrente da hierarquia cultural do projeto de dominação imposto pelo poder faraônico e silenciando qualquer emanação cultural núbia.

As fontes documentais egípcias em torno da presença de cativos e prisioneiros de campanhas militares, como visto nas páginas anteriores, apresentam um viés de violência e subordinação sem contrapontos que emanem a voz e a agência da face núbia frente a estas interações. Assim, alcançar e interpretar as percepções núbias destas experiências culturais de deslocamento, dominação e diferença torna-se, perante tais fontes, um intrincado desafio. De que maneiras podemos então perceber as ações de sujeitos a superarem representações e discursos forjados sob absolutas pretensões de dominação faraônica?

3 – AS CRIANÇAS DO INFANTÁRIO REAL – CULTURA EM DESLOCAMENTO NA NÚBIA FARAÔNICA SOB A XVIII DINASTIA

ḏd-mdw jn jmn-r^c nb nswt-t3wj

Palavras ditas por Amon-Re, senhor dos tronos das Duas Terras:

(...)

ḏj=j hmhmt ḥm=k ḥt psdt-pdt

Eu coloquei a fama da tua majestade entre os Nove Arcos.

rw^w ḥ3swt nbt dmd(.w) m ḥj^c=k 3wy=j r^cwj=j ds=j

Os chefes de todas as terras estrangeiras estão unidos em teu alcance,

Eu mesmo estendi minhas mãos,

nwh=j n=k st

E os prendi para ti.

dm3=j jwntjw-stj m db^cw ḥ3w

Eu tenho unidos os núbios nômade às dezenas de milhares e milhares.

Hino de vitória de Thutmose III⁶⁹

Sanar a pergunta que encerra as páginas anteriores é, para o olhar historiográfico e egiptológico, um denso desafio cujos obstáculos da lente egípcia apresentam-se tanto na documentação antiga como também na persistência de um olhar moderno a respeito da dominação faraônica sobre a Núbia no Reino Novo, como o primeiro capítulo buscou apresentar.

De fato, procurar a compreensão do intrincado processo de projeção faraônica sobre as terras a sul da primeira catarata entre documentos sobretudo egípcios nos fornece uma visão um tanto parcial desta história, a glorificar ações militares e de dominação sob ordens até mesmo divinas, como expressa a epígrafe acima. No entanto, como sabemos, tanto os efetivos sucessos faraônicos quanto as meras projeções de poder em documentos como este foram efetivados a partir da lançada bélica egípcia em direção à Núbia. Mãos humanas a desafiarem forças locais, negociarem políticas tributárias com elites sudanesas e construiram narrativas como o hino de vitória supracitado.

Partindo dos pressupostos da oficialidade egípcia a construiram a presença estrangeira no raiar expansionista do Reino Novo constantemente por meio da diferença e da subalternidade, torna-se praticamente impossível ler na farta documentação das elites do período a resposta ao projeto de *egipcianização* dado às populações externas ao Egito. No

⁶⁹ Transliteração presente em NEDERHOF, 2009b: 1-2 e tradução de LICHTHEIM, 1976: 35-36.

caso da Núbia, cujas populações eram predominantemente orais e, portanto, ausentavam a escrita de suas tradições culturais no período em questão, tal tarefa torna-se ainda mais abstrata.

Contudo, dentro destas práticas de dominação sobre a Núbia, destaca-se a preocupação do Estado egípcio com as elites locais. Diante do controle direto ou indireto sobre aquelas regiões no sul do rio Nilo, a depender da distância das forças egípcias em solo núbio, coube à investida egípcia a elaboração de táticas políticas para a pretendida ascensão do Egito sobre as principais esferas daquelas sociedades. Dentre estas táticas, destaca-se, neste capítulo, a ação egípcia da tomada de herdeiros estrangeiros. Estes, a partir de missões de guerra e tributação, eram levados para a corte do Egito para serem educados junto da realeza sob fins de aculturação, ao que a análise histórica consolidou como o auge da *egipcianização* da Núbia. Raros, mas emblemáticos resultados desta experiência núbio sob valores egípcios encontram-se disponíveis por meio da cultura material, iconográfica e escrita, vinculada a membros das elites do sul, especialmente do norte da Núbia. A perceber a singularidade do caráter destas fontes, bem como das emanações culturais egípcias delas em relação aos líderes núbios que as detinham, as páginas a seguir buscam debruçar-se analiticamente sobre as histórias destas pessoas, bem como suas ações em relação às projeções de poder egípcio a permearem suas vidas.

3.1 A EGIPCIANIZAÇÃO NO TRILHAR DA ACULTURAÇÃO

Algumas décadas após a efetiva retomada egípcia sobre seu território, na ascensão da XVIII dinastia e em seu primeiro ano de reinado, o faraó Thutmose II (1492-1479) comemorava o vitorioso desfecho de uma batalha travada por seu exército contra a eminência de uma rebelião estrangeira no sul. Em uma inscrição hieroglífica em Aswan, na fronteira-Sul egípcia, o texto anuncia:

ḥḥ.n mš3 pn n ḥm=f spr(.w) r Kš ḥst b3w ḥm=f sšm.n=f st
 Então esse exército de sua majestade chegou na miserável Kush. O poder da sua majestade os guiou
Nḥ.n šḥt=f nmtt=sn
 E o seu terror protegeu a sua marcha.
Wn.jn mš3 pn n ḥm=f ḥr shrt nn ḥ3stjw n dj=sn 3 ḥnh m byw=sn
 Assim, este exército de sua majestade derrubou esses estrangeiros; Eles não toleraram a vida entre estes homens
Mj wdt.n nbt ḥm=f
 de acordo com tudo o que sua majestade tinha ordenado
wpw ḥr wḥ m nn msw nw wr n Kš ḥst

exceto para um entre os filhos do chefe da miserável Kush,
jn ᵑnh(.w) m skꜣr-ᵑnh ḥnꜣ hrw=sn
que foi trazido vivo como prisioneiro junto de seu povo⁷⁰

Além de expedições militares e da presença de templos e sacerdotes em terras núbias, como mencionado no capítulo anterior, as políticas de dominação egípcias ansiavam também instaurar conexões administrativas indiretas com as lideranças locais núbias para além do governo do vice-rei. Dessa forma, filhos de chefes e líderes núbios eram forçosamente levados ao Egito, recebendo criação pautada em laços de educação e convívio social aos costumes faraônicos a fim de dominar não só politicamente, mas culturalmente os povos e lideranças do sul desde a juventude.

Amplamente difundida sob o viés antropológico da *aculturação*, a definir a irradiação de um centro vitorioso sobre suas periferias tomadas pela expansão cultural, tal experiência referente aos fluxos políticos presentes nestas áreas nilóticas, sob lentes historiográficas e arqueológicas diversas, não tardou em ser definida através do apogeu egípcio de dominação cultural.

Como mencionado anteriormente, o conceito de *egipcianização* da Núbia foi primeiramente cunhado por George Reisner em 1910, afim de delimitar os progressos culturais no avanço faraônico sobre as terras daquela região. Especificando tal avanço cultural datado no período de dominação hicsa do Egito, a partir de migrações egípcias para a Núbia, Reisner pontua a completa *egipcianização* da Baixa Núbia no Reino Novo, comprovada pela semelhança de tumbas presentes neste espaço com espaços tumulares egípcios (1910: 302-304).

Posteriormente, arqueólogos como Hermann Junker (1925: 43-44) e Torgny Säve-Söderbergh (1941: 130-131) desenvolveram estudos em torno da *egipcianização* levando em conta momentos onde o avanço cultural faraônico não se aplicou a determinadas populações núbias locais, como o Grupo C. Dessa forma, ainda que prosseguissem sob a noção de superioridade cultural egípcia na aculturação da Núbia, Junker e Säve-Söderbergh levantaram

⁷⁰ Transliteração e tradução inglesa presentes na análise de NEDERHOF, 2009a: 3. Tanto a transliteração quanto a tradução, conforme o autor, baseiam-se na transcrição de De Buck (1948), além do cruzamento com outras versões, como a transliteração presente em Hannig (1995), além das traduções de Breasted (1906) e Sethe (1914). É especificamente válido o cuidado tomado com o cruzamento de análises e traduções, como no caso do termo *ḥ3stjw*, traduzido por Breasted como *barbarians*/bárbaros (2001: 50), e aqui mais adequadamente substituído por *estrangeiros*.

o papel das populações núbias locais no avanço ou recuo da *egipcianização* (VAN PELT, 2013: 527).

Mohamed Sherif, arqueólogo sudanês e então diretor do Museu Nacional de Khartum, em capítulo acerca da antiguidade núbia no livro *História Geral da África* (1981), elenca um tópico especial voltado para o que chamou de *egipcianização* da Núbia. Para Sherif, um dos principais fatores a impulsionarem a *aculturação* egípcia na Núbia do Reino Novo dava-se através das políticas tecidas entre o Estado faraônico e as lideranças nativas educadas na corte egípcia. Citando Säve-Söderbergh (1941: 185), Sherif enfatiza o esquecimento destas elites núbias de suas línguas e costumes perante a aproximação do séquito do faraó, garantindo sua lealdade. O autor ainda frisa, enxergando-o como “natural”, o fluxo cultural dos súditos a seguirem a tendência egipcianizada dos membros da elite, de forma a explicar a “rápida difusão deste processo entre a população local da Núbia” (SHERIF, 2011: 269).

No começo dos anos 1990, Elikia M’Bokolo⁷¹, definindo a administração faraônica na Núbia sob a XVIII dinastia enquanto indireta e associada às elites locais em gestão e dividendos de poder, pontuou o que chamou de “uma severa política de reféns” em relação aos filhos de nobres locais levados e educados pela corte egípcia. M’Bokolo encerra seu parágrafo, emparelhando-se às referências correntes, levantando a conjuntura de uma *egipcianização* na Núbia. O autor, porém, coloca que a duração, profundidade e dimensão deste avanço cultural permanecem em discussão (2009: 79).

Assim como Sherif, Stuart Smith (1998) pontuou o papel ativo da *egipcianização* entre as elites núbias, sendo estas representativas para a provável difusão da *aculturação* egípcia entre as outras camadas de toda a população local. Contudo, como aponta Paul Van Pelt, Smith não define de que maneiras e em quais níveis tal difusão se deu entre estas camadas sociais das não-elites, sendo estas majoritariamente descoladas do contato com a oficialidade egípcia (2013: 529).

⁷¹ M’Bokolo é professor da Universidade de Kinshasa e diretor da École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, em Paris. No texto *A Pirâmide Invertida – Historiografia Africana feita por Africanos*, Carlos Lopes pontua um novo momento na escrita da história africana, posterior às inferioridade e superioridade africanas, respectivamente. Tal momento, nomeado por Lopes como de Emoções Controladas, caracteriza-se pelo aprimoramento de técnicas, reconhecimento de tendências transnacionais e rompimento com barreiras e lacunas de tradições colocadas por línguas oficiais. Iniciando a descrição deste momento da historiografia de África, Lopes menciona M’Bokolo, citando-o nesta corrente crítica a afirmar a ainda frequente ausência de debates sobre métodos e objetos dentro da escrita da história africana (1995: 28).

Em estudos mais recentes sobre o tema da *egípcianização*, Carolyn Higginbotham, ao analisar o avanço faraônico na área do levante, salienta o papel das elites nativas em emular a cultura egípcia afim de enfatizar suas posições sociais e garantir benefícios nos processos de dominação do Egito (1998; 2000 apud VAN PELT, 2013: 530). Isto espelha uma perspectiva de reconhecimento do poder egípcio neste período de expansão política a encontrar-se com os anseios e ações de sobrevivência das altas camadas locais, expressando a densidade das projeções de dominação faraônica sobre outros espaços.

Já mencionada em suas correspondências com a política imperialista faraônica, é pontual perceber a forte conexão da noção de *egípcianização* da Núbia com a ótica antropológica da *aculturação*. O antropólogo Massimo Canevacci chama a atenção para o foco dado pela antropologia da primeira metade do século XX, especificamente entre Bronislaw Malinowski e Fernando Ortiz, para o caráter etnocêntrico da *aculturação*, a expressar unicamente a submissão e o fluxo unilateral de elementos culturais entre realidades distintas (2013: 43). Ao citar as análises em torno da globalização por Nallamotu Vasantkumar (1992: 29-33), Canevacci aponta para o aspecto sincrético do contato entre traços culturais distintos, onde a aculturação enquanto aceitação passiva cede espaço às modificações e adequações de novos componentes e significados àqueles já existentes (2013: 40). Sem negar os caracteres coercitivos e as hierarquias de poder, a reflexão sobre a *aculturação* e seus diversos níveis põe em discussão as hegemônicas visões de dominação de um grupo sobre outro, discutindo-as afim de compreender os processos de mudança e continuidade, difusão e imitação presentes entre os sujeitos nos avanços e transformações culturais.

Sujeitos como o prisioneiro filho do chefe de Kush, mencionado na estela de Thutmose II em Aswan, figuram em outras expressões documentais egípcias deste período de ascensão faraônica. Na já mencionada capela funerária de Huy, vice-rei da Núbia sob o reinado de Tutankhamon, a rica decoração de cenas parietais nos apresenta um singular retrato desta prática de migração de membros da elite núbia rumo a terras egípcias.

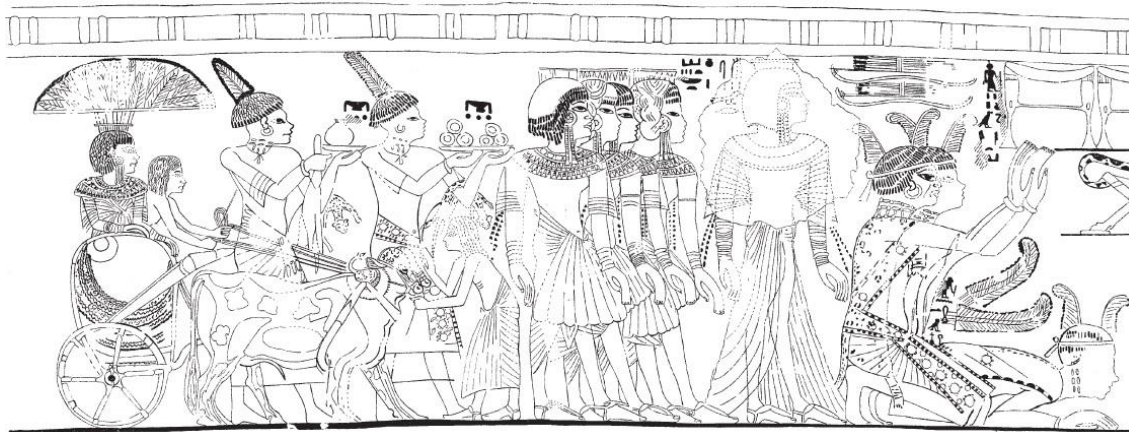



Imagem 3.1 - Croqui referente à cena das elites de Wawat presente na capela funerária de Huy, em Tebas. DAVIES; GARDINER, 1926: pl. xxviii.

No que tange às elites núbias em cena de tributação ao rei do Egito, a cena consiste em dois registros a retratarem as lideranças de Wawat e Kush. Focando-nos na fileira mais acima e avançando a cena a retratar a procissão de homens, mulheres e crianças núbios rumo à corte faraônica em condição de servidão já apresentada no capítulo anterior, seguem-se à direita 11 figuras da nobreza do norte núbio. Em uma carruagem puxada por bois e guiada por um serviçal, repousa a imagem de uma nobre ricamente retratada de cabelos curtos trançados com um grande adereço na cabeça composto de penas de avestruz. Suas vestes brancas de algodão drapeado assim como seu largo colar de contas muito se assemelham ao vestuário egípcio da época. Da mesma maneira, quatro membros da elite núbia postos à frente de outro serviçal a cuidar dos bois enfileiram-se a vestir roupas de algodão franzido, brincos e colares de contas em estilo egípcio. Seus cabelos, em penteados curtos de pequenas tranças amareladas ou avermelhadas cobrem-se com adornos dourados. À frente destes, uma inscrição hieroglífica os identifica como *Ms.w wr hr ḥ3st.w nbt*⁷² “Filhos dos chefes de todas as terras estrangeiras”. Seguindo a inscrição, uma outra figura feminina muito parecida com aquela da carruagem permanece de pé, ricamente vestida e, assim como os outros, de sandálias nos pés. Entre os quatro rapazes e a nobre presente na carruagem, dois homens levam nas mãos bandejas carregadas com o que o hieróglifo  *nwb* assinala como ouro. Os dois homens, divergindo dos herdeiros da elite referidos, vestem roupas brancas de algodão sobrepostas com faixas de couro na cintura. Seus cabelos também amarelados possuem penteados ainda mais curtos que

⁷² Todas as transliterações e traduções presentes na referida cena dos tributos de Wawat na tumba tebana de Huy foram efetuadas pelo autor com o auxílio do dicionário de FAULKNER (1991) e a gramática de PEREIRA (2016), a cruzarem-se com a tradução inglesa de BREASTED (2001: 425).

os dos nobres, também compostos de pequenas tranças, enfeitados com a típica pluma núbia de avestruz. Nas orelhas, brincos brancos como os finos colares em seus pescoços sugerem o uso do marfim, já mencionado como presente na circulação comercial entre Núbia e Egito. Encerrando a parte esquerda da cena, próximos das tributações empilhadas e da imagem do vice-rei Huy, três homens são representados ajoelhados, encabeçando todo o cortejo. Seus penteados curtos, colares finos, brincos de argola e pulseiras, assim como as vestes brancas sobrepostas por faixas de couro colorido os assemelham aos dois homens que carregam bandejas com ouro, sendo somente uma faixa de couro atravessada ao peito dos três bem como as penas duplicadas em suas cabeças o que os diferencia daqueles dois. Acima destes, a inscrição *Wr.w hr W3yt* os reconhece como os “Chefes de Wawat”. Suas posições denotam, por meio da presença destes nobres no ato de entrega dos tributos, a sujeição núbia das elites locais perante o faraó ansiada e pintada por mãos egípcias.

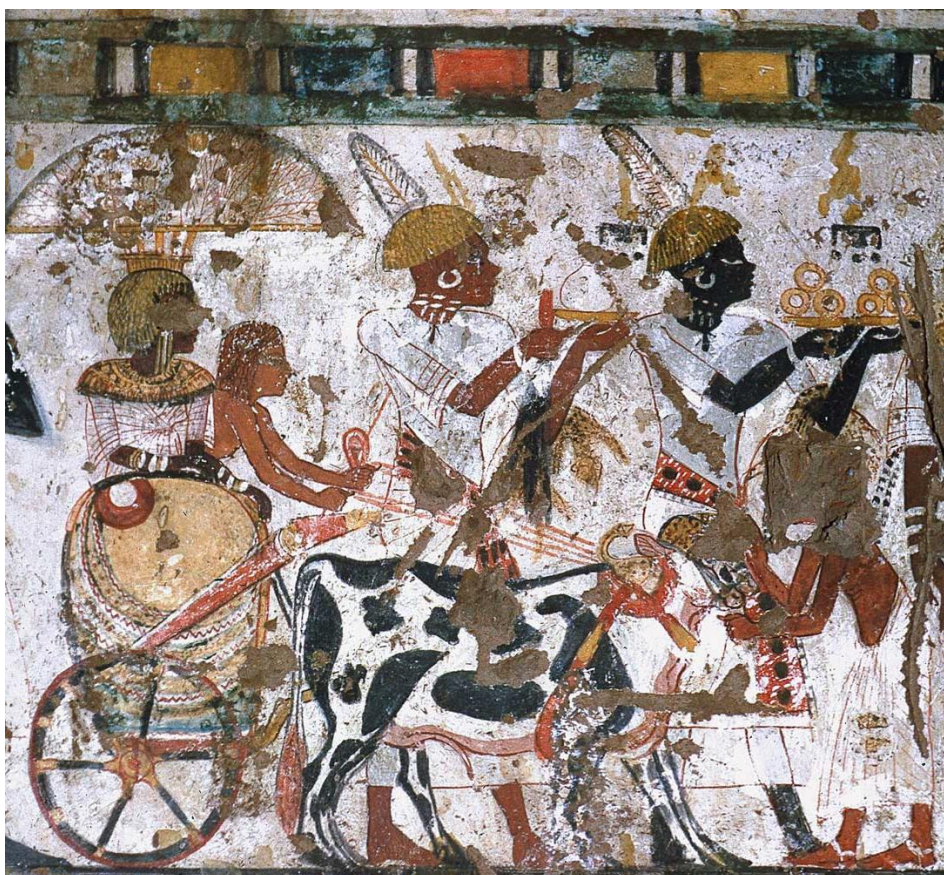


Imagem 3.2 - Fotografia da primeira parte da cena de tributação das elites de Wawat na tumba de Huy. Imagem gentilmente cedida e presente em: http://www.osirisnet.net/tombes/nobles/houy40/e_houy40_03.htm

É válido frisar que a referida viagem composta por tributos materiais, cativos e nobres núbios deu-se a partir das políticas tecidas entre o general Horemheb e as lideranças núbias

durante os anos de reinado de Tutankhamon. A partir de negociações diplomáticas após notáveis revoltas núbias no período, governantes núbios de Wawat e Kush seguiram rumo ao Egito afim de ofertar suas tributações e cordialidades políticas (GRIMAL, 2005: 242).



Imagem 3.3 - Fotografia da segunda parte da cena de tributação das elites de Wawat na tumba de Huy, com o nobre Heka-Nefer abaixado no canto direito. Imagem gentilmente cedida e presente em: http://www.osirisnet.net/tombes/nobles/houy40/e_houy40_03.htm

Citando Barry Kemp, que caracterizou tal cena como elemento de “integração cultural” (2006: 36), Paul Van Pelt chama a atenção para o caráter particular dos retratos núbios presentes. Divergindo das frequentes versões estereotipadas das imagens de estrangeiros mencionadas no capítulo anterior, o cortejo de Wawat destaca-se não só pela presença de elementos locais tradicionais entre os representados, mas também pela notável apropriação de elementos egípcios na aparência dos herdeiros. Contudo, como salienta Van Pelt, elementos extras aos cânones faraônicos mesclam-se na imagem destes herdeiros, como as caudas de animais presentes nos cotovelos dos quatro rapazes enfileirados e na herdeira à frente deles, além da profusão de braceletes e do diadema de penas de avestruz na figura feminina sobre a carruagem, incomuns aos modos de se vestir da elite egípcia (VAN PELT, 2013: 534). Seus cabelos em tons amarelados ou avermelhados sobre pequenas tranças negras, tanto nos penteados mais curtos dos chefes de Wawat quanto nas cabeleiras mais

extensas dos herdeiros, sugerem o costume núbio do uso de argila nos cabelos (KEMP, 2006: 37 apud VAN PELT, 2013: 534).


Divergindo do que Säve-Söderbergh caracterizou como “uma exibição maravilhosa de elementos egípcios frequentemente mal interpretados ou mal utilizados” (1967-1968: 241), Van Pelt levanta a problemática em torno do desequilíbrio dado aos elementos núbios perante a centralidade dos adereços egípcios nesta cena sob a análise egiptológica. Para além de uma sobreposição egípcia à matriz núbia destes herdeiros apresentados sob matrizes culturais diversas, Van Pelt (2013: 535) sugere a ação destas pessoas retratadas a partir da projeção de elementos locais e externos, construindo a elas novas formulações culturais e expressões perante um contexto de fluxos culturais e densas relações de poder. Dessa maneira, graus distintos das personagens expostas à centralidade da aculturação egípcia cedem espaço para as amplas negociações possíveis diante de elementos diversos, conferindo protagonismo às ações destes sujeitos.

Referenciando Lázló Török (2009: 270), Van Pelt exemplifica a potência dos elementos núbios em cena através do sentido mágico atribuído às caudas de animais presas nos cotovelos dos herdeiros, possivelmente a denotarem o poder núbio dos animais e sobre os animais (2013: 535). Da mesma forma, certamente os bois a puxarem a carruagem do cortejo, bem como as penas de avestruz presentes no diadema da herdeira e nos penteados dos chefes de Wawat nos atestam a importância dada por estas populações a estes itens, correntes em imagens construídas acerca dos núbios assim como em temas da cerâmica do Grupo C e de Kerma.

Ao fim da cena, uma terceira e sutil inscrição hieroglífica pode ser vista entre os três chefes de Wawat ajoelhados. Abaixo dos dois demais, o texto, contudo, não se exime da importância conferida ao seu conteúdo. Assim como os três homens, a inscrição aparentemente adorna-se com duas plumas de avestruz, possivelmente a conferir-lhe a importância dada às autoridades núbias que também vestem a pluma dupla em cena.

Em tradução de 1906, James Breasted interpretou o texto *Wr n Mi^cm hk3 nfr* como “Chefe⁷³ de Miam, bom governante” (2001: 425). Posteriormente, Walter Wreszinski (1923:

⁷³ Segundo Faulkner (1991: 64), o termo *wr*, de significados atrelados à grandeza, pode ser traduzido como *governante de terras estrangeiras*, concepção abrangente a compreender a multiplicidade de lógicas políticas estrangeiras vinculadas ao seu uso egípcio. Ainda que Miam seja referida aqui como um principado, optou-se

160) traduziu a segunda parte da inscrição,  /hkʒ nfr, não como o título de *bom governante*, mas como o nome próprio Heka-Nefer, possivelmente traduzido para o egípcio a partir de um nome núbio local (apud SIMPSON, 1963: 2). Tal constatação é emblemática no que tange à quebra do anonimato colocado às imagens de estrangeiros núbios, frequentemente relacionados à diferença e à inferioridade perante os anseios da oficialidade faraônica, como expresso no capítulo anterior.

3.2 NÚBIOS NOMINADOS: OS JOVENS DO INFANTÁRIO

Abrindo a fenda da ausência de identificações nominais dentre as imagens de núbios sob mãos egípcias, o retrato de Heka-Nefer na capela funerária do vice-rei Huy nos sugere interessantes possibilidades iniciais para a compreensão das ações destes sujeitos em trânsitos geográficos e culturais no contexto faraônico. Tal percepção segue a esteira consolidada por perspectivas a valorizarem a unicidade de casos como o deste nobre de Miam, cuja nobreza o permitiu ser nominado na capela de Huy, ao mesmo tempo que o apresentou como mais um dentre os tantos estrangeiros ali apresentados.

Como apontou Carlo Ginzburg em sua célebre obra *O Queijo e os Vermes*, por vezes tais camadas inferiorizadas por um determinado contexto histórico são fadadas pelo olhar historiográfico a reexistirem somente sob análise quantitativa. Contudo, em casos particulares, como no seu Menocchio, moleiro letrado, ou no nosso presente Heka-Nefer, estrangeiro nominado, há ocasiões onde a documentação permite-nos ultrapassar a incógnita da indistinção dada àqueles sob o signo da subalternidade (2006: 20). É evidente que marcadores sociais se lançam para que estas personagens possam destacar-se dentre a multidão subalterna, como o inegável fator de classe e pertencimento à elite de Heka-Nefer expressa em seu título e posição no cortejo. Contudo, o seu retrato tebano de estrangeiro, quando comparado a tantos outros núbios e núbias, nobres e servos, dota-se da raridade em meio ao silêncio egípcio cedido à mácula não-egípcia.

O chefe de Miam identificado pelos hieróglifos aparece, assim como as outras duas lideranças próximas a ele, com os cabelos curtos, trajando vestes brancas sobrepostas com pele de animais, além das duas penas de avestruz amarradas aos cabelos, itens bastante

por traduzir o termo egípcio por *chefe* em vez de príncipe no decorrer do texto para preservar igualmente a abrangência das lógicas núbias de formações políticas e estatais.

comerciados entre a Núbia e o Egito e fornecidos junto dos outros tributos presentes na cena. Tal forma de o artista retratá-lo, tão divergente dos filhos das elites já mencionados, certamente cerca-se de significados.

Considerando o vestuário enquanto emblemático elemento na construção social da identidade, é válida sua percepção para a interpretação de seu uso na edificação da aparência perante normas culturais e padrões sociais. Constitui-se, como aponta a socióloga Diana Crane, como matéria de identificação e indicação de posições na sociedade, expressando negociações e mantendo ou subvertendo fronteiras simbólicas e status (2006: 21).

Levando em conta este primeiro reflexo da presença de Heka-Nefer, pode-se refletir em torno das *representações performáticas* do chefe das terras de Miam em território egípcio. Considerando atos performativos enquanto “elocuições que, mais que descrever situações, as ocasionam” (BURKE, 2005: 120), podemos avaliar sua performance na imagem do ato de tributação, dotada de elementos núbios como a indumentária e o penteado, enquanto *escolha representativa* em um contexto egípcio de diferenciação e olhar de alteridade, a ocasionar a distinção a este chefe estrangeiro perante um repertório estereotipado dos cânones faraônicos em relação aos povos núbios.

Podemos também aproximar esta performance de Heka-Nefer com as reflexões de Pierre Bourdieu em torno da ideia do discurso regionalista. Para Bourdieu, este funciona igualmente como discurso performativo, a ter em vista novas legitimações de reconhecimento da região delimitada pela definição dominante, dotando aquela de certa positividade (1989: 116). Dessa forma, Heka-Nefer, ao caracterizar-se a fim de expressar sua região de procedência, torna-se representativo a ela, desencadeando certo reconhecimento egípcio refletido na tradução egípcia de seu nome. Este, porém, não é o único retrato de Heka-Nefer.

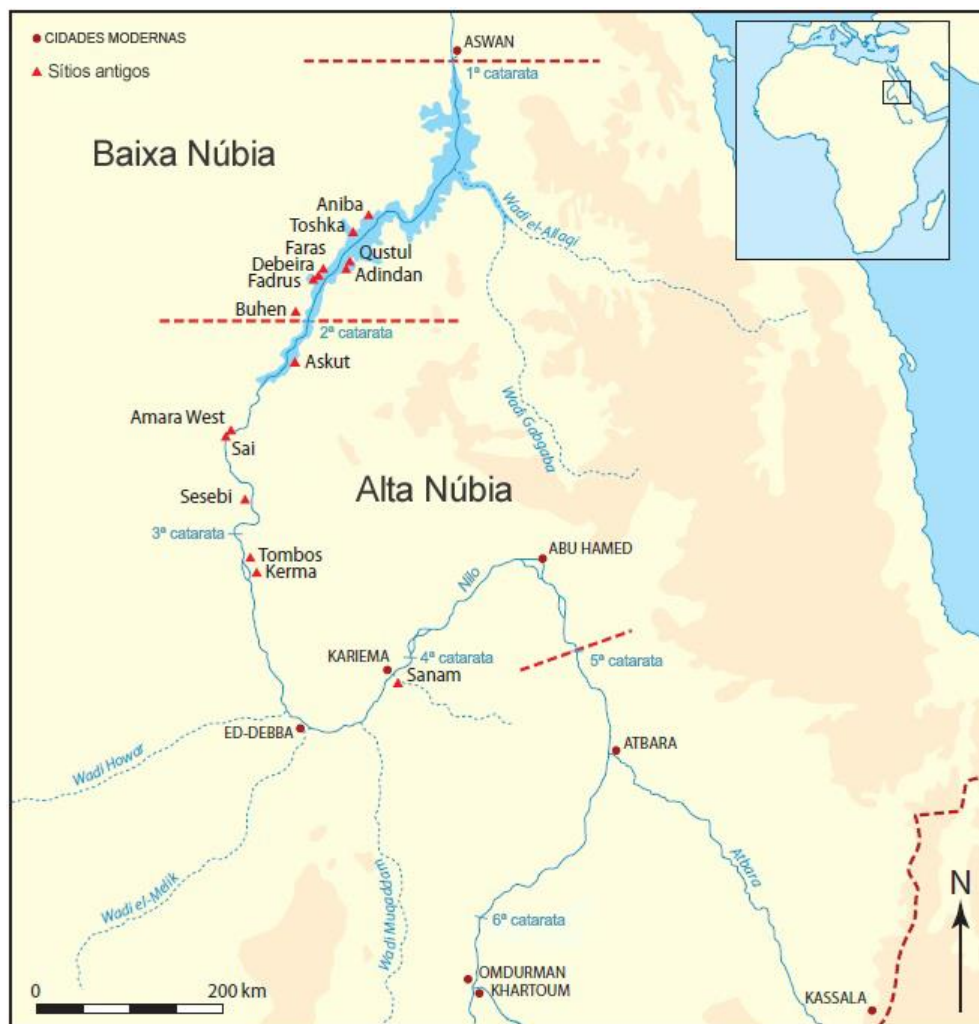


Imagem 3.4 - Mapa das regiões da Alta e da Baixa Núbia. Tradução do mapa presente em VAN PELT, 2013: 525.

A leste da atual localidade de Toshka, antigo norte da Núbia e atual proximidade da fronteira-Sul nacional egípcia, localizam-se em uma colina de arenito três tumbas datadas do período do Reino Novo faraônico. Todas as tumbas possuem duas câmaras superiores a uma câmara mortuária em um nível abaixo, acessado através de um fosso localizado na segunda câmara superior. As tumbas foram primeiramente registradas no início do século XIX, sendo posteriormente catalogadas na expedição do prussiano Karl Richard Lepsius em 1843. Das três, a tumba mais a sul certamente chamou a atenção de Lepsius, que registrou os hieróglifos a decorarem externamente suas portas e paredes externas, considerando-a, no entanto, um cenotáfio⁷⁴ datado possivelmente do período raméssida⁷⁵. Décadas mais tarde, já em inícios

⁷⁴ Monumento fúnebre erigido em memória a alguém sem conter o corpo sepultado.

do século XX, análises arqueológicas associaram inscrições encontradas nas proximidades da tumba de Toshka com o nobre núbio chamado Heka-Nefer presente na cena tumular tebana de Huy, contudo sem considerar o espaço como de seu sepultamento (SIMPSON, 1963: 1-2).

Acima da porta da tumba, a inscrição registrada por Lepsius e posteriormente lida a associar o espaço tumular com o Chefe de Miam retratado em Tebas apresenta uma figura masculina típica aos moldes egípcios, prestando culto ao deus Osíris, através de louvores expressos nos textos hieroglíficos que a acompanham. Acima da figura, os hieróglifos levemente deteriorados a identificam como *wr n Mi^cm Tbw ny-swt hrd n k3p hk3 nfr*/o chefe de Miam, o sandalheiro real, a criança do infantário real, Heka-Nefer. Tais epítetos atribuídos ao nobre referido na entrada da tumba, bem como sua projeção imagética, muito nos dizem sobre sua posição social tanto em seu local de origem quanto na cultura faraônica a tocá-lo.

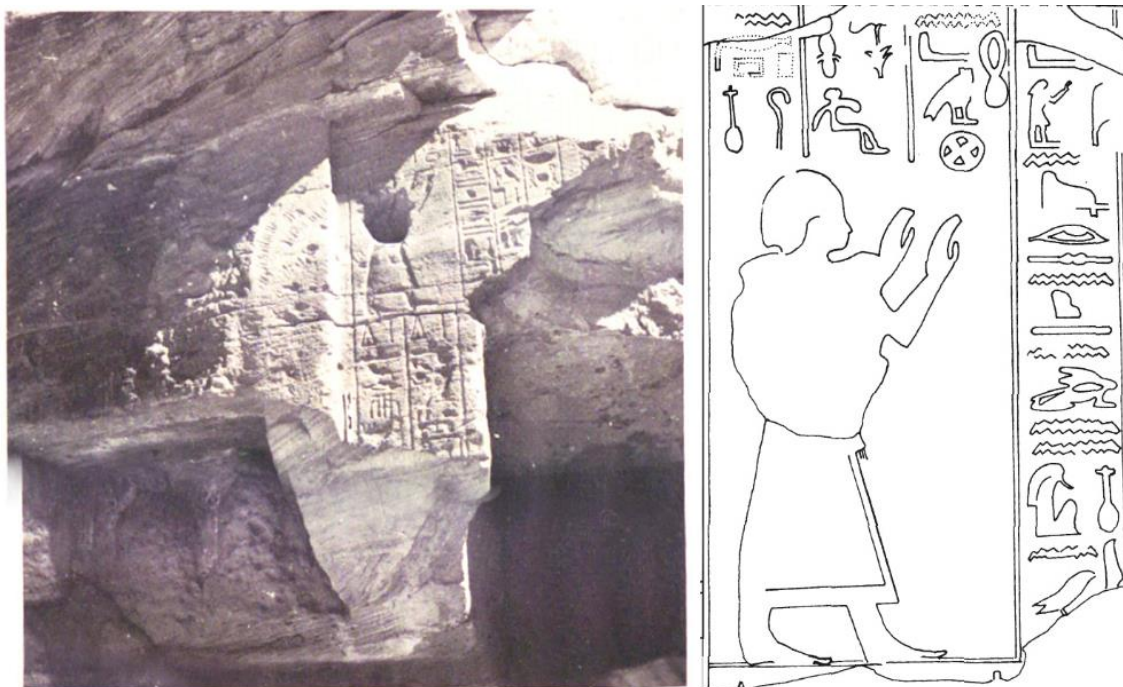



Imagem 3.5 - Fotografia da entrada da tumba de Heka-Nefer em Toshka (pl. IIIc), e croqui com detalhe da decoração externa da tumba (9), com Heka-Nefer encimado por seus epítetos e nome. Imagens presentes em SIMPSON, 1963.

⁷⁵ Nomenclatura dada ao recorte tardio do Reino Novo, entre as XIX e XX dinastias. Tal período foi assim nominado pela frequência nestas dinastias de faraós chamados Ramsés.

O título  /wr n Miꜥm/chefe de Miam, espelhado em seu retrato na tumba de Huy, uma vez mais afirma sua importância política na localidade de Miam. Situado nas atuais proximidades de Toshka e Aniba, o principado de Miam tratava-se de um dos centros administrativos da Baixa Núbia próximos à segunda catarata cuja investida egípcia deu-se de forma massiva. Com ocupações iniciais datadas do período de ascensão do Grupo A, Aniba apresenta por meio de cemitérios tipicamente núbios seu protagonismo local na região de Wawat desde os tempos mais antigos.


Concomitante ao avanço faraônico sobre a Baixa Núbia no Reino Médio, Miam serviu como espaço fortificado para o assentamento egípcio na região. Richard Lobban Jr. assinala a centralidade de Miam no Reino Novo ao caracterizá-la como a "capital de Wawat", especialmente sob a XVIII dinastia, quando o principado serviu de cenário para funções administrativas e residenciais, além de abrigar um templo dedicado ao deus Hórus⁷⁶ (LOBBAN JR, 2003: 33).






No raiar do Reino Novo, expressões dos fluxos diversos, núbios e egípcios, atestam-se nas proximidades de Miam, como sugere um relevo datado da XVIII dinastia, presente em um altar de pedra a norte de Toshka, comissionado por um soldado chamado Humay, identificado como "Medjay de Sua Majestade". No relevo, 5 membros da família de Humay, dentre eles seu irmão Seninefer, alcunhado "Pastor do gado de Hórus, Senhor de Aniba", prestam culto ao divinizado Senusret III⁷⁷, a um deus guerreiro de origem síria chamado Reshep, além do já referido Hórus de Aniba (TÖRÖK, 2009: 213). Recordando as campanhas anteriores de busca por matérias-primas e animais como bois e vacas na Baixa Núbia, é sugestivo pensar na permanência de espaços como Aniba enquanto referências egípcias para o cultivo pastoril do

⁷⁶ É válida a percepção da disseminação dos cultos a Hórus no espaço da Baixa Núbia, especialmente após a tomada faraônica de partes desta região durante o Reino Médio. Segundo László Török, é considerada pioneira a região de Buhen no que tange ao culto desta divindade na Núbia, datando-a dos primeiros momentos de interação egípcia com o norte núbio em períodos dinásticos iniciais. Sob o Reino Médio, Hórus, enquanto *patrono das terras estrangeiras* e *senhor de Ta-Seti*, disseminar-se-á em centros de devoção da região. De inícios da XVIII dinastia, apontam-se nas fontes os cultos de Hórus, senhor de Kubban, Hórus, senhor de Miam/Aniba, Hórus, senhor de Buhen e, posteriormente, Hórus, senhor de Abu Simbel (TÖRÖK, 2009: 212).

⁷⁷ Senusret III, faraó do Reino Médio responsável por intensas campanhas de avanço no espaço da Núbia, foi durante o Reino Novo uma emblemática figura de culto entre os assentamentos egípcios no sul. É referida a origem de seu culto na Núbia por meio dos expatriados egípcios que, durante o período intermediário de redução do poder faraônico, apegaram-se em suas zonas de residência núbias ao culto do monarca expansionista em oposição à avançada crescente de Kerma (TÖRÖK, 2009: 212).

gado e sua importância nas relações econômicas entre núbios e egípcios (LACOVARA; KNOBLAUCH, 2012: 145).

Tal apontamento atrela-se à importância de Heka-Nefer enquanto liderança de Miam e também  /Tbw ny-swt/Sandalheiro Real, epíteto certamente vinculado à economia do gado e, conseqüentemente, do couro para a confecção de sandálias às elites egípcias (VELDMEIJER, 2011: 147). William Simpson sublinha para a raridade do epíteto no período, bem como para as duas ocorrências deste a vincular-se com Miam, tanto no caso de Heka-Nefer quanto em uma inscrição em um escaravelho oriundo de Aniba, relativo a um homem chamado Min-hotpe. Tais ocorrências reforçam o papel de Miam no comércio e fornecimento do couro no Reino Novo egípcio (SIMPSON, 1963: 26).

Finalmente, o terceiro epíteto da entrada tumular de Heka-Nefer,   /hrd n k3p/Criança do Infantário Real, chama-nos a atenção para a problemática central do texto. Retomando as discussões em torno dos herdeiros sob emanações egípcias em terras faraônicas eternizados na tumba de Huy, tal infantário real, chamado pelos egípcios de Kap ou Kp, , caracterizava-se como uma parte do espaço privado egípcio, como denota o hieróglifo final , determinando-o enquanto edificação ou espaço doméstico. Edmund Meltzer, nesse sentido, analisa a etimologia atribuída ao infantário real sob o determinativo , refletindo o Kap enquanto espaço de cerceamento ou confinamento (MELTZER, 2001: 21). No infantário palaciano, príncipes egípcios e futuros faraós compartilhavam da educação pautada em moldes faraônicos com outros jovens de origens nobres.

Espaços residenciais destinados à educação de jovens no Egito procedem desde a V dinastia, onde estes jovens recebiam instrução necessária para capacitarem-se como altos funcionários vinculados à oficialidade faraônica (FEUCHT, 2001: 263). Ainda que não se tenha qualquer indicio de uma autoridade central ou de um regimento da corte que controlasse o funcionamento destes espaços de ensino dispersos pelo Egito (LAZARIDIS, 2010: 2), é válida a percepção destas residências educacionais a voltarem-se predominantemente para a instrução de jovens destinando-os a ofícios administrativos interligados ao controle governamental do faraó.

No caso do infantário real, Christiane Noblecourt aponta desde o Reino Antigo para a existência de um espaço na corte egípcia destinado à formação das juventudes da elite, tanto dos infantes reais quanto de outros membros da nobreza, a exemplo de Ptahshepses, nascido sob o reinado do faraó Menkhaure (2490-2472) e descrito como “educado com os infantes reais no grande palácio do rei, na Residência, no harém do rei, sendo ele apreciado pelo rei mais que qualquer [outra] criança” (1994: 102).

O harém faraônico, vinculado a este local de aprendizado real, destinava-se sobretudo a residir membros da elite diretamente ligados ao faraó e à família real, além de fornecer instrução aos infantes da realeza (ROTH, 2012: 8-9). Em seus primeiros anos, tais infantes recebiam o acompanhamento de amas de leite e babás reais, sendo estas mães e esposas de altos oficiais e altamente consideradas pela realeza egípcia. O foco dado aos jovens membros da elite dentro do harém atesta-se por meio do título de “tutor das crianças reais” concedido nos Reinos Médio e Novo ao Administrador do Harém Real, cargo oficial de máxima excelência na corte (HASLAUER, 2001: 77-78).

A alcunha de *criança do infantário real/Kap*, contudo, só aparecerá nos posteriores Reino Médio e Reino Novo, quando também é notada a inserção de herdeiros das lideranças estrangeiras neste espaço real. Diante de tamanha proximidade com a corte, tais estrangeiros compartilhavam, junto de egípcios nativos, do título de *hrdw n k3p/crianças de Kap* (NOBLECOURT, 1994: 102; MELTZER, 2001: 22).

Percebendo os fluxos percorridos por Heka-Nefer e tantos outros núbios no corredor núbio-egípcio sob a corte faraônica, cabe a reflexão em torno dos movimentos culturais nas vidas destes sujeitos sob constantes emanações e tradições. Certamente tais experiências de deslocamento impuseram-se de forma significativa sobre estes nobres, a envolverem noções de pertencimento e identificação a seus locais de origem, bem como o enfrentamento e a apropriação de novos significados e práticas a partir da imposição e da vivência em terras egípcias.

Em estudos acerca dos fenômenos identitários e culturais vinculados à diáspora⁷⁸, o sociólogo Stuart Hall aponta para o essencialismo a enxergar a identidade cultural vinculada

⁷⁸ Embora seus estudos e análises foquem especificamente nos imbricados casos identitários e culturais do Caribe, as reflexões sociológicas presentes na obra de Hall são pontuais aos nossos estudos, por debruçarem-se em relação aos jogos culturais imersos em deslocamentos, relações de poder, associações e designações do que o autor anglo-jamaicano compreende como a fluidez e transformação típicas da diáspora (2013: 36-37).

sobretudo ao espaço de nascimento, sendo aquela imune às então superficiais emanações advindas de mudanças temporárias do local de residência (2013: 30). Tal perspectiva espelha-se nas experiências de dispersão coletiva, lidas como subtexto às concepções nacionais modernas, e comumente associadas aos fenômenos diaspóricos como no caso do povo judeu, de onde advém a o próprio termo *diáspora* (HALL, 2013: 31).

Contudo, no que se refere às análises dos casos de núbios sob a mesma senda, como as análises históricas e arqueológicas vêm insistido ao longo das décadas, aparentemente tais emanações temporárias não só se impregnariam como tomariam toda a teia de significados e práticas dos herdeiros oriundos do sul sob a *aculturação* egípcia. Hall, no entanto, trata o deslocamento cultural e a diáspora através de contínuos deslizos e reapropriações de significados em culturas aparentemente fixas, mas inevitavelmente abertas (2013: 36).

Nesse sentido, é provável se pensar nas vivências destes jovens enquanto permeadas por inúmeros choques, adaptações e confluências de emanações e tradições diversas, oriundas de seus espaços de origem núbios bem como da imposição egípcia a eles colocada na juventude através do infantário, além das invasões e conexões do Estado faraônico nos próprios territórios da Núbia.

Seguramente inserir estes membros estrangeiros na corrente de aculturação passava primeiramente pelo aprendizado da língua egípcia, seguindo-se da escrita a associar o ensino da língua com o dispositivo literário (KEMP, 2006: 34). Na XVIII dinastia, de acordo com Toby Wilkinson, o *Kap* mais importante situava-se em Gurob, cidade palaciana na entrada do Fayum, no noroeste egípcio. Ler e escrever eram elementos centrais no currículo do infantário que, sob a orientação de um escriba, ensinava a escrita aos jovens nobres através da repetição e cópia de exemplos arcaicos e ilustres da cultura literária faraônica (WILKINSON, 2011: 253-254). Além do cotidiano no convívio com a corte egípcia, certamente tais narrativas literárias, com temáticas régias e religiosas relativas ao Egito, investiam no projeto de introjeção cultural dado aos jovens estrangeiros.

No caso núbio, o elemento literário seguramente cercava-se de inovação ao olhar dos herdeiros no infantário, principalmente aqueles oriundos das regiões mais a sul nos primeiros momentos da expansão egípcia. Baseadas em culturas pautadas na oralidade, muitas das regiões núbias, ainda recentemente tocadas ou reconquistadas pelo contato egípcio,

certamente viam em seus membros da elite levados pelas forças faraônicas as primeiras gerações de nativos imersos na cultura letrada.


É válido frisar que a escrita neste contexto estava diretamente envolvida às atividades administrativas do Estado faraônico, sendo um elemento presente apenas dentre as altas classes da sociedade. Inserir herdeiros núbios neste aprendizado, portanto, atrelava-os às práticas administrativas da oficialidade egípcia, cujo caráter estrito era refletido na restrição da cultura escrita. John Baines sugere que, em todos os períodos da história faraônica egípcia, a camada letrada não passava de 1% da população total (1983: 584). Esta, a compreender um máximo de 3 milhões de pessoas no Reino Novo (KEMP, 2006: 11), compunha no contexto em questão um grupo de não mais que 30 mil letrados espalhados em todas as áreas tocadas pelo anseio administrativo faraônico.

Junto da cultura literária, é provável que ocorresse também no espaço do infantário a prática educacional a envolver treinamentos em questões militares (WILKINSON, 2011: 255-256), associando-os aos anseios de expansão faraônica através da guerra tanto pelos infantes egípcios quanto por membros de elites associadas. Neferamun, cortesão egípcio da XVIII dinastia, possuía a titulação real de “Chefe dos *megas* de Sua Majestade com as crianças de Kap”. *Megas*, segundo Michael Rice, seria um termo possivelmente de origem núbica a designar jovens soldados núbios recrutados e também educados no infantário real (2004: 130), expressando a face militar do período no espaço do infantário.

3.2.1 – MAIHERPRI, O LEÃO NO CAMPO DE BATALHA

Atrelando-se a esta esteira bélica associada ao infantário real, encontra-se uma singular descoberta arqueológica de fins do século XIX. No ano de 1899, após uma série de escavações na região do Vale dos Reis, necrópole real situada na margem oeste do Nilo tebano, o arqueólogo Victor Loret revelou uma tumba praticamente intacta. Datado da XVIII dinastia, mais precisamente entre os reinados de Thutmose IV e Amenhotep III (SANTOS, 2012: 65), o espaço funerário chamou a atenção na época por sua preservação, além do requinte e da profusão de objetos encontrados, semelhantes aos enterramentos de faraós em tumbas próximas (ROMER, 1994: 202-239).

No ataúde esmaltado de resina negra, decorado com figuras divinas em folhas de ouro e hieróglifos, pôde-se ler o nome do proprietário mumificado em seu interior:

/Maiherpri. Seu significado, *Leão no Campo de Batalha*, certamente conectava-se às práticas em vida deste jovem, falecido por volta dos 20 anos de idade (SANTOS, 2012: 66) e sepultado na principal necrópole egípcia.

Conforme os itens funerários de Maiherpri expunham, este fora enterrado com o rigor dos sepultamentos das altas camadas da sociedade egípcia, fazendo-se valer de materiais mortuários associados à cultura tumular típica da corte faraônica. Além do ataúde a identificar nominalmente Maiherpri, outros dois esquifes estavam presentes, a guardarem seu corpo mumificado no interior, vestido com uma máscara funerária. Um outro caixão, inacabado e separado dos demais, dispunha-se no meio da tumba, guardando um papiro com cenas do Livro dos Mortos⁷⁹ egípcio. Também presentes na tumba estavam ânforas e urnas com materiais de embalsamento, provisões como pão, óleos e gorduras, joias, uma caixa a conter seus vasos canópicos, além de um tabuleiro de jogo em madeira, faiança e ouro.

Compunham, por fim, os itens funerários encontrados por Loret 2 aljavas, 2 protetores de mão para arqueiro e 75 flechas (REEVES; WILKINSON, 2005: 180), a sugerir a qualidade do Maiherpri no combate por meio da arquearia. Posteriormente, em uma escavação coordenada por Howard Carter, acidentalmente fora encontrada sob uma pedra vizinha ao túmulo uma caixa pintada de amarelo, identificada com hieróglifos a referenciar o *Leão no Campo de Batalha*. Dentro da caixa, duas malhas de couro, a funcionarem como protetores de pernas durante lutas, foram encontradas em condições excelentes de preservação, acenando para o contato de Maiherpri com as práticas de guerra (ROMER, 1994: 218).

⁷⁹ Conhecido pela Egíptologia também como o Livro de Sair para a Luz, compunha-se da principal coleção literária relativa às práticas funerárias faraônicas do Reino Novo. Dispunha-se geralmente através de cópias presentes em rolos de papiro, além de alguns capítulos e orações também pudessem apresentar-se em pedaços de linho, superfícies de caixões, paredes de templos e tumbas, estátuas e escaravinhos de cerâmica ou pedra (LESKO, 2001: 193).

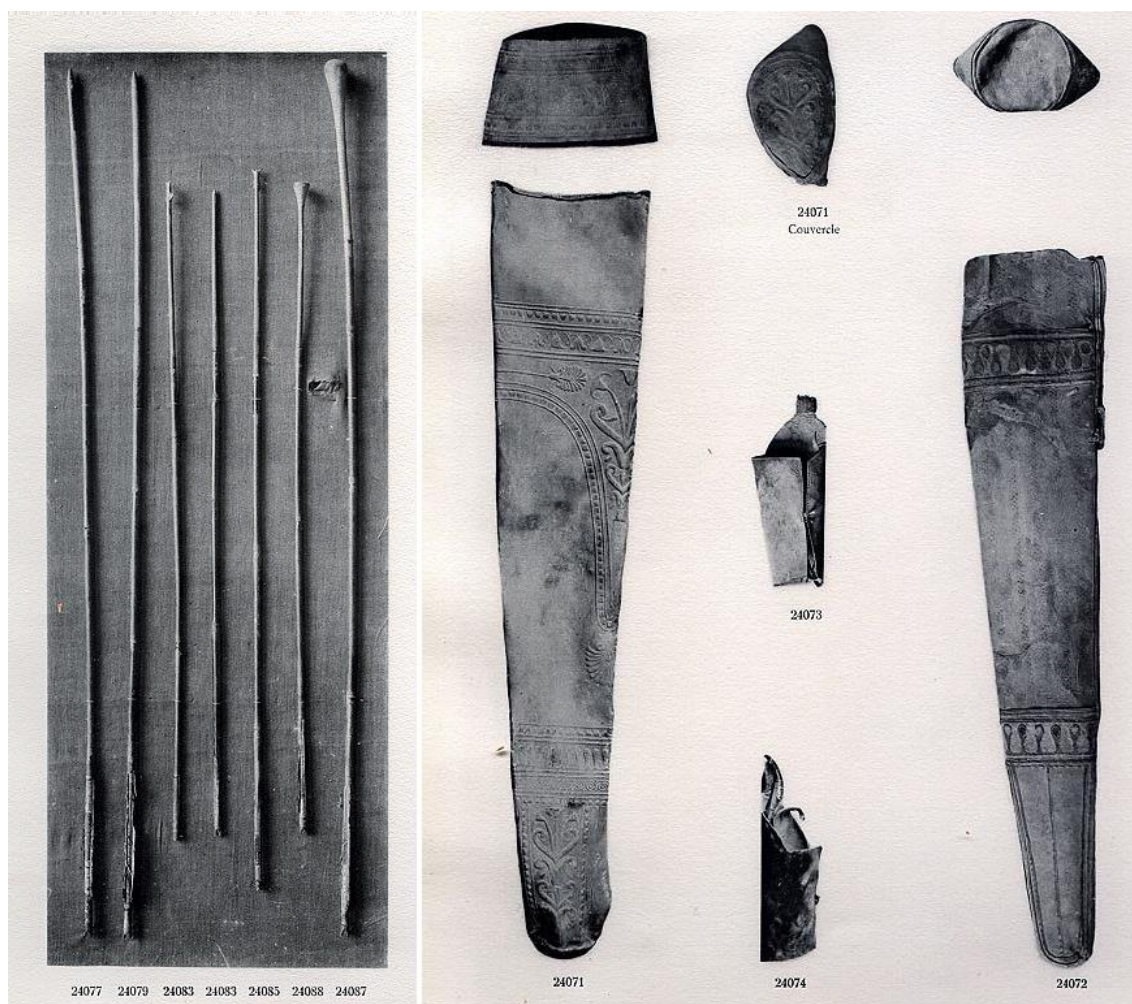


Imagem 3.6 - Flechas e aljavas presentes no arsenal funerário de Maiherpri. DARESSY, 1902: pl. X e XII.

Das diversas vignettes⁸⁰ pintadas e escritas em hieróglifos cursivos de seu Livro dos Mortos, destacam-se as imagens do próprio Maiherpri, a prestar oferendas e cultuar divindades como Osíris. Retratado com uma fina túnica sobre o alvo saiote egípcio, o branco de suas vestes contrasta com o seu tom de pele escuro, além dos cabelos desenhados com cachos curtos, muito similares àqueles presentes nas imagens de núbios do período.

Dois anos após o desvelar da tumba, no ano de 1901, a múmia de Maiherpri fora finalmente desembalada no Museu do Cairo. Sob as faixas de linho, algumas já arreventadas por ladrões em tempos antigos, e através da máscara funerária, colorida e convencional ao estilo de sua época, revelou-se o bem-preservedo corpo de Maiherpri, ornamentado com braceletes e um colar, dentre outros artefatos remanescentes aos roubos anteriores (SANTOS,

⁸⁰ Termo de origem francesa correntemente utilizado pela Egiptologia para descrever as partes presentes na representação escrita e imagética do Livro dos Mortos faraônico sobre rolos de papiro.

2012: 66). Sua fisionomia e cor de pele eram concomitantes aos retratos presentes no papiro de sua tumba, além da peruca curta à maneira núbia⁸¹ trazida sobre a cabeça, conferindo ao corpo ainda mais fidelidade às imagens de Maiherpri em seu Livro dos Mortos (ROMER, 1994: 203; REEVES; WILKINSON, 2005: 179).



Imagem 3.7 - Semblante facial da múmia de Maiherpri, a vestir uma peruca núbia. DARESSY, 1902: XVII.

Seus traços físicos são ainda pontuais quando confrontados na representação de seu Ba. Este, na cultura religiosa egípcia, constituía-se como um dos componentes de cada pessoa, caracterizando-se enquanto um aspecto móvel do ser. Sua imagem, presente sobretudo em fontes atreladas à vida após a morte em contextos do Reino Novo, compunha-se de um pássaro com cabeça humana, a simbolizar tanto a mobilidade de seu caráter extrafísico quanto a natureza humana de seu dono (ALLEN, 2001: 162). Em estudo acerca das representações pictóricas do Ba, Louis Žabkar apontou a decoração tumular do cortesão Userhat, datada da XVIII dinastia, como exemplo da construção imagética do Ba, a espelhar em sua cabeça humana as feições egípcias de seu portador (ŽABKAR, 1968: 145). Nas imagens do papiro

⁸¹ É conveniente lembrar que o período analisado, concernente à XVIII dinastia egípcia, conforme estreitava laços com espaços exteriores como a Núbia, fazia entrar dentro do território faraônico pessoas, elementos e costumes de origens externas. No caso núbio, chamam a atenção a adoção de brincos por ambos os sexos no Egito, além da adesão de penteados e perucas núbias compostos por mechas trançadas curtas em camadas, sobretudo durante o reinado de Akhenaton (BIANCHI, 2004: 128).

mortuário de Maiherpri, contudo, a cabeça de seu Ba apresenta-se com a pele amarelada a ostentar uma saliente barba, aparentemente anulando os fenótipos das outras projeções pictóricas do falecido, notavelmente similares aos arquétipos utilizados para as imagens dos estrangeiros do sul em sua época.



Imagem 3.8 - Vignettes do papiro do Livro dos Mortos de Maiherpri, onde pode-se ver no canto esquerdo o deus Osíris em frente à balança onde é realizada a pesagem do coração do falecido, representado em um dos pratos. No lado direito, o Ba de Maiherpri. ZABERN, 1987: 167b.

Próximo a um dos retratos de Maiherpri no papiro, seu nome egípcio, assim como Heka-Nefer, é prefixado pelo epíteto *hrd n k3p*, ou *criança do infantário real*. Tal identificação de Maiherpri com o infantário por meio do epíteto ainda figura por mais duas vezes na escrita cursiva de seu Livro dos Mortos (DARESSY, 1902: 54). No entanto, contrário a Heka-Nefer, Maiherpri não só se enterrou no Egito como seu local de sepultamento localizava-se na principal necrópole egípcia do período.



Imagem 3.9 - Um dos retratos de Maiherpri em seu Livro dos Mortos, ladeado por seu nome e o título de criança do infantário real em hieroglífico cursivo. Detalhe da imagem presente em RIGGS; BAINES, 2012: 3.

Também apresentando sua proximidade com os altos setores da corte egípcia estava um outro título a ele atribuído, $\text{ḫ}^{\text{c}}(.y)\text{-ḫw ḫr}$, ou *Portador do Abanador Real*. Igualmente concedido aos vice-reis da Núbia na época, tal título denotava o convívio de Maiherpri com o faraó em ocasiões públicas. Outra passagem de seu Livro dos Mortos é ainda mais enfática, a caracterizar Maiherpri como “o seguidor real dos passos (do rei) em todas as terras meridionais e setentrionais estrangeiras” (FORBES, 1998: 104-105 apud SANTOS, 2012: 65).

Ausenta-se, contudo, qualquer menção escrita ou imagética à família ou aos antepassados de Maiherpri entre seus faustosos bens funerários. Como aponta Günther Vittmann, dava-se importância em elementos escritos faraônicos para menções genealógicas, fazendo-se alusão costumeiramente a ascendências como forma de se legitimar posições de poder. Contudo, certos silêncios, como a ausência de referências ao pai de Ptamenhophis, confidente do rei exemplificado por Vittmann, ou a omissão a membros familiares de Maiherpri, podem indicar raízes forasteiras propositalmente silenciadas (VITTMANN, 2013: 2).

Se Heka-Nefer, epítetado como um *filho do infantário real*, legou-nos sua incontestável proveniência da região de Wawat, seria Maiherpri, com igual epíteto atrelando-o ao infantário, além da semelhança com os arquétipos imagéticos núbios, um dos herdeiros

kushitas como aquele descrito na estela de Aswan a viver na corte egípcia? Se nos apegarmos à subjugação conferida especialmente ao sul núbio, constantemente adjetivado na oficialidade egípcia, faz-se possível pensar na ausência de menções à procedência de Maiherpri como um indício a conectá-lo com Kush. Tal possibilidade alia-se também à profusão de flechas e elementos de batalha em seu arsenal tumular, expondo sua relação com a arquearia, fortemente associada às terras de Kush e valorizada pelas forças faraônicas.

3.2.2 – HEKA-NEFER, O BOM GOVERNANTE NÚBIO?

No entanto, é notável o caráter fundamental e projetista do infantário real a formar dentre os jovens herdeiros que ali permaneciam futuros líderes políticos, incluindo o faraó e os chefes de áreas tocadas pelo controle egípcio (BAINES, 1983: 581).

Este parece ser o caso de Heka-Nefer. Junto daquela viagem tributária registrada na tumba de Huy, o chefe de Miam, também *filho do infantário real*, certamente pisou em terras egípcias em períodos anteriores de sua vida de membro da elite de Wawat. Estima-se que seu período de regência enquanto chefia núbia deu-se entre os reinados de Amenhotep III até o fim da XVIII dinastia, sendo sepultado em suas terras de origem sob o governo de Horemheb (SIMPSON, 1963: 27).

Por meio de práticas como as do infantário real, é pertinente a reflexão em torno de como certas ações e emanções políticas atrelam-se socialmente a sujeitos como Heka-Nefer e Maiherpri, sobretudo nos primeiros momentos da vida (GIVEN, 2005: 14). Pode-se perceber, a partir do que foi exposto, a forte carga intencional egípcia de implantar à Núbia projetos de dominação pautados na aculturação de suas jovens lideranças.

Na década de 1960, campanhas foram empreendidas pela UNESCO para a catalogação dos sítios arqueológicos presentes entre os atuais Sul do Egito e norte do Sudão, hoje parcialmente submersos sob a represa de Aswan.⁸² Na já mencionada colina de arenito em Toshka, Investigações acadêmicas norte-americanas, lideradas pelo arqueólogo William

⁸² É emblemática à história e arqueologia da Núbia a campanha internacional movida pela Unesco sob solicitação do então presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, em 1959. Sob o anseio de construir uma enorme barragem no espaço de Aswan, sul do Egito, Nasser solicitou a órgãos internacionais apoio financeiro e acadêmico para escavações e catalogações daquele espaço da Baixa Núbia a ser submerso pelas águas da barragem. Partindo de premissas acadêmicas e políticas, uma vez que Nasser encabeçava projetos de união do mundo árabe através de um Pan-arabismo e com medo de que o comunismo atingisse a realidade árabe, países ocidentais, em paralelo à União Soviética, empreenderam expedições de cunho arqueológico aos espaços meridional egípcio e norte sudanês (The Unesco Courier, 1980).

Simpson, finalmente adentraram e escavaram o espaço funerário atribuído a Heka-Nefer, revelando algumas fagulhas da vida e da morte do nobre de Miam.

Simpson e sua equipe, constatando com as escavações que o espaço realmente se tratava de uma tumba e não de um cenotáfio, desvelaram elementos funerários ali presentes. Assim como seu retrato deteriorado e epitetado da entrada, sob padrões imagéticos egípcios de indumentária e penteado em contraste com a imagem de chefe núbio de Miam na tumba tebana de Huy (VAN PELT, 2013: 536), nas paredes da câmara interna podiam-se perceber inscrições hieroglíficas, bem como cenas típicas da iconografia tumular faraônica.

Ainda que a decoração tumular estivesse sob alta deterioração, William Simpson é descritivo à qualidade das pinturas executadas, bastante similares às pinturas em tumbas tebanas do período. Dessa maneira, Simpson sugere que a execução tenha sido feita a partir da contratação de um artista tebano levado para a Núbia. Tal sugestão, contudo, é rebatida pelo próprio Simpson ao mencionar a reflexão de Säve-Söderbergh acerca do fraco conhecimento sobre tumbas decoradas do Reino Novo fora do espaço de Tebas, impossibilitando assumi-las como de autoria tebana (SIMPSON, 1963: 13).

Saqueada e adentrada desde os tempos antigos, como expressa a ausência do vasto arsenal mortuário do nobre de Miam, legaram-se à análise alguns objetos e fragmentos de cerâmica espalhados pelas câmaras e desprezados por quem ali passou após o sepultamento de Heka-Nefer. Destacam-se entre os objetos cinco *shabtis*⁸³, quatro deles compostos de pedras variadas como esteatita, serpentina e calcário e um de cerâmica vitrificada. Variados também são seus graus de sofisticação e confecção, bem como seus estados de conservação, alguns com fragmentos ausentes. Dois dos *shabtis* possuem inscrições hieroglíficas cuja preservação permitiu-se ler o nome de Heka-Nefer, acompanhado do título de chefe de Miam (SIMPSON, 1963: 14-15).

Além dos *shabtis*, ressaltam-se dois terminais fragmentados de colar adornados com incisões a imitarem contas de um colar egípcio, sendo um deles dotado de uma cabeça de

⁸³ Pequenas estátuas mumiformes confeccionadas em materiais variados – cerâmica, pedra, madeira – geralmente dotadas de inscrições hieroglíficas em sua superfície relativas ao capítulo seis do Livro dos Mortos egípcio. Sua concepção partia do princípio mágico-religioso faraônico de que estas figuras exerceriam o papel de servos no pós-morte de quem as portasse em seu enterramento. Ainda que a Egiptologia chame tais figuras *shabti*, *ushabti* ou *shawabti*, nomenclaturas dadas a elas no texto hieroglífico do capítulo referido, é complicado pressupor que todas estas figuras funerárias mumiformes possam assim ser referidas, uma vez que há diversas destas inscritas somente com o nome e o título do falecido em suas superfícies (SPANEL, 2001: 567).

falcão e o outro possuindo uma pequena inscrição hieroglífica incompleta em seu verso, fazendo alusão a uma passagem do Livro dos Mortos comumente inscrita em escaravéis funerários associados ao coração (SIMPSON, 1963: 15). Junto aos já citados epítetos hieroglíficos concedidos pela oficialidade faraônica, os materiais acima apresentados inegavelmente espelham a proximidade dos cânones egípcios perante o espaço funerário do nobre de Miam.



Imagem 3.10 - Alguns dos shabtis encontrados no espaço tumular de Heka-Nefer em Toshka. SIMPSON, 1963: pl. vii.

Tais elementos mortuários de Heka-Nefer, refletindo o emblemático repertório funerário das elites egípcias no período, fornecem valiosas sugestões iniciais em torno da crença no pós-morte por parte das elites locais na Baixa Núbia (LACOVARA; KNOBLAUCH, 2012: 150). Seus espelhamentos de emanções faraônicas, pretendidas a partir dos projetos de dominação presentes neste contexto de conquista da XVIII dinastia, muito remontam as perspectivas em torno da *aculturação* egípcia sobre a Núbia.

De fato, cada um destes elementos conectados ao cânone egípcio e presentes na tumba do nobre núbio de Miam colocam-nos mais próximos da carga causada pela experiência do deslocamento, espacial e cultural, em um cenário de relações de poder e imposições constantes.

Pouco mais de um quilômetro a sul das tumbas de Toshka, a equipe arqueológica de William Simpson mapeou uma rocha dotada de inscrições hieroglíficas, que provavelmente a partir de um acidente natural desabou e projetou a cena com inscrições para baixo, na direção do chão. Contudo, a partir da retirada da areia em um dos arredores da rocha, junto a um espelho colocado em um ângulo estratégico, foi possível copiar os hieróglifos bem como fotografar as inscrições ali presentes (SIMPSON, 1963: 24).

A cena apresentada consistia em duas figuras, uma maior que a outra, a encararem o lado direito, seguidas por um grande barco. Atrás de cada uma delas apresenta-se uma pequena coluna de inscrições, uma delas ilegível, além de inscrições em uma grande linha acima, em pequenas colunas atrás das duas figuras e em outra coluna à frente delas.

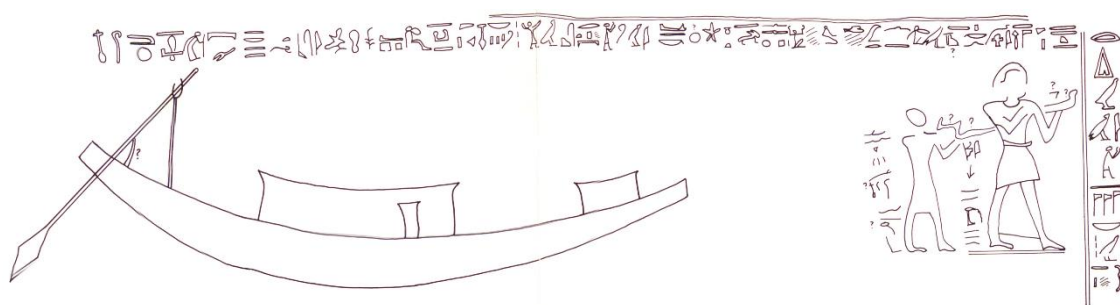


Imagem 3.11 - Croqui da cena presente na rocha a sul de Toshka. SIMPSON, 1963: 30.

Na linha de cima, é nominada a figura maior à frente: Heka-Nefer, que de acordo com a inscrição presta oferendas a um deus não identificado, pedindo exaltações para o seu Ka⁸⁴, seguindo-se a menção de seus epítetos, e, por fim de seu nome egípcio. Nas colunas de textos às costas das duas personagens, a primeira apresenta o trecho *in sn.f w^cb*, “por seu irmão, o purificador”. Dessa maneira, denota-se que a figura menor certamente se tratava da imagem de um irmão de Heka-Nefer e, portanto, um outro membro da nobreza local de Miam. Infelizmente, a segunda coluna, altamente deteriorada, não fornece o nome ou qualquer outra informação sobre esta personagem (SIMPSON, 1963: 24-25). Na coluna maior à frente deles, contudo, pode-se ler a inscrição *rdiw i3w n ntrw nbw t3-sty*, “dando louvores a todos os deuses de Ta-Seti” (SIMPSON, 1962: 38; SIMPSON, 1963: 24).

⁸⁴ Segundo Andrey Bolshakov, o conjunto de ideias referentes ao Ka caracterizava-se como um dos mais importantes aspectos da religião egípcia. Sua natureza protetora sobre atividades físicas e mentais, bem como sua essência sobrenatural, atrelavam-se à individualidade da pessoa, a portar o Ka enquanto uma espécie de entidade, atuante sobretudo como beneficiário de oferendas (BOLSHAKOV, 2001: 215-216).



Imagem 3.12 - Fotografia do reflexo em espelho da inscrição à frente da imagem de Heka-Nefer, onde este aparece louvando os deuses de Ta-Seti. SIMPSON, 1963: pl xiii.

Partindo da compreensão de que Ta-Seti ou a *Terra do Arco* compunha-se como uma das nomenclaturas hieroglíficas concedidas às terras núbias, estaria Heka-Nefer, junto de seu irmão, prestando culto aos deuses locais de Wawat, a despeito de toda a campanha faraônica de edificação de templos e do estímulo compulsório de adesão dos estrangeiros à cultura e às práticas religiosas egípcias?

Se tomarmos como afirmativa a resposta à dúvida anterior, tais reverências aos deuses locais, ainda que em contraposição à hegemonia de templos e cidades egípcias do período, chegam até nós a partir de suportes egípcios de representação e escrita. Através da apropriação exercida por Heka-Nefer destes suportes, é válida a reflexão em torno da irônica assimilação de elementos egípcios a enaltecerem a face local do nobre de Miam.

Tal ironia, percebida na ambivalência de discursos de dominação, apresenta-se a partir da articulação dos dominados, que se apropriam do que lhes é regulado para alcançar o poder, expressando a ambivalência de sujeitos ao mesmo tempo assimilados e sob o signo da diferença (BHABHA, 2013: 146). Dessa forma, é estimulante perceber a esta problemática a peculiar condição de sujeitos dominados em alterarem certas categorias e elementos de

dominação, apresentando a complexidade da internalização de percepções de mundo impostas (BOURDIEU, 1989, 139-140).

3.2.3 – OS HERDEIROS DE TEH-KHET

Ausentando-se de referências diretas ao espaço do infantário real através de epítetos como Heka-Nefer e Maiherpri, duas outras personagens, contudo, destacam-se nesta análise. A sul de Miam, nas proximidades de Buhen e da segunda catarata do Nilo, coexistia à inicial ascensão faraônica da XVIII dinastia o principado núbio de Teh-Khet. Próximo à uma das fortalezas egípcias edificadas pelos faraós do Reino Médio, Teh-Khet constituía-se, junto de Miam, como importante centro político em Wawat. A proximidade destas localidades com a segunda catarata merece ser exposta, uma vez que esta, somente tomada pelo avanço do poder de reconquista da XVIII dinastia, permanecia ainda como dificultoso e estratégico trecho de ultrapassagem pelas forças faraônicas.

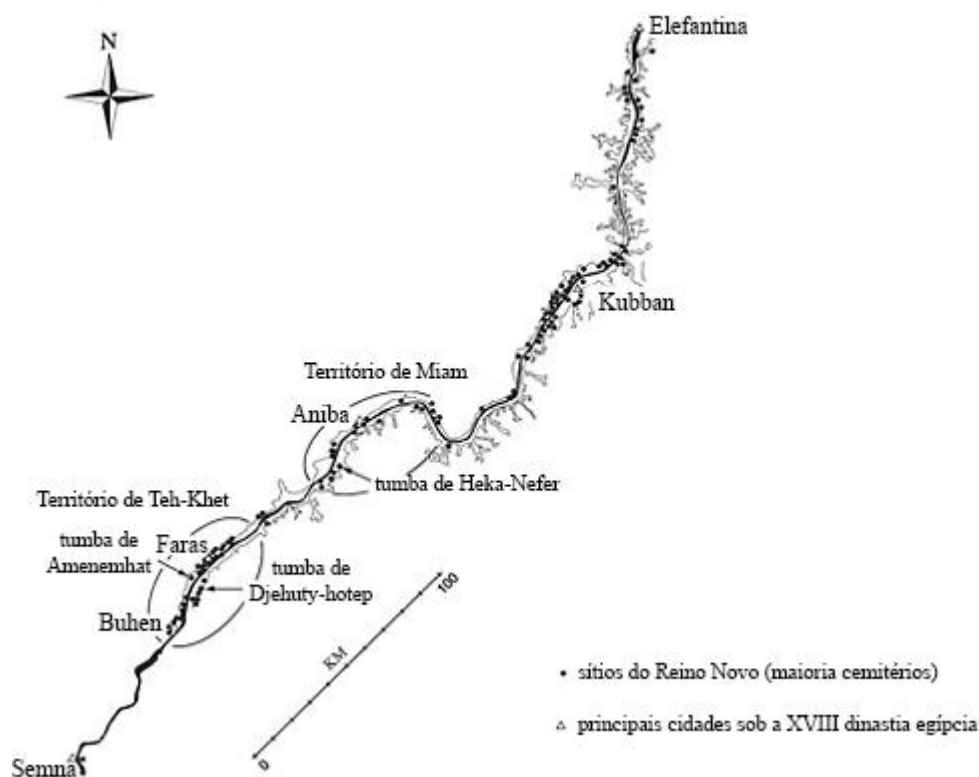


Imagem 3.13 - Mapa da região de Wawat, com foco nos principados de Miam e Teh-Khet. Tradução e adaptação da imagem presente em KEMP, 2006: 38.

Nas adjacências de Teh-Khet, cemitérios como o da localidade de Fadrus espelham as transformações deste período de contatos entre comunidades distintas. Esta região, antes componente dos territórios ocupados por homens e mulheres do Grupo C, apresentou no

correr da XVIII dinastia a frequência cada vez maior de enterramentos de acordo com as tradições egípcias, com corpos em posição estirada, além da presença de vasos e recipientes de cerâmica e pedra tipicamente egípcios. Peter Lacovara e Christian Knoblauch pontuam ainda a frequência de enterramentos coletivos, presentes na cultura funerária egípcia desde o segundo período intermediário, enquanto pontuais retratos da penetração cultural faraônica naquela região (2012: 149).

Do âmbito funerário de Teh-Khet, chamam a atenção aqui duas personagens imersas neste contexto faraônico e núbio com tumbas presentes no principado, especificamente na atual localidade de Debeira, norte sudanês. Datados da primeira metade da XVIII dinastia, precisamente entre os reinados de Hatshepsut e Thutmose III, estes dois sujeitos, cujos espaços tumulares foram efetivamente pesquisados e escavados no fluxo das campanhas arqueológicas na Baixa Núbia pela Unesco, caracterizavam-se como membros da elite local, denominados pelos hieróglifos com os nomes egípcios Djehuty-hotep, ou *Thot está satisfeito*, e Amenemhat, ou *Amon está no comando*.

A existência da família de governantes de Teh-Khet tornou-se conhecida dentre os estudiosos a partir de outros elementos materiais a identificá-los, fazendo-se possível mapear nominalmente os governantes deste principado de Wawat antes mesmo da descoberta de seus túmulos em Debeira. Um destes elementos compõe-se de uma estátua de Amenemhat encontrada em Buhen, cuja inscrição faz referência ao "escriba Amenemhat, gerado pelo chefe de Teh-Khet *Rwśw*"⁸⁵ e "nascido da senhora da casa *Rwn3*". Como aponta Säve-Söderbergh, é consistente perceber nesta escultura os elementos egípcios a mimetizarem quase que totalmente Amenemhat e seus pais sob a procedência egípcia (1960: 26).

⁸⁵ Säve-Söderbergh aponta, em nota de rodapé de seu artigo, para a ocorrência de um erro do nome de *Rwiw* por parte do artesão a compor esta inscrição em relevo na escultura, alterando o *i* por *ś*, além de colocá-lo na direção oposta ao resto dos hieróglifos presentes (1960: 26).



Imagem 3.14 - Estátua de Amenemhat oriunda de Buhen. SAVE-SODERBERGH; TROY, 1991: pl 60.

Da mesma maneira, um fragmento de estela encontrado no leste do vilarejo de Serra, há algumas milhas da tumba de Djehuty-hotep, faz referência escrita a este enquanto "o escriba do sul, Djehuty-hotep, filho de *Rwīw* e nascido de *Rwn3*". A partir dos dois elementos apresentados, pode-se traçar a origem de Djehuty-hotep e Amenemhat, bem como o parentesco entre estes dois irmãos e herdeiros de *Rwīw*, chefe do principado de Teh-Khet (SÄVE-SÖDERBERGH, 1960: 27).


Törgny Säve-Söderbergh, que coordenou as escavações da equipe escandinava pela Unesco nas regiões de Debeira e Serra, pôs em análise a densa questão em torno das origens locais dos chefes do principado a partir das fontes. Apegando-se inicialmente a critérios fenotípicos como a cor da pele entre as figuras pintadas, Säve-Söderbergh aponta para as possibilidades das figuras de *Rwīw* e *Rwn3*, em uma deteriorada estela oriunda de Aswan, possuírem nos cabelos e rostos resquícios de pigmentação preta, traço típico das imagens de núbios na iconografia. Junto a isto, o autor também questiona a ótica dada às imagens como um todo ao dizer que "os núbios mais ou menos regularmente pareciam representar a si mesmos como egípcios", atestando que as representações disponíveis entre a Baixa Núbia, fortemente mimetizadas aos cânones egípcios de representação, não fornecem argumentos

decisivos para a questão das origens desta elite de Teh-Khet (1991: 205). A titulação de *wr n th-ht/chefe de Teh-Khet*, contudo, é mencionada por Säve-Söderbergh como poderoso indício para uma ascendência local, uma vez que o título *wr* acompanhado do nome de localidades estrangeiras não se dava entre oficiais egípcios (1991: 206).

Os títulos de escriba atrelados a Djehuty-hotep e Amenemhat conectam-se às evidências atestadas em torno da já mencionada literacia egípcia, a vincular a cultura escrita somente às elites e às sub-elites, compostas pelos escribas. No caso destes últimos, como sugere John Baines, não há indícios documentais que apontem qualquer desvinculação do ofício de escriba com atividades administrativas faraônicas (1983: 584). Além disso, cabe lembrar da importância concedida pelo aprendizado da escrita egípcia às jovens elites estrangeiras, atrelando a prática literária igualmente à importância destes aprendizes na administração de áreas convenientes ao Estado faraônico. Percebendo o papel de Djehuty-hotep e Amenemhat como lideranças na regência do principado de Teh-Khet, torna-se acessível compreender suas funções ao olhar egípcio a partir de seus epítetos de escriba.

Localizada no corte de uma pequena colina próxima ao Nilo no leste de Debeira, a tumba de Djehuty-hotep é conhecida desde as primeiras décadas do século XX, tendo sido primeiramente mencionada e descrita por Anthony Arkell em 1950, quando também Miss Moss publicou uma cópia das inscrições presentes na parte interna de sua entrada, além de enumerar outros monumentos referentes ao nome e título do proprietário do tumba, tornando-o conhecido dentre os estudos egiptológicos desde esta época. Em 1955, escavações iniciais no espaço tumular revelaram, apesar dos inúmeros saques a esvaziarem-no quase que completamente, enterramentos secundários sob as câmaras e covas presentes. Assim como no caso do chefe de Miam, a tumba de Djehuty-hotep dotava-se de decoração e pintura nas paredes, constituindo um dos raros casos de tumbas assim ornamentadas na Núbia durante a XVIII dinastia (SÄVE-SÖDERBERGH, 1960: 25).

Na entrada interna da tumba, textos hieroglíficos acompanham duas colunas a emoldurarem a passagem, descrevendo rituais de oferendas concedidas pelo faraó a Amon e Hórus, para que estes invocassem sabedoria e provisões ao chefe de Teh-Khet em sua morte. Chama a atenção, porém, o final da oração ritual presente em uma destas colunas, à direita, direcionando as preces dos deuses: *n k3 n wr n th-ht dhwtj-htp ddwn p3-itj*, ou “para o Ka do chefe de Teh-Khet, Djehuty-hotep, chamado Pa-itj” (SÄVE-SÖDERBERGH, 1991: 201).

Seu nome egípcio, portanto, acompanha um outro nome,  / p3-itis/ Pa-itis⁸⁶, incomum em textos egípcios e mencionado nos hieróglifos da tumba somente neste trecho. Säve-Söderbergh atenta para a incompatibilidade do nome com as tradições onomásticas egípcias, tornando-o presumivelmente uma nomeação de origem núbria ocasionalmente utilizada nas referências a Djehuty-hotep (1960: 31). O autor atesta isto argumentando que a utilização de nomes duplos por egípcios nas documentações hieroglíficas usualmente se dá com o segundo nome sendo uma versão reduzida ou um apelido referente ao primeiro nome, o que não é o caso de Djehuty-hotep/Pa-itis (SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991: 206).

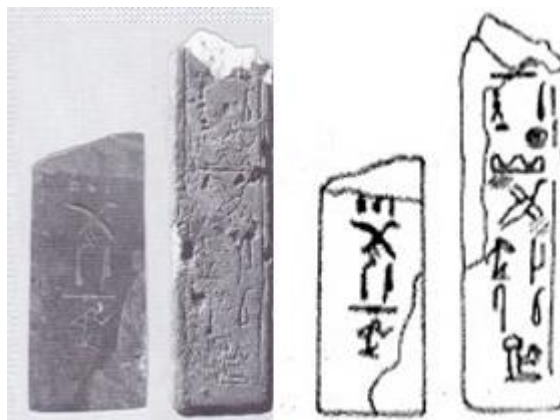




Imagem 3.15 - Fotografia (pl. 31) e croqui (202) das duas paletas de escriba de Pa-itis encontradas no banco oeste do Nilo. SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991.

No lado oeste do Nilo, escavações também guiadas por Säve-Söderbergh e Lana Troy encontraram outros itens concernentes a Djehuty-hotep/Pa-itis, como duas paletas de escriba também fazendo referência ao seu nome Pa-itis, com os títulos de *escriba* e *chefe de Teh-Khet* (SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991: 203). Também foram encontrados no oeste de Debeira os vasos canópicos do nobre, itens ligados à crença egípcia no pós-morte a carregarem os órgãos internos do falecido. Nestes, contudo, a referência nominal ao chefe de

Teh-Khet na escrita dá-se como  /P3-itws-hr/Pa-itus-her, demonstrando uma modificação do incomum nome presente na coluna à direita da tumba e nas paletas de

⁸⁶ Embora Säve-Söderbergh utilize como tradução para os caracteres ocidentais em inglês a nomenclatura Pa-itsy, preferiu-se aqui realizar a transliteração, com base na gramática de PEREIRA, 2016, dos hieróglifos presentes na inscrição do nome de forma que se chegou à transcrição Pa-itis.

escriba. Tal variação ainda se apresenta de uma outra forma na última inscrição horizontal, bem como em todas as inscrições verticais dos vasos, onde o hieróglifo  troca-se por  na pronúncia do *s* (SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991: 202-203). Seriam estas versões do outro nome de Djehuty-hotep um sinal do *estranhamento* hieroglífico à pronúncia de uma nomenclatura local do nobre?

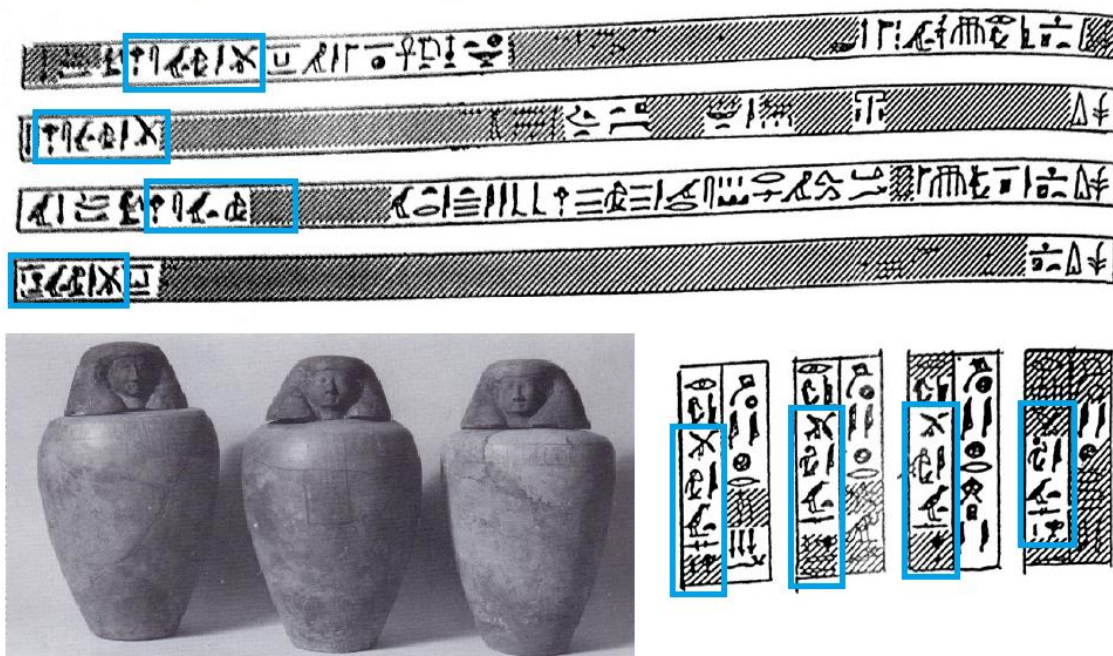


Imagem 3.16 - Croquis das inscrições horizontais e verticais (202) presentes nos vasos canópicos de Pa-itis-her (pl. 59), do lado oeste de Debeira. SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991. Apontamentos em azul a destacarem os hieróglifos do nome Pa-itis-her feitos pelo autor.

Embora o hegemônico silêncio escrito das tradições núbias nos impossibilite de tecer considerações acerca da importância da nomeação dentro destas culturas locais, Maria Helena Trindade Lopes indica o caráter fulcral da nomeação do sujeito na antiga sociedade egípcia. O nome egípcio ou *rn* expressava a natureza de seu portador, além de qualidades e características por este ansiadas a comporem a significação do homem ou da mulher em questão. Com a frequência de mais de um nome, a cultura egípcia revela a própria multiplicidade do sujeito a nomear, imerso em identificações e experiências expressas por suas nomeações, colocadas também enquanto elemento de sobrevivência e garantia de alcance da eternidade (LOPES, 1996: 12-14).

Na mesma esteira, Günther Vittmann aponta a inseparabilidade entre o nome e a essência do ser na ótica faraônica. Mesmo o Ka, elemento primordial do ser, em certa

extensão, intercambiava-se com o nome, chegando esporadicamente a serem utilizados como sinônimos (VITTMANN, 2013: 1). O autor também levanta a função do nome em relação aos aspectos de integração social, especificamente em casos de estrangeiros sob anseios de penetração na sociedade egípcia, uma vez que o elemento nominal se dotava de grande relevância dentre os egípcios (2013: 4). Ao mesmo tempo, Vittmann atenta para a ocorrência de etnônimos dentre a onomástica egípcia, onde uma possível origem estrangeira expressava-se na denominação do sujeito, como em *P3-nhsj*, nome traduzido como *O núbio* frequente sobretudo sob Reino Novo (2013: 5), época de coincidente aproximação e migração de núbios e egípcios entre suas terras.

Refletindo acerca das práticas de dominação cultural empreendidas pelo poder egípcio no período, é curioso analisar o caso desta descendência nobre de Teh-Khet verificada na cultura material funerária de Djehuty-hotep/Pa-itis. Dentre as várias inscrições de sua tumba, *Rwiw*, seu pai, é referenciado como portador do epíteto de *wr n th-ht/chefe de Teh-Khet*, ao que sua mãe, *Rwn3*, é acompanhada nos hieróglifos sob o título egípcio comumente dado às mulheres de *nbt pr/senhora da casa*. Assim os dois são apresentados acima de quatro nichos de estátuas a referenciar os dois, além de Djehuty-hotep e sua esposa com o nome egípcio Tentnub, em uma parede na câmara leste da tumba de Djehuty-hotep. *Rwiw* e *Rwn3* possuem nomes tão estranhos às nomeações egípcias quanto Pa-itis, e de acordo com Säve-Söderbergh isto pode refletir o avanço do projeto de *egipcianização* sobre as gerações desta família da elite local, em contraste com as nomeações egípcias concedidas a Pa-itis/Djehuty-hotep, sua esposa e seu irmão Amenemhat (1960: 30-31).

Tal fluxo progressivo da aculturação egípcia sobre a hereditariedade em Teh-Khet, contudo, torna-se ainda mais discutível perante outras referências a seus membros na Baixa Núbia. De duas estelas hieroglíficas oriundas de Aswan e atribuídas a um homem chamado Teti, uma delas o adjectiva como dignitário, além de fazer menção à “sua esposa, a senhora da casa Aah-hotep” e ao seu filho “o chefe de Teh-Khet, *Rwiw*”. Teti, portanto, caracterizava-se como pai de *Rwiw* e avô de Djehuty-hotep e Amenemhat. No entanto, Teti, assim como o neto, é mencionado no texto hieroglífico da estela com uma nomenclatura dupla, chamando-se também *d3i-wi-ꜥ/Dja-wi-a* (SÄVE-SÖDERBERGH, TROY, 1991: 191). Isto coloca em questão a absoluta progressão egípcia entre as nomenclaturas geracionais desta família de nobres, já que a frequência de nomes duplos entre seus membros é apenas interrompida nas menções a *Rwiw*. No entanto, é válido mencionar que as expressivas designações de *escriba* e

de chefe de Teh-Khet ausentam-se dos poucos referimentos a Teti/Dja-wi-a (SÄVE-SÖDERBERGH, TROY, 1991: 206), sugerindo *Rwiw* como ponto inicial do emparelhamento desta linhagem local aos epítetos presentes entre seus filhos.

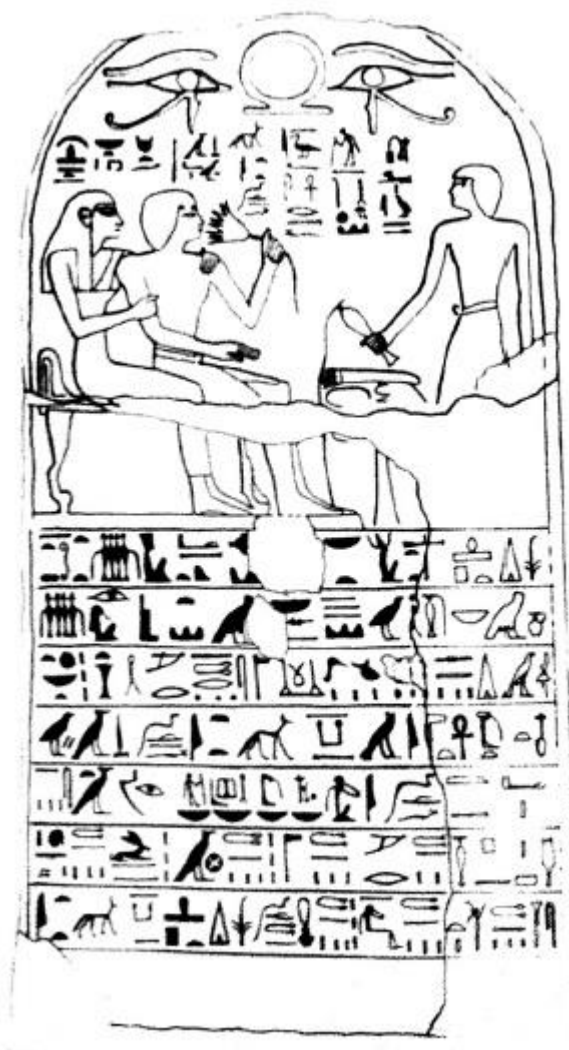


Imagem 3.17 - Croqui da estela de Teti/Dja-wi-a encontrada em Aswan, onde apresentam-se Teti junto da esposa Aah-hotep sentados em frente a seu filho Rwiw, o chefe de Teh-Khet. SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991: 192.

A tumba de Amenemhat, por sua vez, localizava-se sob o recorte de uma eminência rochosa no banco oeste do Nilo em Debeira, lado oposto ao túmulo do irmão. Sendo escavada somente a partir da década de 1960, até então desconhecia-se seu caráter tumular, bem como sua datação relativa à XVIII dinastia faraônica. Altamente deteriorado e saqueado, especialmente se comparado à tumba decorada de Djehuty-hotep, o espaço funerário expressa-se de maneira similar às edificações tumulares egípcias do período, com pátio, capela, além de itens funerários como quatro estátuas inacabadas, a retratarem Amenemhat,

sua esposa e seus pais, assim como fez seu irmão nos quatro nichos de sua tumba (SÄVE-SÖDERBERGH, 1963: 161). As quatro estátuas, conforme salienta Säve-Söderbergh, possuem o olhar direcionado para a tumba de Djehuty-hotep no outro lado do rio, estabelecendo uma possível conexão funerária entre os dois espaços (1963: 162).



Imagem 3.18 - Fotografia (pl. 49) e croqui (202) da estela de granito encontrada na tumba de Amenemhat, de Debeira, a retratar o nobre, sua esposa Hatshepsut, e os pais Rwiw e Rwn3. SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991.

Em uma câmara de entrada, próxima a um nicho, foi encontrada uma preservada estela de granito cinza. Em sua superfície superior, imagens e texto hieroglífico faziam referência a seis figuras tipicamente apresentadas nos moldes egípcios, compondo uma cena. Sentados no canto esquerdo estão um homem a segurar uma flor de lótus e uma mulher a passar o braço sobre o dele. O homem é encimado por uma inscrição que o identifica como “O chefe de Teh-Khet, *Rwiw*”. A mulher possui sobre si a sequência da inscrição, que a discerne como “sua esposa, a senhora da casa, *Rwn3*”. À frente dos dois está de pé um homem identificado por uma inscrição superior como “seu filho, o chefe Amenemhat”, oferecendo-lhes uma libação. No canto direito da estela, a espelhar o casal da esquerda *Rwiw* e *Rwn3* estão sentados e nominados um homem também a cheirar uma flor e uma mulher a tocar seu braço,

identificados como “O chefe de Teh-Khet, Amenemhat” e “sua esposa, a senhora da casa, Hatshepsut”, com uma mulher na frente deles, nomeada no texto igualmente como “sua esposa, a senhora da casa, Hatshepsut”, oferecendo a ela mesma e seu cônjuge uma bebida em uma taça (SÄVE-SÖDERBERGH, 1963: 168). Apresenta-se, assim, o círculo familiar de Amenemhat, filho de *Rwīw* e *Rwn3*, membro epitetado da nobreza local de Teh-Khet e tendo como esposa uma mulher chamada Hatshepsut, a espelhar, assim como o próprio Amenemhat, o nome de uma das governantes do Egito de seu período.

Uma outra estela funerária de Amenemhat, descoberta no sul do principado, em Buhen, apresenta dados igualmente consideráveis sobre este nobre de Teh-Khet. Encontrada no lado norte do templo de Amenhotep naquela região, a estela fora cortada em formato circular de modo que servisse como base para uma coluna a suportar o teto. Partes importantes das figuras desenhadas e inscrições, contudo, permaneceram legíveis à análise (RANDALL-MCIVER; LEONARD WOOLLEY, 1911:112). À direita, figura na estela a imagem de um homem tipicamente egípcio a segurar em uma mão um braseiro e na outra um vasilhame de onde ele derrama líquido em honra aos deuses, seguida de um fragmentado texto. No canto esquerdo, a fraturada lateral da estela apresenta parte de uma imagem de oferendas. Na inscrição hieroglífica, o texto incompleto inicia-se identificando o dono da estela como “o vigilante líder para a filha do rei, o escriba Amenemhat”, apresentando uma vez mais sua proximidade com a corte faraônica dado o título de servidor da princesa do Egito. O título de escriba é mais uma vez referenciado, colocando Amenemhat igualmente como familiarizado com a cultura literária egípcia e, portanto, como um herdeiro na Núbia educado aos moldes egípcios. Seguindo a inscrição, Amenemhat profere oferendas de incenso, unguento e vegetais aos milhares para o Ka de Hórus de Buhen, bem como “*n k3 n ntrw nbw t3 st(j)*/ao Ka de todos os deuses de Ta-Seti”, pedindo em seguida dádivas a estes.



Imagem 3.19 - Estela do escriba Amenemhat de Buhen a cultuar os deuses de Ta-Seti. Imagem presente em: <https://www.penn.museum/collections/object/189591>.

Assim como a citação de Heka-Nefer junto de seu irmão em Toshka, e cronologicamente antes dele, Amenemhat figura nesta estela a prestar reverência aos deuses de Ta-Seti ou a *Terra do Arco*, sugerindo, como Heka-Nefer, a presença de culto aos deuses locais da Núbia dentre as elites de Wawat, diante de um contexto de pressuposta *egipcianização* destas mesmas elites.

3.3 - POR UMA OUTRA PROPOSTA: A EGIPCIANIZAÇÃO ENQUANTO ELEMENTO DE NEGOCIAÇÃO

A perceber a polifonia de vozes presentes neste intrincado contexto faraônico de contatos e relações de poder no nordeste saariano, buscou-se neste capítulo compreender, na densidade de interpretações presentes entre vozes aparentemente silenciadas pela assimilação cultural, a porosidade do projeto de poder egípcio sobre as regiões núbias no avanço da XVIII dinastia. Para isto, procurou-se vestir o olhar analítico junto a aportes antropológicos que permitissem compreender, em adição a faces exploratórias e dominantes, as diversas possibilidades de reações de sujeitos sob os escombros de construções historiográficas unilaterais e projeções hegemônicas.

Ao enxergarmos as relações sociais e vivências de sujeitos diversos sob o binarismo poder/incapacidade, caminhamos rumo à rasa visão tipicamente aplicada pelos projetos de poder às realidades por eles tocadas. Dessa maneira, ao aprofundar na complexidade e dinamismos de realidades marcadas por hierarquias de poder, revelam-se maneiras inúmeras de se agir e resistir em relação ao controle externo.

A resistência, como nos lembra Michael Given, é multifacetada e complexa, dependente de decisões e negociações do contexto onde se forma (2005: 10-11). Não se trata de enxergar as personagens deste contexto enquanto portadoras de escolhas isentas das relações de poder nas quais estão inseridas, mas de interpretar suas análises do contexto onde estão postas e, a partir de suas leituras de mundo, prosseguir na arena destas relações tecidas por submissões, negociações e insurreições (GIVEN, 2005: 14).

Perante a complexidade dos trânsitos de poder no corredor núbio-egípcio, coube à negociação das elites locais diante da oficialidade do Estado faraônico moldar tradições, expressões culturais e cosmovisões a traduzirem diferenças. Valendo-se do que o Egito chamou *swwš tšw* e que a Egíptologia concebeu como o *Imperialismo egípcio*, a *egípcianizar* espaços e comunidades, tais elites integraram esta face do poder egípcio como fator fulcral a compor novas identificações e composições culturais. Contudo, tal face dava-se como *um* dos fatores destas concentradas composições.

A perceber culturas e formações identitárias como produções em constante mutação, sob tradições e genealogias que moldam e são também moldadas, lembramos do apontamento de Stuart Hall (2013: 49), ao afirmar que “A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar”. Heka-Nefer, Maiherpri, Djehuty-hotep e Amenemhat foram criados mediante imposições externas a mimetizarem-nos sob cânones egípcios, mas também criaram a si mesmos na égide das tradições culturais egípcias, vestindo elementos núbios como nomes, divindades locais ou mesmo a marcação egípcia da aparência estrangeira com roupagens egípcias e hieroglíficas de distintas formas.

Hall afirma que tradições podem variar dentro de comunidades e até mesmo dentro de uma mesma pessoa, sendo revisadas a partir das respostas às experiências de deslocamento e de estratégias de pertencimento dos sujeitos, dotando as escolhas identitárias de aspectos políticos e antropológicos, associativos e designados (2013: 73-74). Dessa maneira, pôde-se interpretar os diversos fluxos de emanações egípcias conferidos aos infantes estrangeiros, bem

como de suas agências por meio de múltiplas recepções e apropriações inseridas em projeções de poder, edificando novas composições culturais, expressões religiosas e identificações expostas desde as intrigantes variações iconográficas presentes na cena da elite de Wawat na tumba de Huy até as fontes funerárias concernentes aos nobres nominados e analisados nas páginas anteriores.

Günther Vittmann menciona um provérbio egípcio que diz “Um homem vive quando seu nome é mencionado” (2013: 6), e certamente os quatro nomes egípcios dos nobres núbios acima listados, bem como Pa-itis, *Rwíw* e *Rwn3*, ansiavam eternizar suas existências por meio da menção hieroglífica nominal. Assim, renovam a atuação do seu presente núbio, trazendo a esta realidade de deslocamento, fluxos externos e realidades internas um novo e hifenado lugar núbio-egípcio de membros da elite local a internalizarem emanções do exterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *O Local da Cultura*, Homi Bhabha caracteriza a emergência das perspectivas antropológicas pós-coloniais a partir “do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul”. Dessa maneira, tais perspectivas buscariam intervir nas edificações de normalidades e hegemonias da modernidade frente a divergências culturais de histórias e realidades, expressando a complexidade destas diante de ambivalências e anomias ao olhar colonial (2013: 275-276).

Mesclando os adventos da modernidade global com tradições para além dela, o intermédio pós-colonial traduz e reinscreve as lógicas contemporâneas neocoloniais, reinventando-as continuamente na quebra do silêncio de vozes cada vez mais polifônicas (BHABHA, 2013: 27-28). Tendo em vista tais referenciais, apegamo-nos a uma perspectiva que não só enxergasse os elos das contínuas correntes de poder da realidade histórica dos antigos núbios e egípcios, mas que também pusesse em questão as diversas lentes e possibilidades voltadas para esta realidade.

É pontual se pensar que a Egiptologia tenha tido seus primeiros passos na esteira colonial das potências europeias oitocentistas, ainda hoje detentoras da matriz egiptológica acadêmica. Das realidades coloniais de ontem herdou-se hoje o olhar aplicado a este passado desvelado das areias do nordeste africano perante a avidez arqueológica. Um passado tão presente que se fez inevitavelmente aplicado às lógicas de poder de arqueólogos e historiadores modernos, legitimando manutenções e intencionalidades atreladas a centralidades raciais e discursos hegemônicos.

Da naturalização das perspectivas raciais, florescida nos séculos XVIII e XIX, rapidamente o olhar projetado ao passado egípcio e núbio dotou-se de teorias a concentrarem milênios de experiências históricas sob o baluarte da raça. Produziu-se, assim, diversas reações em escritos como o do intrigado Volney, ao deparar-se com a glória de sociedades cuja face a ele inesperadamente aproximava-se de seus desprezados contemporâneos africanos, ou de Champollion-Figeac e tantos outros, que rapidamente buscaram estabelecer as fronteiras raciais de seu tempo àquelas realidades antigas em ascensão, afastando o Egito de qualquer aproximação com a tida indolência africana e, assim, embranquecendo-o.

Nesta perspectiva, as escuras faces núbias retratadas em telas egípcias antigas sob alegorias de dominação deram arcabouço para se projetar no passado faraônico as premissas raciais e coloniais de um presente pretensamente hegemônico. Assim, egiptólogos e estudiosos imersos nesse presente espelharam a barbárie projetada à África nas comunidades núbias da antiguidade, presas à primitiva condição tribal e passíveis de dominação imperial frente à supremacia estatal e racial egípcia, ao mesmo tempo em que laureavam os consideráveis resquícios materiais em solo núbio somente através da penetração civilizacional de raças externas à África ou africanas não-negras.

De maneira invertida, mas nem por isso inteiramente oposta, intelectuais e letrados de origens africanas e afrodescendentes na diáspora, perante a instrução acadêmica e os fluxos de contrariedade ao jugo colonialista europeu no correr dos séculos XIX e XX, tomaram parte da escrita do passado africano. Em tons que observassem positivamente as experiências históricas em África, tais perspectivas agregaram e ressignificaram a história faraônica enquanto sólido e glorioso passado antigo e negro, invertendo a pirâmide historiográfica frente a escala racial europeia. Paralelas ao avanço de movimentos como o Pan-Africanismo e a Negritude no despontar novecentista frente à construção de uma consciência negra e positivada, estas visões e concepções em torno da história africana endossaram o avançar dos discursos de independência em África, bem como da emancipação política de afrodescendentes através de legitimações históricas.

Resultantes de anseios, intenções e, sobretudo, de lugares imersos em projeções políticas, tais produções refletem os significados atrelados a seus autores, bem como as transformações e viradas perante a emergência de novos olhares e consciências. Sob o véu homogeneizante da construção moderna de raça, buscou-se assentar populações milenares e diversas perante a uniformidade de características físicas e morais inexoráveis. É evidente que diferentes intenções marcaram as inversas posições frente à racialização da antiguidade faraônica, a justificar violências e dominações do presente ou combater tais violências através da ressignificação racial.

Contudo, destes novos discursos em tons de positivação às trajetórias africanas faraônicas, continuou-se a perspectivar os povos da Núbia sob a sombra da grandeza egípcia, em um resplandecer imperial e assimilador. Dessa maneira, mesmo o olhar antirracista valeu-se da centralidade egípcia para conseqüentemente enxergar os núbios apenas através da

homogeneidade racial com o Egito, sendo estes conquistados e assimilados pelo imperialismo faraônico.

Tal persistência da centralidade egípcia frente à noção imperial voltada à Núbia não se deu ao acaso. Contínuas e insistentes documentações da oficialidade faraônica expressam, como o capítulo 2 apresentou, a frequência de construções fronteiriças entre núbios e egípcios. Com a ascensão da XVIII dinastia, no Reino Novo, anseios expansionistas efervesçam tais interações por meio da edificação de assentamentos e templos egípcios em terras núbias, além da captura de membros das elites locais sob cooptação da corte faraônica, em projetos de dominação frente a uma conjuntura de controle de estrangeiros.

Ainda imersa em velhas centralidades coloniais, a Egiptologia em inícios do século XX não tardou em vincular as relações entre núbios e egípcios neste contexto pelo viés unilateral de uma *egipcianização* na Núbia. Paralela à noção antropológica e etnocêntrica de *aculturação*, a *egipcianização* seguiu como prisma a espelhar projeções de conquista do olhar faraônico na realidade núbia descrita pela narrativa egiptológica.

Do correr novecentista imerso em discursos anticoloniais e na quebra gradual de perspectivas unilaterais e sectárias no campo antropológico, contudo, novas óticas floresceram em torno de relações humanas no presente e no passado, possibilitando compreender, para além do viés único e reducionista da *aculturação*, a densidade de ambivalências e anomias presentes em documentações de cenários de poder como aquelas expressas no capítulo 3.

Curiosamente, é neste mesmo contexto de desfecho do século XX que expedições arqueológicas nos espaços egípcio e sudanês trouxeram à luz acadêmica contemporânea pontuais elementos como as escavações nas tumbas de Heka-Nefer, Djehuty-hotep e Amenemhat, dentre outras diversas faces de um passado núbio tão abundante e notável que iniciou o balançar do *egiptocentrismo* acadêmico corrente. Deste balanço, floresceu entre egiptólogos, arqueólogos e historiadores o ainda ascendente campo dos *Nubian Studies* ou Nubiologia⁸⁷, a abarcar a ciência acadêmica voltada para aquela rica realidade a perpassar temporalidades diversas do passado (TÖRÖK, 2009: 119-120).

⁸⁷ Termo concebido por Kazimierz Michalowski, egiptólogo responsável pela direção da expedição polonesa nas campanhas arqueológicas da Unesco na Núbia (VARVOUNIS, 2016).

Como aponta László Török, as fartas evidências levantadas pelas expedições em sítios núbios demandaram mudanças radicais não somente na narrativa acerca do passado faraônico com a Núbia, como também nos métodos e estratégias da análise egiptológica, cada vez mais alicerçada em estudos de antropologia, etnologia e sociologia, além dos estudos africanos, atrelados ao advento da percepção de amarras coloniais projetadas às realidades antigas (2009: 120). Assim, estudos florescidos após o encerramento das expedições no desfecho do século XX deram conta de enriquecer o campo dos estudos da Núbia no espaço acadêmico, ainda que este permanecesse interligado à Egiptologia e constantemente em combate com o fantasma da centralidade egípcia fortalecido pelos clássicos. Na atualidade, estudos e análises acadêmicas voltadas para o passado da Núbia, mesmo que mesclado em relações faraônicas, são gradativamente cada vez mais presentes neste campo em ascensão (TÖRÖK, 2009: 120-123).

Longe de esgotar questões em torno deste passado núbio em contextos de poder faraônico, as páginas anteriores procuraram, acima de tudo, compor o avançar de novos olhares a um passado antigo e ao mesmo tempo ainda recente sob a luz analítica, buscando trazer dignidade a rostos antes difusos por premissas reducionistas de modo a fortalecer a vibrante Nubiologia fazendo-a, como expressou Stuart Smith (2014) em um título de ensaio, “Sair da Sombra do Egito”.

REFERÊNCIAS

ADAMS, W. The first colonial empire: Egypt in Nubia, 3200–1200 B.C. In: **Comparative Studies in Society and History**. Vol 26. Cambridge, 36-71, 1984.

AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e espaços: para uma antropologia topológica. In: _____; M'BOKOLO, Elikia (coord.). **Pelos meandros da Etnia: Etnias, tribalismo e estado em África**. Luanda: Edições Mulemba, 2014.

_____; M'BOKOLO, Elikia (coord.). **Pelos meandros da Etnia: Etnias, tribalismo e estado em África**. Luanda: Edições Mulemba, 2014.

ARAÚJO, Emanuel. **Escrito para a eternidade: a literatura no Egito faraônico**. Brasília: Editora UnB, 2000.

ARRAIS, Nely F. **Os Feitos Militares nas Biografias do Reino Novo: Ideologia militarista e identidade social sob a XVIIIª dinastia do Egito Antigo 1550-1295 a.C.** Tese de doutorado. Niterói; Universidade Federal Fluminense. 2011.

BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África vol I: Metodologia e Pré-história da África**. São Paulo: Ática, 1982.

BAINES, John. Literacy and Ancient Egyptian Society. **Man**, New Series, Vol. 18, No. 3, 1983.

_____; MÁLEK, Jaromir. **Cultural atlas of Ancient Egypt**. Oxford: Andromeda. 2000.

BARBOSA, Muryatan Santana. **A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)**. Tese de doutorado em História. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

BIANCHI, R. **Daily life of the Nubians**. Westport: Greenwood Press, 2004.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia de Jerusalém**. Nova edição rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 1985.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOLSHAKOV, Andrey. Ka. In: REDFORD, D. (ed.). **The Oxford encyclopedia of Ancient Egypt vol. 2**. New York: Oxford University Press, 2001.

BONNET, C. Kerma. In: REDFORD, D. (ed.). **The Oxford encyclopedia of Ancient Egypt vol. 2**. New York: Oxford University Press, 2001.

- BORGES, Antonádia. et al. Pós-antropologia: As críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, vol. 30, nº 2, 347-369, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BREASTED, J. **Ancient Records of Egypt**. Vol. I. Chicago: University of Chicago Press, 1906.
- _____. **Ancient Records of Egypt**. Vol. 2. Chicago: University of Illinois Press, 2001.
- BRISSAUD, Jean Marc. **A civilização núbica até a conquista árabe**. Rio de Janeiro: Otto Pierre editores, 1978.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural**. São Paulo: Jorge Zahar, 2005.
- BURLEIGH, Nina. **Miragem**: Os cientistas de Napoleão e suas descobertas no Egito. São Paulo: Editora Landscape, 2008.
- CAMPAGNO, M. Notas sobre espacio, tiempo y alteridad em el antiguo Egipto. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; OLIVEIRA, Haydée (orgs.). **Tempo e espaço no Antigo Egito**. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011.
- CANEVACCI, Massimo. **Sincrétika**: Explorações etnográficas sobre artes contemporâneas. São Paulo: StudioNobel, 2013.
- CASTELLANO, Núria. Meroe: el fabuloso tesoro de la reina de Nubia. **Historia**: National Geographic, nº 94, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CHAMPOLLION, Jean-François. **Lettres écrites d'Égypte et de Nubie en 1828 et 1829**. Paris: Firmin Didot, 1833.
- _____. **Monuments de l'Égypte et de la Nubie**. Paris: Firmin Didot, 1835.
- CHAMPOLLION-FIGEAC, Jaques-Joseph. **Égypte Ancienne**. Paris: Firmin Didot, 1876.
- CONNAH, G. **África desconhecida**: Uma introdução à sua arqueologia. São Paulo: EDUSP, 2013.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. O Postulado da Superioridade Branca e da Inferioridade Negra. In: FERRO, Marc (org.). **O livro negro do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, Vol. 21, nº 60, 117-134, 2006.
- CRANE, Diana. **A moda e seu papel social**: Classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Editora Senac, 2006.

- DARESSY, Georges. **Fouilles de la Vallée des Rois 1898-1899**. Cairo: 1902.
- DARNELL, J. The Stela of the Viceroy Usersatet (Boston MFA 25.632), his Shrine at Qasr Ibrim, and the Festival of Nubian Tribute under Amenhotep II. In: **ENiM**. Vol. 7, 239-276, 2014.
- DAVIES, Nina de G.; GARDINER, Alan H. **The tomb of Huy**: Viceroy of Nubia in the reign of Tutankhamun (no. 40). London: Egyptian Exploration Society, 1926.
- DENON, Dominique-Vivant. **Voyage dans la Basse et la Haute Égypte**. Paris: Pierre Didot, 1803.
- DIOP, Cheikh Anta. **The African origin of civilization**: myth or reality. USA: Lawrence Hill & CO Publishers, 1974.
- DIOP, Cheikh Anta. A origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, G. (Org). **História Geral da África**: A África antiga. São Paulo: Cortez/Brasília: UNESCO, 2011.
- DU BOIS, W. E. B.. **The Negro**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1915.
- DUNHAM, D.; JANSSEN, J. **Second Cataract Forts vol I**: Semna Kumba. Boston: Museum of Fine Arts, 1960.
- EDWARDS, D. **The Nubian past**: an archaeology of the Sudan. London: Routledge/Taylor & Francis e-Library, 2004.
- EL-SHAHAWY, A. **The Egyptian Museum in Cairo**: A walk through the alleys of ancient Egypt. Cairo: Farid Atiya Press, 2005.
- FAULKNER, R. **A concise dictionary of Middle Egyptian**. Oxford: Griffith Institute, 1991.
- FEUCHT, Erika. Childhood. In: REDFORD, D. (ed.). **The Oxford encyclopedia of Ancient Egypt vol. I**. New York: Oxford University Press, 2001.
- FORBES, Dennis C. **Tombs, Treasures, Mummies**: Seven great discoveries of Egyptian Archaeology. Sebastopol & Santa Fe: KMT Communications, Inc, 1998.
- FRANSEN, Paul. Egyptian Imperialism. In LARSEN, Morgens (ed.). Power and Propaganda, Mesopotamia 7, Compenhagen, 1979.*
- FRIZZO, Fábio. **Estado, império e exploração econômica no Egito do Reino Novo**. Tese de doutorado. Niterói; Universidade Federal Fluminense. 2016.
- GALÁN, José M, **Victory and border**: terminology related to Egyptian imperialism in the XVIIIth dynasty. Hildesheim: Gerstenberg, 1995.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.
- _____. **O saber local**: Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- GENERAL Horemheb Saqqara**. Disponível em:
<http://www.osirisnet.net/tombes/saqqara_nouvel_empire/horemheb_saqqara/e_horemheb_saqqara_01.htm>

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O Queijo e os vermes**: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIORDANI, Mário C. **História da África**: anterior aos descobrimentos. Petrópolis: Vozes, 2010.

GIVEN, Michael. **The Archaeology of the colonized**. London: Routledge/Taylor & Francis e-Library, 2005.

GLIDDON, George. **Ancient Egypt**: Her monuments, hieroglyphics, history and archaeology. 1844.

GRAHAM, G. Insignias. In: REDFORD, D. (ed.). **The Oxford encyclopedia of Ancient Egypt vol. 2**. New York: Oxford University Press, 2001.

GRIMAL, N. **A History of Ancient Egypt**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HANSEN, N. Snakes. In: REDFORD, D. (ed.). **The Oxford encyclopedia of Ancient Egypt vol. 3**. New York: Oxford University Press, 2001.

HASLAUER, Elfriede. Harem. In: REDFORD, D. (ed.). **The Oxford encyclopedia of Ancient Egypt vol. 2**. New York: Oxford University Press, 2001.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HIGGINBOTHAM, C. R. The Egyptianizing of Canaan. **Biblical Archaeology Review** 24.3, 36–42, 69, 1998.

_____. **Egyptianization and Elite Emulation in Ramesside Palestine**: Governance and Accommodation on the Imperial Periphery. (Culture and History of the Ancient Near East 2.) Leiden: Brill, 2000.

HUY – TT 40. Disponível em:

< http://www.osirisnet.net/tombes/nobles/houy40/e_houy40_03.htm>

HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória**: Arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IBRAHIM, Hassan Ahmed; OGOT, Bethwell, O Sudão no século XIX. In: AJAYI, J. (ed.). **História Geral da África v. VI**: África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010.

JOHNSON, W. **Warrior Tut**. 2010. Disponível em:

< <http://archive.archaeology.org/1003/etc/tut.html>>

JUNKER, H. **Ermenne**: Bericht über die Grabungen der Akademie der Wissenschaften in Wien auf den Friedhöfen von Ermenne (Nubien) im Winter 1911/12. (Österreichische Akademie der

Wissenshaten, Philosophisch-Historische Klasse, Denkschriften 67.) Vienna: Hölder-Pichler-Tempsky, 1925.

KEMP, B. Imperialism and empire in New Kingdom Egypt (c. 1577-1087 BC). In: GARNSEY, P.; WHITTAKER, C. (Eds.). **Imperialism in the ancient world: the Cambridge University research seminar in ancient history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

_____. **100 hieroglyphs: Think like an Egyptian**. New York: Penguin Group, 2005.

_____. **Ancient Egypt: Anatomy of a civilisation**. London/New York: Routledge, 2006.

_____. **The city of Akhenaten and Nefertiti: Amarna and its people**. London: Thames and Hudson, 2012.

KENDALL, T. Kush. In: REDFORD, D. (ed.). **The Oxford encyclopedia of Ancient Egypt vol. 2**. New York: Oxford University Press, 2001.

_____. **Racism and the rediscovery of Ancient Nubia**. S/d. In: http://www.pbs.org/wonders/Episodes/Epi1/1_retell.htm. Acesso em 07/04/2016.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução geral. In: KI-ZERBO, Joseph (org). **História Geral da África I – Metodologia e Pré-história da África**. São Paulo: Ática, 1982.

LACOVARA, P. Pan-Grave people. In: REDFORD, D. (ed.). **The Oxford encyclopedia of Ancient Egypt vol. 3**. New York: Oxford University Press, 2001.

_____.; KNOBLAUCH, C.; Burial customs in ancient Nubia. In: FISHER, M.; LACOVARA, P.; IKRAM, S.; D'AURIA, S.; **Ancient Nubia: African kingdoms on the Nile**, Cairo/New York: American University of Cairo Press, 2012.

LAZARIDIS, Nikolaos. Education and apprenticeship. In WENDRICH, W. et. Al (eds). **UCLA Encyclopedia of Egyptology**. Los Angeles, 1-14, 2010.

LEPROHON, R. **The great name: Ancient Egyptian royal titulary**. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2013.

LESKO, Leonard. Book of going forth by the day. In: REDFORD, D. (ed.). **The Oxford encyclopedia of Ancient Egypt vol. 1**. New York: Oxford University Press, 2001.

LICHTHEIM, Miriam. **Ancient Egyptian literature: a book of readings, vol I. The Old and Middle kingdoms**. Berkeley: University of California press, 1973.

_____. **Ancient Egyptian literature: a book of readings, vol II. The New Kingdom**. Berkeley: University of California press, 1976.

LINNAEUS, Charles. **Systema Naturæ**. Holmiae: Impensis Direct. Laurentii Salvii, 1758.

LIVERANI, Mario. **Relaciones internacionales en el Próximo Oriente Antiguo, 1600-1100 a.C.** Barcelona: Edicions Bellaterra, 2003.

LOBBAN JR, Richard. **Historical dictionary of ancient and medieval Nubia**. Maryland: Scarecrow press, 2003.

LOPES, Carlos. A pirâmide invertida: Historiografia africana feita por africanos. In: **Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África**. Lisboa: Linopazas, 1995.

LOPES, Maria Helena Trindade. A problemática da nomeação no Antigo Egito. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**. Nº 9, Lisboa, 11-15, 1996.

_____. Editorial announcement. **Hathor: Studies of Egyptology**, Lisboa, vol. 1, 7-8, 2012.

LOPRIENO, A. Slavery and servitude. In FROOD, E.; WENDRICH, W. (eds). **UCLA Encyclopedia of Egyptology**. Los Angeles, 1-19, 2012.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra – História e civilizações**. Tomo I (Até o século XVIII). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MACEDO, José Rivair. **A história da África vista pelos africanos: Gênese e desenvolvimento da “Escola de Dakar” (1960-1990)**. Texto integrante do projeto de pesquisa “Portugueses e africanos no contexto da abertura do Atlântico: séculos XV-XVI”, 2013.

_____. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2013.

MAFEJE, Archie. The ideology of Tribalism. **The Journal of Modern African Studies**, Cambridge, Vol. 9, nº 2, 253-261, 1971.

MARIETTE-BEY, Auguste. **Monuments divers recueillis en Egypte et en Nubie**. Paris: F. Vieweg, 1872.

MARKOWITZ, Y.; LACOVARA, P. Gold. In: REDFORD, D. (ed.). **The Oxford encyclopedia of Ancient Egypt vol. 2**. New York: Oxford University Press, 2001.

MELLA, Federico A. A. **O Egito dos faraós: história, civilização, cultura**. São Paulo: Hemus, 1981.

MELTZER, Edmund. Children of the Kap - Upwardly mobile, talented youth in ancient Egypt. **Seshat 5**: Winter, 2001.

MESKELL, L. **Object worlds in Ancient Egypt**. Oxford/New York: Berg, 2004.

MODEL of Nubian Soldiers. Disponível em:

<<http://www.unesco.org/culture/museum-for-dialogue/item/en/70/model-of-nubian-soldiers>>

MOKHTAR, Gamal; VERCOUTTER, Jean, Introdução Geral. In: **MOKHTAR, G. (org). História Geral da África: África Antiga**. São Paulo: Cortez, 2011.

MORKOT, R. Aswan. In: REDFORD, D. (ed.). **The Oxford encyclopedia of Ancient Egypt vol. 1**. New York: Oxford University Press, 2001.

MORTON, Samuel George. **Crania Aegyptiaca: Observations on Egyptian ethnography, derived from anatomy, history, and the monuments**. Philadelphia: J. Penington, 1844.

MUDIMBE, V. A invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Luanda: Edições Pedagogo e Edições Mulemba, 2013.

NEDERHOF, Mark Jan. **Nubian Rebellion, recorded by inscription of Tuthmosis II**, 2009a. Disponível em:

< <https://mjn.host.cs.st-andrews.ac.uk/egyptian/texts/corpus/pdf/urkIV-055.pdf>>

_____. **Poetical stela of Thutmosis III**, 2009b. Disponível em:

< <https://mjn.host.cs.st-andrews.ac.uk/egyptian/texts/corpus/pdf/PoeticalTuthmosisIII.pdf>>

_____. **Tombos Stela of Thutmosis I**. 2015. Disponível em:

< <https://mjn.host.cs.st-andrews.ac.uk/egyptian/texts/corpus/pdf/urkIV-032.pdf>>

NOBLECOURT, Christiane Desroches. **A mulher no tempo dos faraós**. Campinas: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Silvia Ribeiro. **O século XIX e as exposições universais**. V. 11, n. 5 (2010). Disponível em:

< <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1409/1382>>

PEREIRA, Ronaldo Gurgel. **Gramática fundamental de egípcio hieroglífico para o estudo do estágio inicial da língua egípcia (de ca. 3000 a 1300 a. C.)**. Lisboa/São Paulo: Chiado Editora, 2016.

POO, Mu-chou. **Enemies of Civilization: Attitudes toward foreigners in ancient Mesopotamia, Egypt and China**. Albany: State University of New York Press, 2005.

POWELL, Eve Troutt. **A different shade of colonialism: Egypt, Great Britain, and the mastery of Sudan**. Los Angeles: University of California Press, 2003.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.

PRICHARD, James Cowles. **Researches into the physical history of mankind**. vol. 3: Researches into the physical ethnography of the african races. London: Sherwood, Gilbert, and Piper, 1837.

RANDALL-MCIVER, D.; LEONARD WOOLLEY, C. **Buhen**. Philadelphia: University Museum, 1911.

REISNER, George Andrew. **The Archaeological Survey of Nubia Report for 1907–1908**, vol. I: Archaeological Report. Cairo: Government Press, 1910.

_____. **Excavations at Kerma**, Parts IV-V. Vol. 6, Cambridge, MA: Peabody Museum of Harvard University, 1923.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RICE, Michael. **Who's who in Ancient Egypt**. New York: Taylor & Francis e-Library, 2004.

RIGGS, C., BAINES, J. Ethnicity. In FROOD, E.; WENDRICH, W. (eds). **UCLA Encyclopedia of Egyptology**. Los Angeles, 1-16, 2012.

ROMER, John. **O vale dos reis: o mistério das tumbas reais do antigo Egito**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1994.

ROTH, Silke. Harem. In WENDRICH, W. et. Al (eds). **UCLA Encyclopedia of Egyptology**. Los Angeles, 1-16, 2012.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Moacir Elias. **A presença de estrangeiros no contexto funerário egípcio do Reino Novo**. In: Revista Plêthos, 2, 1, 2012.

SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny. **Ägypten und Nubien: ein Beitrag zur Geschichte altägyptischer Aussenpolitik**. Lund: Ohlssons, 1941.

_____. The paintings in the tomb of Djehutyhotep in Debeira. **Kush**. Vol. 8, 25-44, 1960.

_____. The tomb of the prince of The-khet Amenemhet. **Kush**. vol. 11, 159-74, 1963.

_____. The Egyptianization and depopulation of Lower Nubia. **Kush**. vol. 15, 237-42, 1967-1968.

_____; TROY, Lana. **New Kingdom Pharaonic Sites: the Finds and the Sites**. (The Scandinavian Joint Expedition to Sudanese Nubia publications vol. 5:2.) Partille: Paul Åström, 1991.

SCHLICKMANN, Mariana. **A introdução dos Estudos Africanos no Brasil (1959-1987)**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

SEIDLMAYER, S. Execration Texts. In: REDFORD, D. (ed.). **The Oxford encyclopedia of Ancient Egypt vol. 1**. New York: Oxford University Press, 2001.

SERRANO, C.; WALDMAN, M. **Memória d'África: A temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SHERIF, Nagm-El-Din Mohamed. A Núbia antes de Napata (3100 a 750 antes da era Cristã). In: MOKHTAR, G (ed.). **História Geral da África: África Antiga**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança: A África antes dos portugueses**. 5. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, Regina; LEMOS, Rennan. "Uma inundação no céu para os estrangeiros": O projeto de expansão da religião de Amarna na Núbia. In: BRANCAGLION Jr., Antonio, LEMOS, Rennan, SANTOS, Raizza (orgs.). **Semna – Estudos de Egiptologia II**. Rio de Janeiro: Seshat – Laboratório de Egiptologia do Museu Nacional, 2015.

SIMPSON, William Kelly. **Nubia: The University Museum – Yale University Expedition**. Expedition, vol 4, nº 4, Philadelphia, 1962.

_____. **Heka-Nefer and the Dynastic Material from Toshka and Arminna**, New Haven CT and Philadelphia PA, 1963.

SMITH, H. The Rock Inscriptions of Buhen. In: **Journal of Egyptian Archaeology**. Vol. 58. London, 43-82, 1972.

SMITH, Stuart Tyson. **Askut in Nubia**: The economics and ideology of Egyptian imperialism in the second millenium BC. London: Kegan Paul, 1995.

_____. **Nubia and Egypt**: interaction, acculturation and secondary state formation from the third to first millennium B.C.. In: CUSICK, J. (ed.). *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Carbondale (IL): Southern Illinois University, 1998.

_____. Imperialism. In: REDFORD, D. (ed.). **The Oxford encyclopedia of Ancient Egypt vol. 2**. New York: Oxford University Press, 2001.

_____. **Wretched Kush**: ethnic identities and boundaries in Egypt's Nubian empire. London/New York: Routledge, 2003.

_____. Ethnicity and culture. In: WILKINSON, Toby (Ed.). **The egyptian world**. New York: Routledge. 2007.

_____. Editorial Essay: Nubia, Coming Out of the shadow of Egypt. **Journal of ancient egyptian interconnections**, Tucson, vol. 6, 1-4, 2014.

SOMAGLINO, Claire; TALLET, Pierre. Gebel Sheikh Suleiman: a First dynasty relief after all. **Archéo-Nil**, nº 25, 123-134, 2015.

SPANEL, Donald. Funerary figurines. In: REDFORD, D. (ed.). **The Oxford encyclopedia of Ancient Egypt vol. 1**. New York: Oxford University Press, 2001.

SPENCER, Patricia. Petrie and the discovery of earliest Egypt. In: TEETER, Emily. **Before the pyramids**: the origins of egyptian civilization. Chicago: Oriental Institute of the University of Chicago, 2011.

STELA. Disponível em

< <https://www.penn.museum/collections/object/189591>>

STEVENS, Anna. **The archaeology of Amarna** (from Oxford Handbooks Online). Oxford: Oxford University Press, 2015.

STOCKS, D. Leather. In: REDFORD, D. (ed.). **The Oxford encyclopedia of Ancient Egypt vol. 2**. New York: Oxford University Press, 2001.

TAYLOR, Bayard. **A Journey to central Africa**: or Life and landscapes from Egypt to the Negro kingdoms of the white Nile. New York : G. P. Putnam & Co., 1854. Disponível em: <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=nyp.33433082462908;view=1up;seq=256>. Acesso em 08/04/2016.

TEETER, E. Maat. In: REDFORD, D. (ed.). **The Oxford encyclopedia of Ancient Egypt vol. 2**. New York: Oxford University Press, 2001.

TEFNIN, Roland. La perception de la difference en Égypte pharaonique. **Civilisations**, Vol. 35, No. 1, 39-56, 1986.

THE Chicago Cattle Bowl. Disponível em:

<<https://oi.uchicago.edu/museum-exhibits/nubia/chicago-cattle-bowl>>

THE tomb of Horemheb at Saqqara. Disponível em:

< <http://www.museibologna.it/archeologicoen/percorsi/66287/id/75337/oggetto/75338/>>

THE Unesco Courier: Victory in Nubia: The greatest archaeological rescue operation of all time. February/March. Paris, 1980.

TÖRÖK, László. **Between two worlds**: the frontier region between ancient Nubia and Egypt – 3700 BC - 500 AD. Leiden, Brill, 2009.

TOTH, G. **Two boundary stelae of Senuosret III**, 2012. Disponível em:

< http://egypt-grammar.rutgers.edu/TextPDF/Boundary_Semna.pdf>

TYMOWSKI, Michal. Use of the term ‘Empire’ in Historical Research on Africa: A Comparative Approach. **Afrika Zamani**, nº 11 & 12, 18-26, 2003-2004.

VAN PELT, Paul. Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia: From Egyptianization to Cultural Entanglement, **Cambridge Archaeological Journal**, 23, 3, 2003, p. 523-550.

VARVOUNIS, Miltiades. **Made In Poland**: The Women and Men Who Changed the World. Bloomington: Xlibris, 2016.

VASANTKUMAR, N. **Syncretism and globalization**. Paper para Theory, Culture & Society, 10th Conference, 1992.

VELDMEIJER, André. Leiden: **Tutankhamun’s footwear**: Studies of ancient Egyptian footwear. Sidestone Press, 2011.

VERCOUTTER, Jean. **Em busca do Egito esquecido**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VIEIRA, Fábio Amorim. **Olhares acerca do Egito faraônico**: escritos historiográficos e interações culturais sob o Novo Império egípcio, Monografia de História, Universidade Estadual de Santa Catarina, 2013.

VITTMANN, Günther. Personal names: Function and significance. In WENDRICH, W. et. Al (eds). **UCLA Encyclopedia of Egyptology**. Los Angeles, 1-14, 2013.

VOGEL, Carola. **The fortifications of Ancient Egypt**: 3000-1780 bc. Illustrated by Brian Delf. Oxford: Osprey Publishing, 2010.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Novas bases para o ensino de história da África no Brasil. In: **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/0. Brasília: MEC-SECAD, 2005.

WELSBY, D. **The kingdom of Kush**: The Napatan and Meroitic empires. London: British Museum Press, 1996.

_____. Nubia. In: REDFORD, D. (ed.). **The Oxford encyclopedia of Ancient Egypt vol. 2.** New York: Oxford University Press, 2001.

WENDRICH, Willeke. Egyptian archaeology from text to context. In: _____ (ed.). **Egyptian archaeology.** New York: Wiley-Blackwell, 2010.

WILKINSON, T. **Royal Annals of ancient Egypt:** The Palermo Stone and its associated fragments. London: Kegan Paul International, 2000.

_____. **The rise and fall of Ancient Egypt:** The history of a civilisation from 3000BC to Cleopatra. London: Bloomsbury, 2011.

WRESZINSKI, W. **Atlas zur altägyptischen Kulturgeschichte,** Leipzig: Hinrichs, vols I, II, 1923.

ŽABKAR, Louis. **A study of the Ba concept in Ancient Egyptian texts.** Studies in Ancient Oriental Civilization, 34. Chicago, 1968.